



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

Hirla Carla Lima Amorim

**AUTOFINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA EM UMA PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA
(2019 – 2023)**

João Pessoa
2025

HIRLA CARLA LIMA AMORIM

**AUTOFINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA EM UMA PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA
(2019 – 2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Moraes

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524a Amorim, Hirla Carla Lima.

Autofinanciamento das ações de internacionalização do Instituto Federal da Paraíba em uma perspectiva orçamentária (2019 - 2023) / Hirla Carla Lima Amorim. - João Pessoa, 2025.

205 f. : il.

Orientação: José Jassuipé da Silva Moraes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação - internacionalização. 2. Ações de internacionalização - autofinanciamento. 3. Monitoramento orçamentário. I. Moraes, José Jassuipé da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37:341.221.4(043)

HIRLA CARLA LIMA AMORIM

**AUTOFINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA EM UMA PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA
(2019 – 2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, na Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Data de Aprovação: 29/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE JASSUIPE DA SILVA MORAIS**
Data: 02/06/2025 10:22:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr. José Jassuipe da Silva Moraes (Presidente / Orientador)
PPGAES/CE/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **PAULO CESAR GEGLIO**
Data: 02/06/2025 11:54:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr. Paulo César Geglio (Examinador Interno)
PPGAES/CE/UFPB

Assinado por: **Rooney Figueiredo Pinto**
Num. de Identificação: 32824373
Data: 2025.06.02 15:26:38 +0200

Prof.º Dr. Rooney Figueiredo Pinto (Examinador Externo)
UC/Portugal/UNI.LU

Dedico esta dissertação à longa linhagem de mulheres extraordinárias da minha família, de quem herdei a resiliência, a bravura e o espírito independente, valores que hoje compartilho com minhas filhas.

AGRADECIMENTOS

Encerrando mais um ciclo de aprendizado em minha jornada, dedico este espaço a agradecer as pessoas que tanto contribuíram para esta conquista. Me permito agora certa digressão tão própria das minhas relações pessoais, para falar com meu coração.

Não haveria outro caminho para iniciar meus agradecimentos que não fosse por minhas filhas, Lahís e Lis, sempre tão parceiras e atentas, que me proporcionam mais do que uma relação maternal, me dedicam uma relação de amor, cumplicidade e respeito único, que nunca imaginei existir. Sei o quanto foi difícil para vocês me abster das noites de jogos, praias, parques, discussões infundáveis sobre mangás, músicas, mitologia e filosofias transcendentais. Obrigada por todos os copos de água, todos os “tá ótimo”, “vai dar certo” e “podia ser pior”. Aqui estendo o agradecimento a minha pequena família, minha avó Nenzinha (Neném) de quem herdei o espírito livre e aguerrido, minha mãe Vânia (pândega) com quem aprendi a ter empatia e senso de justiça social, meu pai Felisberto, que me ensinou o valor da austeridade, método e racionalidade na medida certa, e meu irmão Fê, sem você não teria tido a curiosidade necessária para entender o que é bom, belo e justo.

Neste período, novas amigas foram construídas, e um grupo a princípio disfuncional, se tornou o esteio emocional e a mola propulsora do desenvolvimento de ideias e ações. Como não agradecer as desorientadas mais orientadas do PPGAES, Rosane, Nathali, Midore e Michelle. Nunca vou esquecer das sessões de escuta ativa, planejamento estratégico, e gargalhadas soltas em meio as aflições tão próprias do percurso. Aqui cabe menção ao nosso orientador que sempre confiou em minhas competências, estimulando meu potencial de pesquisadora e proatividade nas demandas do curso e da vida. Não é à toa que nascemos no mesmo dia, e nos afinamos de forma tão ímpar, obrigada Prf. Dr.Jassuipe da Silva Moraes.

Finalizo agradecendo a todos, que mesmo sem perceber, me auxiliaram nesta conquista. Aos meus dedicados professores do PPGAE, a tão calorosa Turma 9, e ao apoio do IFPB, instituição a que tenho muito orgulho e satisfação em trabalhar.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e
aprende o que ensina”

(Cora Coralina)

RESUMO

A Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) foi aprovada por seu Conselho Superior através da Resolução – Ad Referendum nº 19, de 24 de abril de 2018. Todavia, é possível constatar que as ações de internacionalização já ocorriam, conforme podemos observar no primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional 2005 - 2009 do IFPB. A pesquisa se debruça sobre o autofinanciamento das ações de internacionalização do Instituto, no período de 2019 a 2023. A perspectiva orçamentária é aplicada aqui como ferramenta, auxiliando na compreensão da gestão dos recursos destinados à internacionalização do IFPB. Neste recorte temporal, as ações foram analisadas frente aos eixos da Política de Internacionalização e aos indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico Decenal (2016 – 2025). Quanto à metodologia, a pesquisa se caracteriza com abordagem qualitativa, objetivos descritivos, tendo como procedimento técnico a análise documental. Documentos institucionais publicados no sítio eletrônico do IFPB, foram utilizados como fontes primárias, a exemplo de: regimentos, resoluções, recomendações, planos de desenvolvimento, relatos integrados, editais e etc. Após a coleta de dados, estes foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo. A análise permitiu inferências significativas, e concluiu que não vem ocorrendo o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas, nem tão pouco há um direcionamento sistêmico quanto a disponibilidade orçamentária, ou uma gestão centralizada destes recursos. Em face a este cenário, foi elaborado um relatório técnico que apresenta além da análise situacional, sugestões e recomendações para o monitoramento destas ações. Este documento consolidado a partir de uma análise propositiva, idealizado no formato de cartilha digital, busca contribuir de forma prática para o monitoramento orçamentário, alicerçado em um painel colaborativo de dados.

Palavras-chave: internacionalização da educação; ações de internacionalização; monitoramento orçamentário; autofinanciamento.

ABSTRACT

The Internationalization Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) was approved by its Board of Governors through Ad Referendum Resolution No. 19 of April 24, 2018. However, it can be seen that internationalization actions were already taking place, as can be seen in IFPB's first Institutional Development Plan 2005 - 2009. The research focuses on the self-financing of the Institute's internationalization actions from 2019 to 2023. The budgetary outlook is applied here as a tool to help understand the management of resources earmarked for IFPB's internationalization. In this time frame, the actions were analyzed in relation to the axes of the Internationalization Policy and the performance indicators of the Ten-Year Strategic Plan (2016 - 2025). As far as methodology is concerned, the research is characterized by a qualitative approach, descriptive objectives, with document analysis as the technical procedure. Institutional documents published on the IFPB website were used as primary sources, such as: regulations, resolutions, recommendations, development plans, integrated reports, public notices and so on. After collecting the data, it was processed using the content analysis technique. The analysis allowed for significant inferences, and concluded that there has been no budgetary monitoring of self-financed internationalization actions, nor is there any systemic direction regarding budgetary availability, or centralized management of these resources. In view of this scenario, a technical report has been drawn up which, in addition to a situational analysis, presents suggestions and recommendations for monitoring these actions. This document, consolidated from a propositional analysis and designed in the form of a digital booklet, seeks to make a practical contribution to budget monitoring, based on a collaborative data panel.

Keywords: internationalization of education; internationalization actions; budget monitoring; self-financing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dispositivos orçamentários	39
Figura 2 - Ciclo orçamentário anual	41
Figura 3 - Abrangência do IFPB	45
Figura 4 - Elaboração da proposta orçamentária do IFPB	48
Figura 5 - Percurso Metodológico	51
Figura 6 - Interface PLANEDE 2025	69
Figura 7 - Plano de ação 5W2H presente nos relatos integrados	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Orçamento disponibilizado por campus	115
Gráfico 2 - Eixos atendidos 2019 - 2023	117
Gráfico 3 - Disponibilidade orçamentária por ano	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Evolução histórica do orçamento público no Brasil	35
Quadro 2 -	Princípios orçamentários	38
Quadro 3 -	Parâmetros da pesquisa	53
Quadro 4 -	Sistematização documental	56
Quadro 5 -	Categorização	56
Quadro 6 -	PDI 2015 - 2019	63
Quadro 7 -	PDI 2020 - 2024	70
Quadro 8 -	Acordos de cooperação internacional	77
Quadro 9 -	Resumo das ações de internacionalização do plano de ação	78
Quadro 10 -	Resumo Relato Integrado 2019 IFPB	84
Quadro 11 -	Resumo Relato Integrado 2020 IFPB	90
Quadro 12 -	Resumo Relato Integrado 2021 IFPB	95
Quadro 13 -	Resumo Relato Integrado 2022 IFPB	101
Quadro 14 -	Resumo Relato Integrado 2023 IFPB	106
Quadro 15 -	Chamadas Públicas / Editais 2019 - 2023	116
Quadro 16 -	Orçamento disponibilizado 2019 - 2023	118
Quadro 17 -	Porcentagem do orçamento disponibilizado para internacionalização em relação aos gastos com outros custeios (2019 - 2023)	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI/UFPB	Agência de Cooperação Internacional da UFPB
ARINTER	Assessoria de Relações Internacionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/88	Constituição Federal do Brasil de 1988
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR	Colégio de Dirigentes do IFPB
COINTER	Comitê de Internacionalização
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUPER	Conselho Superior do IFPB
COVID - 19	Pandemia do coronavírus
CRES	Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe
DEAD	Diretoria de Educação a Distância
DGEP	Diretoria Geral de Gestão de Pessoas
DOR	Diretoria de Orçamento
Fala.BR	Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FIC	Formação Inicial e Continuada
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FORINTER	Fórum de Relações Internacionais
FORPLAN	Fórum de Planejamento e Administração

FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IN - TCU 84/2020	Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84, de 22 de abril de 2020
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
NAIs	Núcleos de Assuntos Internacionais
NuCLI	Centro de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos com Núcleos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PLANEDE 2025	Planejamento Estratégico Decenal (2016 – 2025)
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PRAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
PROEXC	Pró-Reitoria Extensão e Cultura
PRPIPG	Pró-Reitoria Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PTRES	Plano de Trabalho Resumido
Recomendação nº 5/2023 - CODIR	Recomendação nº 5/2023 – CODIR/REITORIA/IFPB, de 06 de junho de 2023

Rede Federal EPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Resolução - CS nº 40/2019	Resolução – Conselho Superior nº 40, de 07 de agosto de 2019
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizado
UG	Unidade Gestora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UPC	Unidades prestadoras de contas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Justificativa.....	19
1.2 Objetivo Geral.....	20
1.2.1 Objetivos específicos.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 Internacionalização da educação superior.....	22
2.1.1 Financiamento da educação superior.....	25
2.1.2 Internacionalização no IFPB.....	29
2.2 Orçamento público.....	32
2.2.1 Orçamento público no Brasil.....	35
2.2.2 Evolução orçamentária, conceitos e funções.....	42
2.2.3 Orçamento do IFPB.....	44
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 Parâmetros do mapeamento orçamentário.....	52
3.2 Técnica e procedimento da coleta de dados.....	53
3.3 Análise de dados.....	55
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	58
4.1 Contextualização do período.....	58
4.2 Resolução nº 144 - Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017 e Resolução - Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019.....	59
4.3 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015- 2019 e 2020- 2024.....	62
4.3.1 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019.....	63
4.3.2 Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024.....	67
4.4 Relatos Integrados do IFPB de 2019 a 2023.....	82
4.4.1 Relato Integrado do IFPB de 2019.....	83
4.4.2 Relatos Integrados do IFPB de 2020.....	89
4.4.3 Relatos Integrados do IFPB de 2021.....	94
4.4.4 Relatos Integrados do IFPB de 2022.....	100
4.4.5 Relatório Integrado de Gestão 2023.....	106
4.5 Relatório de Gestão do Polo Inovação 2017 a 2022 e Relatório de Gestão do Polo Inovação 2023.....	110
4.6 Editais e chamadas públicas 2019 - 2023.....	112
4.7 Fala BR.....	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A - Perguntas encaminhadas através do FALA.BR.....	150
APÊNDICE B - Planilha chamadas públicas e editais 2019 - 2023 IFPB.....	152
APÊNDICE C - Relatório técnico.....	164
APÊNDICE D - Painel colaborativo de dados.....	188
ANEXO A - Resposta FALA.BR (Despacho Nº 33/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB)....	193
ANEXO B - Resposta FALA.BR (Despacho nº 5/2024 - DOR/PRAF/REITORIA/IFPB)...	205

INTRODUÇÃO

O tema internacionalização da educação tornou-se recorrente quando se trata das diretrizes da educação superior. No Brasil, ganhou força na década de 1990 com os avanços das políticas neoliberais. A internacionalização emergiu como reflexo das mudanças impostas pelo processo de globalização, influenciando os rumos das políticas educacionais no país.

Sguissardi (2005, p. 7) pondera que, “Seria ingenuidade pensar que a globalização ficaria restrita ao âmbito econômico-financeiro; que não envolvesse de modo abrangente e incisivo os campos sociais, da cultura, da ciência e do conhecimento.” Por conseguinte, a educação superior precisou se adaptar à nova realidade oriunda da globalização e é em meio as adequações que se insere o processo de internacionalização da educação.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) é possível reconhecer a influência da internacionalização da educação, inclusive em seu eixo fundamental. O tripé educacional que antes era formado por ensino, pesquisa e extensão, já vislumbra a internacionalização como quarta dimensão da educação contemporânea.

Santos e Almeida Filho (2012) esclarecem que isso ocorre quando a internacionalização é capaz de cumprir com os seguintes objetivos: fortalecer projetos conjuntos e integradores; ampliar as atividades de formação, de pesquisa e de inovação; desenvolver uma agenda específica de diplomacia cultural universitária e cooperar para o estabelecimento de espaços integrados de conhecimento. Diante deste panorama, a internacionalização firma sua posição transversal aos demais eixos do antigo tripé educacional, como um eixo estratégico perpassando por suas políticas, influenciando e fortalecendo o desenvolvimento das IES.

Sendo as IES também compostas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), tem um papel fundamental na educação profissional do país. Face à globalização que oportuniza um mercado de trabalho cada vez mais diversificado, os IFs buscam ampliar as ações voltadas para promoção do desenvolvimento local, regional, nacional e internacional (CONIF, 2021a).

Destarte, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), não negligenciou o processo de internacionalização da educação. Em 2010 instituiu a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais como órgão administrativo da Reitoria. Por meio da Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto do IFPB, passou a ser denominada de Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), passando a ser entendido como um órgão auxiliar da Reitoria. Sua função é articular as relações internacionais entre o IFPB e instituições educacionais do exterior, em países que possuam laços de diplomacia com o Brasil, mediante intercâmbios culturais, científicos e cooperação técnica.

A ARINTER, é responsável pela gestão administrativa das atividades vinculadas à Política de Internacionalização do IFPB, conforme determina a Resolução – *Ad Referendum* nº 19, de 24 de abril de 2018, convalidada pela Resolução – Conselho Superior nº 40, de 07 de agosto de 2019 (Resolução - CS nº 40/2019). Diferente das pró-reitorias e dos *campi*, a ARINTER não dispõe de orçamento próprio, e para executar ações que exijam recursos orçamentários, articula parcerias com outras instituições ou com outros órgãos internos do IFPB que possuam autonomia orçamentária.

A falta de recurso orçamentário próprio para executar seu planejamento estratégico, condiciona a ARINTER a disponibilidade orçamentária dos seus parceiros. Parceiros estes, que possuem seu próprio planejamento interno no que tange à internacionalização. Um exemplo são as parcerias com embaixadas, que visam ações específicas voltadas para difusão da língua e cultura daquele país. Outra situação é a das agências de fomento científico, que destinam bolsas com finalidades específicas, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quanto às parcerias internas, o autofinanciamento das ações de internacionalização provém, principalmente, das pró-reitorias e dos *campi*. Dispondo de orçamento próprio, estes fomentam as ações dos eixos da Política de Internacionalização de acordo com seu planejamento interno. Prevalece a autonomia administrativa de cada órgão, e é em com base nessa previsão orçamentária que a ARINTER busca impulsionar a internacionalização no IFPB, quando esta exige recursos.

Tal conjuntura propicia a descentralização das ações de internacionalização, dificultando sua identificação e acompanhamento. A descentralização torna-se um entrave para consolidação dos dados, repercutindo nos indicadores de desempenho vinculados à internacionalização do Planejamento Estratégico Decenal 2016 – 2025 (PLANEDE 2025) do IFPB.

Importante destacar que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 – 2024, a ARINTER indica como um dos seus desafios, a garantia de 0,5 % a 1% do orçamento até 2024, para as relações internacionais (IFPB, 2021). O Colégio de Dirigentes do IFPB (CODIR) baseado nesta iniciativa, recomendou as pró-reitorias e *campi*, a disponibilização orçamentária de igual percentual a ser destinada a ARINTER, através da Recomendação nº 5/2023 – CODIR/REITORIA/IFPB, de 06 de junho de 2023 (Recomendação nº 5/2023 - CODIR). O repasse de recurso orçamentário, garantiria a ARINTER a autonomia orçamentária necessária para execução das ações de forma centralizada, de acordo com a Política de Internacionalização do Instituto.

Segundo Giacomoni (2023), o orçamento público deve ser entendido como uma ferramenta da gestão na organização dos recursos financeiros, sendo imprescindível para subsidiar as despesas do governo, visando a execução das suas políticas e programas. Além das inúmeras instrumentalidades que o orçamento público possui, tem grande relevância na operacionalização das ações e na racionalidade do emprego dos recursos, corroborando com sua transparência e eficiência, princípios fundamentais da administração pública.

Com base nos fatos supracitados, a pesquisa se arquiteta a partir da seguinte premissa: como está sendo realizado o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do Instituto Federal da Paraíba?

1.1 Justificativa

O tema proposto tem relevância frente a Política de Internacionalização instituída pela Resolução - CS nº 40/2019. Em seu art. 27 estabelece que:

A Política de Internacionalização do IFPB será viabilizada por meio da aplicação de recursos próprios, através da instituição de mecanismos internos financiadores, da captação de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas e

de parcerias com instituições e empresas públicas e privadas nacionais e internacionais (IFPB, 2019, p. 18).

Isso posto, entendendo como recursos próprios do IFPB os recursos oriundos do seu orçamento, a Recomendação nº 5/2023 - CODIR buscou instituir um mecanismo interno financiador, sugerindo aos *campi* e pró-reitorias uma destinação orçamentária para subsidiar as ações de internacionalização. O valor indicado atendeu a orientação expressa no PDI 2020-2024, na proporção de 0,5% a 1% do orçamento destes. Os recursos disponibilizados ficarão sob a gerência da ARINTER, que deverá fazer sua gestão orçamentária.

Este cenário trará novos desafios a ARINTER, uma vez que, até então, não dispunha de recursos orçamentários próprios, precisando firmar parcerias externas e internas para o financiamento das suas ações. As ações descentralizadas de internacionalização do IFPB, dificultam o planejamento estratégico, seu mapeamento e o monitoramento do orçamento aplicado.

Consolidar tantas informações a partir de ações descentralizadas representa um desafio, é necessário pensar estratégias para garantir uma execução orçamentária eficiente, evitando desta maneira o desperdício de recursos públicos. Aqui se insere a necessidade de uma ferramenta de monitoramento orçamentário, que auxilie na tomada de decisão do gestor e no atendimento aos eixos da Política de Internacionalização do IFPB.

Foi este contexto que ocasionou o interesse da discente pelo tema. Estando como Coordenadora de Administração e Planejamento há seis anos no IFPB Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, experienciou a transição da gestão orçamentária, que antes era realizada pela Reitoria, e com o repasse dos recursos orçamentários, passou a ser realizada pelo próprio Campus. Acreditando desta forma, que pode contribuir com a administração pública na implantação de um monitoramento orçamentário, que permita uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos públicos.

1.2 Objetivo Geral

Face ao cenário apresentado, a elaboração dos objetivos tanto geral quanto específicos, foram definidos com a finalidade de contribuir com a resolução do problema suscitado. Prodanov e Freitas (2013) instruem que a delimitação do objeto

de estudo pode ser entendida como uma ramificação do próprio problema, sendo estes os tópicos que serão investigados na busca da solução do problema da pesquisa.

No intuito de trazer reflexões sobre o financiamento das ações de internacionalização do IFPB, realizadas com recursos próprios, dentro de uma perspectiva orçamentária ao longo dos últimos cinco anos (2019 – 2023), o objetivo geral do estudo é:

Investigar o orçamento destinado às ações de internacionalização autofinanciadas pelo Instituto Federal da Paraíba entre os anos de 2019 a 2023 .

1.2.1 Objetivos específicos

- Mapear as ações de internacionalização autofinanciadas pelo IFPB ;
- Analisar se as ações autofinanciadas atendem aos eixos da Política de Internacionalização do Instituto;
- Verificar se as ações de internacionalização autofinanciadas estão consoantes aos indicadores de desempenho PLANEDE 2025;
- Elaborar relatório técnico sugerindo um instrumento de monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando fundamentar o entendimento sobre a temática, dedicaremos o presente capítulo a apresentar o referencial teórico que irá subsidiar o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, abordaremos temas ligados a internacionalização da educação superior, financiamento da educação superior e orçamento público, tendo como foco evidenciar seu desenvolvimento no IFPB. Os principais conceitos serão apresentados, amparados no pensamento de reconhecidos estudiosos desses assuntos, pretendendo formar uma base robusta de sustentação para a pesquisa.

2.1 Internacionalização da educação superior

A globalização é um fenômeno consolidado, os reflexos da amplitude do seu raio de ação podem ser notados nas mais diferentes áreas. A educação superior não ficou alheia a essas mudanças e em seu esteio, a internacionalização vem se consolidando nas discussões sobre políticas educacionais. Como política pública, a internacionalização da educação superior deve ser vista como uma estratégia indispensável para o progresso da ciência, favorecendo a troca de conhecimentos e potencializando os avanços tecnológicos no mundo globalizado.

[...] pode-se dizer que o atual quadro de internacionalização da educação se molda em função do comportamento de cada nação, se de forma mais ativa ou se mais passiva: enquanto alguns países do centro do sistema-mundo assumem papéis mais protagonistas, a maioria dos demais países se insere por uma relação de subordinação (Lima; Contel, 2011, p.19).

É preciso ter em mente que a internacionalização da educação não é um evento recente, como nos alerta Santo e Almeida Filho:

A mobilidade de professores e de estudantes não é uma criação do final do século XX, nem uma invenção das atuais estruturas políticas da Europa. De fato, já na Idade Média os maiores pensadores europeus tinham o hábito de se deslocar livremente de um país para outro, simplesmente viajando entre centros de conhecimento. As maiores universidades europeias partilhavam as experiências e as competências destes mestres do passado e praticavam aquilo a que agora chamaríamos cooperação acadêmica internacional (Santo; Almeida Filho, 2012, p. 147).

Como visto, o intercâmbio educacional já tinha sua relevância acadêmica, porém, a internacionalização da educação começou a ganhar maior destaque apenas nas últimas décadas. Em 1988 foi criada a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), com a participação das IES públicas e privadas. Tendo como objetivo ampliar o processo de internacionalização das IES brasileiras, se propôs a discutir a internacionalização como forma de melhoria do ensino, pesquisa e extensão, além de promover a inclusão das IES no cenário mundial.

De forma específica em relação a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT), em 2011 foi instituído dentro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o Fórum de Relações Internacionais (FORINTER). Como um órgão de assessoramento, formado pelos gestores vinculados aos escritórios de relações internacionais, tem como finalidade desenvolver ações de internacionalização nas instituições participantes. O Fórum orienta que no âmbito da Rede Federal EPCT:

[...] compreende-se a internacionalização como um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país, o desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior (CONIF, 2021a, p. 5).

Essa compreensão trouxe novos desafios aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), especialmente devido às políticas econômicas adotadas pelos países, dentro de um contexto de mercado cada vez mais integrado e competitivo. Era preciso preparar os estudantes para este cenário, onde o mercado de trabalho globalizado, requer dos profissionais habilidades e competências mais abrangentes. Desse modo, a internacionalização da educação vista como oportunidade diante da globalização mundial, instigou as IES a se adequarem à nova realidade, buscando os potenciais benefícios que surgiam. Essa dinâmica exigiu um esforço que já se anuncia nas suas agendas, através de programas e políticas internas de internacionalização.

Sendo este um processo complexo e dinâmico, as definições e entendimentos apresentados sobre internacionalização da educação, vêm se

alterando e amadurecendo ao longo do tempo. Jane Knight uma expoente deste debate, nos diz que:

A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Assim sendo, trata-se de um processo de mudança – adaptado para atender necessidades e interesses individuais de cada instituição (Knight, 2012, p. 64).

Anos depois, a própria Knight (2020, p. 25) complementaria explicando o motivo de usar o termo processo quando se refere a internacionalização, “[...] é empregado deliberadamente para expressar que a internacionalização é um esforço contínuo, uma transformação, e para indicar que existe uma qualidade evolutiva no conceito.” Evidencia portanto que como processo, a internacionalização não é imutável, cabendo sua adaptação à realidade institucional e individual, sempre em busca do aperfeiçoamento.

Santos e Morosini ampliam o entendimento comunicando que a:

[...] internacionalização pode ser definida como qualquer atividade, seja esta de cunho teórico ou prático, que tenha por objetivo responder aos desafios das demandas do mundo globalizado, desde o ponto de vista econômico até o social, ou seja, uma educação que atenda aos parâmetros internacionais para educação superior (Santos; Morosini, 2020, p. 195).

Percebemos que Santos e Morosini expandem a perspectiva do que é internacionalização na educação, pontuando sua interpretação dentro do contexto da globalização. Brito, Campos e Mercado contribuem igualmente com estas questões quando trazem a reflexão:

[...] do movimento de internacionalização da educação como alternativa de expandir o entendimento sobre os problemas, realidades e questões de diferentes lugares, povos e culturas, para, concomitantemente, apurar o olhar sobre nossos próprios limites, potencialidades, desafios e possibilidades locais e territoriais (Brito; Campos; Mercado, 2020, p. 41).

Tais reflexões e entendimentos já demonstram as inúmeras razões para a internacionalização da educação. Azevedo, Catani e Hey (2017, p. 297) nos relembram que “[...] a internacionalização, historicamente, também é capaz de significar compartilhamento e solidariedade, envolvendo a interculturalidade e a partilha do conhecimento [...]” Circulação de ideias, visibilidade do conhecimento

produzido, troca de experiências e o multiculturalismo, são algumas das razões que podemos elencar.

Knighth (2020, p. 24) faz uma ponderação sobre a definição da internacionalização da educação, “Ter uma definição neutra permite maior universalidade, uma pauta de pesquisa mais ampla sobre o fenômeno, e um conjunto mais diversificado de razões, atores, políticas, atividades e resultados.” Nos alerta também, que da mesma forma que as definições não devem ser balizadas por atividades, as razões não devem nortear uma definição simples do que é internacionalização. Esse seria um fator limitante para a compreensão do processo de internacionalizar, e para o entendimento das dinâmicas envolvidas no seu desenvolvimento.

2.1.1 Financiamento da educação superior

A educação é um dos pilares dos direitos sociais, estando especificada dentro das garantias fundamentais descritas na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88). Conforme capítulo III, seção I - Da Educação, no art. 205, fica estabelecida que a educação “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 153).

Neste mesmo capítulo somos informados que as universidades dispõem de autonomia administrativa, tendo garantida a gestão financeira e patrimonial, bem como a didático-científica, atendendo a lógica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A CF/88 também anuncia em seu art. 212 que:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1998, p. 156).

Este artigo é basilar para compreensão do financiamento da educação no país, seus reflexos podem ser observados na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sobre a qual a União tem competência exclusiva para legislar. Em cumprimento ao disposto no art. 214 da CF/88, a LDB instituiu como responsabilidade da União a elaboração do Plano

Nacional de Educação (PNE) com duração decenal. O PNE deverá, entre outras ações, garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino, apontando as diretrizes, definindo metas e estabelecendo proporções com o produto interno bruto, para a aplicação de recursos públicos na educação.

Ainda sobre a LDB (Brasil, 1996), no que tange a autonomia das universidades, no corpo da lei, são dispostas em seus artigos várias garantias, como: a celebração de contratos, acordos e parcerias; gestão dos investimentos referentes a aplicação em obras, serviços e aquisições; administração dos seus rendimentos de acordo com as leis e o seu estatuto, e a possibilidade de receber contribuições oriundas de parcerias com outras entidades públicas ou privadas.

Outras garantias também são elencadas na LDB quanto a questão da gestão dos recursos, tais como: a elaboração do seu orçamento anual e plurianual; adoção de regime financeiro e contábil que atenda suas especificidades; realização de operações de crédito e financiamento com a finalidade de aquisição de equipamentos, instalações e bens imóveis, com a anuência do Poder competente, e a execução de providências orçamentárias, financeiras e patrimoniais, indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

Definido que a União deverá assegurar no seu orçamento meios de afiançar o desenvolvimento e a manutenção das IES públicas mantidas por ela, o art. 69 da LDB detalha como se dará essa operacionalização:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (Vide Medida Provisória nº 773, de 2017) (Vigência encerrada)

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente [...] (Brasil, 1996, p. 31).

Cumpre informar que as receitas mencionadas no artigo citado, tem sua origem em impostos arrecadados pelos Entes Federativos. Receitas de incentivos fiscais, de transferências constitucionais, de contribuições sociais, do salário educação, entre outras expedientes previstos em lei, serão aplicados à educação, conforme a LDB nos comunica.

O PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, reforça o entendimento de que tanto os planejamentos plurianuais, quanto às diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais dos Entes Federativos, “[...] serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução” (Brasil, 2014, p. 2).

Conforme previamente determinado pela LDB, o PNE estipula uma proporção do produto interno bruto (PIB) do país com o objetivo de assegurar, com qualidade e equidade, a expansão educacional. A Meta 20 do PNE estabelece que o investimento público deverá ser ampliado “[...] de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio” (Brasil, 2014, p. 14).

Com a meta definida em suas diretrizes, no quarto ano de implantação do PNE, a meta progressiva de investimento pode ser ajustada através de lei. Esse ajuste pode ocorrer para suprir as demandas financeiras, com vistas ao atendimento das demais metas propostas no Plano, existindo também a possibilidade de outros recursos serem destinados à educação, mediante leis específicas.

Importante ressaltar que na CF/88, o art. 213 versa sobre a possibilidade do Poder Público apoiar financeiramente atividades de extensão, pesquisa e inovação, realizadas pelas universidades e instituições de educação profissional e tecnológica. Em seu art. 218 a CF/88 estabelece que:

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação [...]

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica [...]

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput (Brasil, 1996, p. 114).

Cabe pontuar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), possui programas de apoio financeiro a projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação. Há também as agências de fomento científico, que podem ser órgãos, instituições ou entidades que buscam promover o desenvolvimento do país, mediante financiamento destinado à pesquisa, ciência e tecnologia. A subvenção financeira dos pesquisadores visa auxiliar na realização do projeto, subsidiando a concessão de bolsas e a aquisição de equipamentos e insumos. Esse financiamento pode ser na modalidade de fluxo contínuo (com editais que publicados ao longo do ano), ou através de editais específicos em determinados períodos.

As agências de fomento podem ser provenientes da esfera federal ou estadual. Na esfera federal podemos citar a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), uma empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que exerce função de secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também é vinculado ao MCTI, sendo uma agência que atua em prol da pesquisa científica, incentivando a formação dos pesquisadores brasileiros. Ainda podemos citar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que entre outras atribuições, concede bolsas a pesquisadores estimulando não só a pesquisa científica, mas a qualificação profissional.

No âmbito estadual existem as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), que empreendem projetos vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico, estando na gestão tanto do seu planejamento, quanto do financiamento e execução. A primeira FAP criada foi no estado de São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na década de 1960. Com o tempo

outras fundações estaduais surgiram e se espalharam, atuando em todos os estados brasileiros.

2.1.2 Internacionalização no IFPB

O IFPB instituído a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conforme art. 2, “§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.” Cumpre informar que esse arranjo institucional tem suas especificidades, uma vez que os Institutos Federais atendem aos diversos níveis de ensino, sendo pluricurriculares e funcionando em sistema multicampi.

A Política de Internacionalização do IFPB, instituída pela Resolução - CS nº 40/2019, indica em seu art. 3 que:

Os eixos das ações a serem desenvolvidas na política de internacionalização envolvem: Mobilidade/Intercâmbio; Acordos de cooperação/ MOUs; Projetos com cooperação internacional; Idiomas/ Línguas; Investimento/ Financiamento; Estrutura de escritório e pessoal; Comunicação/ Divulgação dos dados e indicadores internacionais; Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais; Normativas e regulamentos relacionados à internacionalização (IFPB, 2019, p. 3).

No sítio eletrônico do IFPB, a ARINTER (2023b) sinaliza como práticas de internacionalização: a mobilidade acadêmica, o intercâmbio acadêmico, programas de formação e cooperação internacional. Informa que suas políticas e estratégias visam fortalecer o processo coletivo de internacionalizar, sendo então direcionadas ao alcance de objetivos comuns ao Instituto. Tem como missão cooperar com a formação de cidadãos aptos a atuarem no mercado de trabalho, colaborando para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, tanto dentro de uma conjuntura local quanto global. Aponta como instrumentos orientadores as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do CONIF e do FORINTER.

Como órgão de assessoramento do CONIF, o FORINTER (CONIF, 2021a) comunga do conceito de internacionalização da educação, que entende esta como

um processo pensado para incluir a dimensão internacional, intercultural e global aos interesses educacionais, de forma a proporcionar maior qualidade à educação e à pesquisa. Cita como principais linhas de ação: formação continuada de servidores e gestores ligados aos escritórios de relações internacionais; participação em organizações e fóruns internacionais; promoção e apoio a ações de internacionalização na Rede Federal EPCT; intercâmbio acadêmico, cultural e formação de servidores por meio de editais; parcerias com agentes nacionais e ensino de idiomas (possibilitando a vinda de professores às instituições da Rede Federal EPCT).

O FORINTER (CONIF, 2021a, p. 5) destaca que “[...] as Relações Internacionais representam um instrumento fundamental para a melhoria da educação, que se constitui como um elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país e do continente americano.” O Fórum (CONIF, 2021b) ainda ressalta a importância da internacionalização da educação ser um processo institucional que envolva ensino, pesquisa e extensão. Informa que acompanha a III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES), que reúne líderes vinculados à educação superior destes países com o intuito de dialogar sobre o tema, fortalecendo e promovendo a educação desta região.

Estando consoante as diretrizes do FORINTER, o IFPB (2021a) tem como objetivos estratégicos institucionais, promover o desenvolvimento de ações interdisciplinares, interinstitucionais e internacionais. Fortalecer a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando o trabalho em rede bem como os grupos de pesquisa vinculados ao CNPq. Para o alcance destes objetivos, a ARINTER estabeleceu como metas estratégicas no PDI 2020-2024:

- Ter uma equipe de trabalho adequada às necessidades do setor, como um Tradutor, um Secretário Executivo, um Técnico em TI, um Técnico em Comunicação e dois Assistentes Administrativos;
- Desenvolver parcerias com pesquisadores e instituições internacionais;
- Oportunizar experiência de internacionalização aos estudantes;
- Firmar relações de colaboração internacional para trocas culturais e desenvolvimento de políticas acadêmicas e de gestão;
- Prover infraestrutura e ambiente de acolhimento para integração internacional;
- Estimular o desenvolvimento de um quadro docente com pesquisadores de excelência que sejam referência na área;
- Construir editais bilíngues como forma de facilitar a seleção de estudantes e servidores estrangeiros;

- Idealizar cursos de português básico e intensivo de curto e longo prazos para alunos e servidores de instituições parceiras, na modalidade virtual;
- Provocar junto aos docentes a adesão da Internacionalização do Currículo;
- Implantar uma política de médio prazo para inserção de um percentual mínimo de disciplinas em língua inglesa;
- Promover a divulgação científica como forma de visibilidade e atratividade internacional;
- Promover a creditação de disciplinas e fomentar a dupla diplomação;
- Fortalecer os convênios estratégicos como forma de ampliar a mobilidade e o intercâmbio acadêmico nacional e internacional na modalidade presencial e virtual dos servidores e acadêmicos;
- Viabilizar a aproximação institucional com as embaixadas, consulados e representações diplomáticas (IFPB, 2021a, p. 221 - 222).

É importante compreender como subsidiar estas metas estratégicas. A Política de Internacionalização do IFPB no capítulo que trata da sua operacionalização, delibera no art. 24 sobre a sustentabilidade do processo de internacionalização, estabelecendo:

- I - Fortalecimento das políticas de captação externa.
 - a) Captação de recursos de fontes externas.
- II - Estímulo aos Campi para atuação institucional integrada na atuação internacional para: estabelecer plataforma educacional com matriz de formação e capacitação e criar redes para estabelecer modelos pedagógicos inovadores voltados para a formação.
 - a) Instalação e funcionamento de uma plataforma educacional com suporte para o ensino internacional;
 - b) Implantação de rede acadêmica interna de capacitação pedagógica.
- III - Ampliação da participação em programas nacionais e internacionais de fomento à internacionalização.
 - a) Número de programas de internacionalização com participação do Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Gestão.
- IV - Capacitação dos pesquisadores e pós-graduandos para o processo de elaboração de projetos competitivos internacionalmente.
 - a) Número de pesquisadores e servidores capacitados.
- V - Ampliação de projetos de educação e pesquisa com parcerias internacionais.
 - a) Números de projetos ativos e planos de trabalho (IFPB, 2019, p. 15).

No capítulo seguinte deste mesmo documento, dando continuidade à questão do financiamento, o art. 27 trata dos recursos para assegurar a Política de Internacionalização do Instituto. Informa que o financiamento pode vir de recursos próprios, da captação de recursos junto a agências de fomento nacionais e internacionais, ou de parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Neste sentido, a ARINTER que não dispõe de recursos orçamentários próprios, busca articular internamente com as pró-reitorias, diretorias sistêmicas e com os *campi*, formas de financiar as ações de internacionalização do Instituto, através do lançamento de editais com objetivos que integram ações de internacionalização. Financiamentos externos oriundos de agências de fomento nacionais como a CAPS e o CNPq, parcerias com embaixadas e outras instituições, também compõem o quadro de ações da ARINTER no período de 2019 a 2023.

2.2 Orçamento público

A compreensão do orçamento público perpassa a história, tendo seu caminho traçado em meio a disputas e conflitos, fortalecendo e disciplinando a política econômica e financeira do Estado. A Inglaterra foi o país que contribuiu de forma primordial para seu desenvolvimento e disseminação. Giacomoni (2023, p. 27) destaca sua importância “[...] primeiro, por delinear a natureza técnica e jurídica desse instrumento e, segundo, por difundir a instituição orçamentária para outros países.” Quando contextualiza sua origem, nos remete ao século XIII, quando outorgada a Magna Carta do Rei João Sem Terra, justamente na Inglaterra medieval de 1217.

Na referida Magna Carta, conforme Viana (1950, p. 43) esclarece, podemos perceber um princípio basilar de aspecto financeiro “[...] o imposto só é legítimo quando consentido pelo povo. Nesta época, de muita revolta, o povo inglês já reivindicava para si o direito de votar os próprios impostos.” Este documento histórico, é considerado como a gênese do orçamento público, mesmo que a seu tempo apenas legitimar os tributos, não tratando das despesas públicas.

Ainda na Inglaterra, podemos destacar dois momentos decisivos na concepção do orçamento público. O primeiro ocorreu em 1787, quando foi aprovada a Lei do Fundo Consolidado, que em linhas gerais, tratava da relação entre impostos e prestação de serviços. Esse fato é considerado um progresso da estrutura financeira britânica, a partir dele, foi possível realizar a contabilização dos fundos públicos, e em 1802 relatórios financeiros passaram a ser publicados anualmente.

O segundo ocorreu quase meio século após instituída a Lei do Fundo Consolidado. Em 1822, o chanceler do Erário expôs ao Parlamento a fixação de receitas e despesas para o exercício financeiro seguinte. Burkhead (1971, p. 5)

determinaria “[...] essa data como a que marca o início do orçamento, plenamente desenvolvido, na Grã-Bretanha”. Esse ato daria origem a princípios orçamentários praticados até os dias de hoje.

Baleeiro (1978) argumenta que o orçamento, nos dois séculos que sucederam a revolução britânica em 1688, foi um instrumento político de proteção dos contribuintes contra os governos. Uma forma de refrear as despesas, que por conseguinte refletia na necessidade de tributação. O orçamento público inglês foi sendo aprimorado ao longo do século XIX, ganhando reconhecimento como peça fundamental no desenvolvimento da política econômica do país.

Outros países também contribuíram para a evolução do debate sobre o tema. Na França, assim como na Inglaterra, o orçamento só foi instituído após a população alcançar o direito de consentir sobre a taxação de impostos, que ocorreu com a Revolução de 1789. Moojen (1959, p. 22) elucida que isso ocorreu com a instalação da Assembleia Nacional “[...] que votou a ‘Declaração dos Direitos do Homem’, pela qual foi firmado, entre outros, o princípio de que cabia exclusivamente aos representantes do povo o direito de votar impostos, os quais deveriam ser pagos por todos os cidadãos [...]”. Apesar dessa vitória popular, o período napoleônico que se sucedeu suprimiu este direito, que só foi retomado com o retorno da monarquia em 1814, no reinado de Luís XVIII.

Os franceses trouxeram valiosas contribuições que disciplinam até hoje os fundamentos do orçamento público. Burkhead (1971) elenca que regras como: a anualidade orçamentária, a inserção de todas as receitas e todas as despesas do Estado no orçamento (princípio da universalidade), a não vinculação de despesas específicas a receitas (princípio da não afetação das receitas), bem como a votação do orçamento antes do início do exercício, foram estruturadas nesta fase de organização do orçamento público francês.

Outro país que teve grande contribuição para evolução do orçamento público, agora no continente americano, foram os Estados Unidos. Moojen relata que:

A revolução que culminou com a Declaração de Independência dos E.E.U.U. da América do Norte, em 1776, teve início em face do lançamento de tributos, pela Inglaterra, sem o consentimento do povo americano, que não tinha representantes no Parlamento inglês (Moojen, 1959, p. 22).

O estopim da revolução foi gerado a partir do descontentamento dos colonos americanos com os impostos cobrados pelo governo inglês. Após a independência dos Estados Unidos, a constituição de 1787 já estabelecia que o poder legislativo não votaria apenas as leis, iria deliberar também sobre o orçamento público.

Em 1802 foi instituída a Comissão de Meio e Recursos pela Câmara dos Representantes do congresso americano. “A Comissão de Meios e Recursos fazia o papel de órgão de planejamento, consolidava os programas setoriais e possibilitava uma visão de conjunto das finanças do Estado” (Giacomoni, 2023, p. 29). Possuía competência sobre as matérias relativas às receitas e despesas do país.

Várias comissões se sucederam, coube a Comissão de Economia e Eficiência criada em 1910, com vistas a modernizar a administração federal e efetuar estudos sobre seu funcionamento. No início da década de 1920, foi aprovada a primeira proposta orçamentária com o nome de *Budget and Accounting Act* (Lei de Orçamento e Contabilidade). Dentre as diretrizes apresentadas, indicava a elaboração do orçamento pelo Executivo.

Os Estados Unidos promoveram outras inovações orçamentárias como o *Performace Budget* (Orçamento de Desempenho), direcionando o gestor a focar nos resultados não apenas nos gastos. Giacomoni (2023) esclarece que na década de 1930 o instrumento orçamentário foi reformulado, passando a adotar a classificação orçamentária vinculada aos projetos e programas. Esse novo modelo tinha caráter revolucionário, uma vez que era capaz de permitir a integração da técnica orçamentária ao planejamento.

O novo modelo foi amplamente utilizado pelos departamentos militares dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, após a guerra na década de 1950, o Congresso americano aprova a *Budget and Accounting Procedures Act* (Lei de Processo do Orçamento e Contabilidade) que instituiu essa nova técnica orçamentária, conhecida como *Planning, Programming and Budgeting System* (Sistema de Planejamento, Programação e Orçamentação).

Nos anos seguintes novas propostas orçamentárias foram apresentadas, trazendo inovações e atualizações, consoantes a realidade do país. O Congresso americano estreitou cada vez mais sua relação com o orçamento público, o que resultou na *Congressional Budget and Impoundment Control Act* (Lei de Orçamento e Retenção de Recurso do Congresso). A Lei ampliava sua participação na tomada de decisões sobre o orçamento, reduzindo a participação presidencial.

Posteriormente ainda aprovou a inovadora *Government Performance and Results Act* (Lei de Desempenho e Resultados do Governo). Conforme Giacomoni (2023) nos esclarece, a Lei pretendia aperfeiçoar a administração federal, implantando novas normas como: o estabelecimento de metas estratégicas, medição de desempenho, correlação entre desempenho e orçamento e o monitoramento e notificação da evolução no alcance das metas.

2.2.1 Orçamento público no Brasil

O Brasil também teve sua história orçamentária atrelada a lutas e conflitos, com insurgências sobre a tributação de impostos pela Coroa portuguesa em seu período colonial. Dentro do processo de consolidação do orçamento público, as constituições federais exerceram um papel fundamental na sua instrumentação e operacionalização.

Neste sentido, traçar o caminho percorrido na construção do orçamento público brasileiro, nos auxilia a entender esse processo dinâmico e contínuo, que foi sendo alterado ao longo do tempo de acordo com as transformações do Estado. Podemos observar detalhados no Quadro 1, eventos essenciais para compreensão da evolução histórica do orçamento público no Brasil.

Quadro 1 – Evolução histórica do orçamento público no Brasil

PERÍODO COLONIAL (INÍCIO 1530)	
Ano	Evento
1789	Inconfidência Mineira – movimento nacionalista com maior repercussão na área das finanças públicas. A população se rebelou contra a espoliação tributária realizada pela Coroa portuguesa, reivindicando que fossem realizados benefícios públicos com pelo menos uma parte da renda auferida.
1808	Transferência da família real de Portugal para o Brasil – foi criado o Erário Régio, para administrar as finanças e o patrimônio público das colônias portuguesas.
PERÍODO IMPERIAL (INÍCIO 1822)	
Ano	Evento
1822	Independência do Brasil – criação do Parlamento, início do processo de democratização.
1824	1ª Constituição do Brasil – primeiras exigências para elaboração dos orçamentos formais por parte do império. Apenas através de lei, votada pelo parlamento, poderia ser autorizado os gastos públicos (Reserva Legal). Cabia ao Poder Executivo a elaboração do orçamento, sendo encaminhado para aprovação pela Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e Senado). As leis sobre os impostos eram de responsabilidade da Câmara dos Deputados.
1827	Formulação da primeira lei orçamentária brasileira, porém, os mecanismos arrecadadores nas províncias eram ineficientes, e somadas às dificuldades de comunicação e conflitos com as normas legais, impossibilitaram sua aplicação.

1830	Primeiro orçamento brasileiro aprovado pelo Decreto Legislativo de 15 de dezembro de 1830. Nele estavam fixadas as despesas e orçada as receitas das províncias para o exercício de 1831 (1º de julho de 1831 a 30 de junho de 1832).
PERÍODO REPUBLICANO (INÍCIO 1889)	
Ano	Evento
1889	Proclamação da República – fim da monarquia, insatisfação popular com o Império e reivindicação da modernização do país.
1891	Constituição de 1891 – alteração no arranjo de competência do orçamento público. O Congresso Nacional passou a elaborar o orçamento de forma exclusiva (orçamento tipo legislativo). Foi instituído o Tribunal de Contas para auxiliar o Congresso no controle dos gastos. A Câmara dos Deputados ficou responsável pela lei orçamentária. As províncias transformaram-se em estados com constituições próprias.
1914	O Brasil solicitou empréstimo à Inglaterra, e a mesma condicionou sua concessão ao levantamento da situação econômica e financeira do Tesouro Nacional (todas as receitas e todas as despesas precisariam ser avaliadas).
1922	Aprovação pelo Congresso Nacional do Código de Contabilidade da União (instituído pela Lei nº 4.536/1922, regulamentado pelo Decreto nº 15.783/1922). O Código viabilizou o ordenamento dos procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais no âmbito federal. Formalizou a prática do Poder Executivo fornecer ao Poder Legislativo, as ferramentas para que este pudesse elaborar a lei orçamentária.
1934	Constituição de 1934 – o Presidente da República passa a ter a responsabilidade de elaborar a proposta orçamentária, ao Poder Legislativo cabia a votação do orçamento e o julgamento das contas do Presidente (auxílio do Tribunal de Contas, orçamento tipo misto). A Constituição não impôs limitações ao poder de emendar por parte dos legisladores, o que caracterizava a coparticipação dos dois Poderes na hora da elaboração das leis.
1937	Constituição de 1937 – o Departamento Administrativo do Serviço Público seria responsável por elaborar a proposta orçamentária junto à presidência, sendo votada tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Conselho Federal (espécie de Senado). Este último nunca foi instalado, e desta forma, o orçamento sempre foi elaborado e decretado pelo Poder Executivo (orçamento tipo administrativo).
1939	Os orçamentos e balanços estaduais e municipais foram padronizados (redução da classificação das receitas adotadas nos estados e municípios de 2.185 para 57). Foi criado o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, com despesas cobertas por créditos paralelos ao orçamento geral da União.
1940	Decreto-Lei nº 2.416/1940 – estabeleceu as normas orçamentárias de abrangência estadual e municipal. Em 1952 as normas passaram a abranger também a União.
1946	Constituição de 1946 – com a redemocratização o orçamento voltou a ser misto. O projeto de lei é elaborado pelo Poder Executivo, seguindo para votação pelo Poder Legislativo, que coparticipava com emendas. Destacam-se princípios orçamentários e evidencia-se o papel do Tribunal de Contas.
1956	Instalação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA) - tinha a função de criar um sistema nacional de planejamento adequando as informações orçamentárias para este fim.
1959	Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul já adotavam técnicas de orçamento-programa. O antigo Estado da Guanabara também adotou a partir de 1963.
1964	Regime Militar – promulgou a Lei nº 4.320, de 17/3/1964, que instituiu normas de direito financeiro e contabilidade pública para todos os Entes Federados (administração direta e suas entidades autárquicas e/ou fundacionais). Concepção do orçamento-programa, que já vinha sendo desenvolvido nos anos anteriores. Houve um desequilíbrio do poder entre o Executivo e Legislativo, o que motivou nessa lei a impor sérias restrições às emendas, além de delinear princípios e estabelecer diretrizes para elaboração do orçamento.
1967	Constituição de 1967 – restringiu a possibilidade do Poder Legislativo de propor leis e emendas que criassem ou aumentassem as despesas públicas, passando a apenas homologar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Sanção do Decreto-Lei nº 200, de 25/2/1967, regulamentação do orçamento-programa, e delimitação dos princípios para elaboração dos planos e programas do governo.

1972	Decreto Federal nº 71.353, de 9/11/1972 – implementou o Sistema de Planejamento Federal, consolidando o orçamento-programa no Brasil.
1988	Constituição de 1988 – volta da prerrogativa do Poder Legislativo de propor emendas no projeto de lei do orçamento, fortalece o entendimento de união entre orçamento e planejamento. Aprimorou a compreensão da composição orçamentária anual, passando a ser integrado pelo: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos das estatais. Instituiu o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
1999	Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14/4/1999 – alterou a classificação funcional-programática pela classificação funcional e por programa, cada Ente Federal poderia instituir seus programas de acordo com suas necessidades socioeconômicas. Definiu os conceitos de: função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, estabelecendo uma percepção mais gerencial nas classificações orçamentárias das despesas.
2000	Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000) – regulamentação de normas para as finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme art. 163, I, da Constituição Federal. Lei de Crimes (Lei nº 10.028, de 19/10/2000), definiu os crimes relacionados ao desrespeito à responsabilidade fiscal.
2001	Portaria Interministerial nº 163, de 4/5/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Orçamento Federal – estabelecimento de normas gerais para a consolidação das contas públicas dos Entes Federados, estabeleceu a classificação por natureza de despesa pública.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bezerra Filho (2014); Gadelha (2017); Giacomoni (2023); Gontijo (2004)

Conforme exposto, o orçamento público passou por um processo de aperfeiçoamento ao longo dos anos. O que não impediu de sentir os impactos das mudanças entre os regimes políticos, fazendo oscilar sua elaboração ora exclusivamente pelo Poder Legislativo, ora exclusivamente pelo Poder Executivo e ora de forma mista, repercutindo diretamente na formulação das leis.

Na retrospectiva histórica realizada, podemos destacar a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, como um marco na elaboração orçamentária pública, uma vez que estabelecia normas para reestruturação e controle dos orçamentos e balanços dos Entes Federativos. Giacomoni (2023) reforça que “[...] além da instituição de “normas gerais, de direito financeiro” como reza sua ementa, a lei desce a particularidades, especialmente na adoção de plano de contas único para as três esferas. Desde então, a prática padronizadora consagrou-se [...]”. Podemos destacar também, que já se delineava em seus artigos, os princípios balizadores do orçamento público, que seguem como referência até os dias de hoje.

As constituições federais também marcaram a evolução do orçamento público, instituindo regras, diretrizes e delimitando atribuições. A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (CF/88), merece especial atenção, pois além de restituir ao Poder Legislativo a prerrogativa de propor emendas sobre despesas no projeto da lei orçamentária, dedicou vários artigos a disciplinar a matéria em

questão. Piscitelli nos comunica que:

Na elaboração e execução orçamentária, a maioria dos autores dá ênfase ao que se convencionou chamar de princípios orçamentários, que são premissas, linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção e implementação da proposta, o que, obviamente, não é estático, pressupondo-se a evolução desses princípios ao longo do tempo (Piscitelli, 2019, p. 38).

Corroborando com este entendimento, é possível constatar que a CF/88 trouxe novos conceitos e novas regras para discussão do orçamento público. Reforçando e atualizando princípios orçamentários já apontados na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Princípios orçamentários

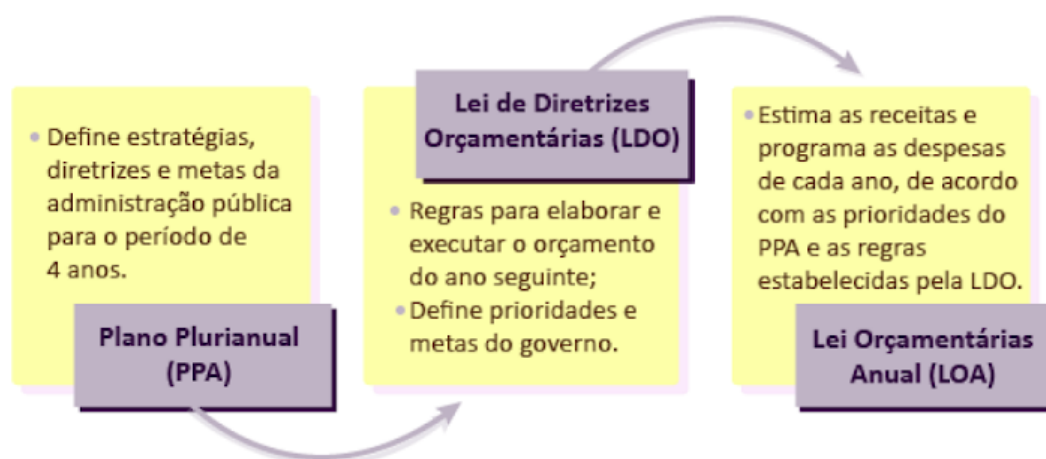
LEGISLAÇÃO	PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Lei nº 4.320/64	Especificação	Tanto as receitas quanto as despesas devem ser discriminadas (detalhamento da origem do recurso e sua aplicação).
	Orçamento Bruto	As receitas e despesas devem ser registradas em seus valores brutos, sem quaisquer deduções.
Lei nº4.320/64 e CF/88	Anualidade	O orçamento deve compreender um período delimitado de tempo (o exercício financeiro coincidirá com o ano civil).
	Exclusividade	A lei orçamentária não pode conter dispositivos estranhos à previsão de receitas e fixação de despesas.
	Unidade	Deve existir um único orçamento para cada esfera do governo (orçamento deve ser uno).
	Universalidade	A lei orçamentária deve conter todas as receitas e todas as despesas de todas as instituições públicas.
CF/88	Equilíbrio	Deve haver equilíbrio entre as receitas e as despesas no ano financeiro (as despesas não devem ultrapassar as receitas).
	Legalidade	Todo tributo, programa, ação ou projeto deve estar previsto na lei orçamentária.
	Publicidade	O orçamento deve ser publicizado em meios oficiais de comunicação (para conhecimento público e eficácia de sua validade).
	Não Afetação das Receitas	As receitas não podem ser reservadas para atender determinados gastos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Feijó; Carvalho Júnior; Ribeiro (2015); Gadelha (2017); Brasil (2024)

A CF/88 ainda consagrou o entendimento do orçamento vinculado ao planejamento, estipulando este não apenas a curto prazo, mas a médio prazo também. Desta forma, pretendeu assegurar a continuidade das ações entre os anos fiscais. Mesmo ocorrendo mudança na gestão do governo, o orçamento para continuidade das ações iniciadas na gestão anterior estaria garantido no ano seguinte. Entre as inovações, a CF/88 estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com esses novos dispositivos, o ciclo orçamentário foi ampliado e a integração entre planejamento e orçamento foi de fato consolidada.

Esses dispositivos (PPA e LDO) junto à Lei Orçamentária Anual (LOA), passaram a reger o ciclo orçamentário no Brasil, estando intrinsecamente ligados, se complementando e coexistindo como planejamento estratégico, técnico e operacional (Figura 1).

Figura 1 – Dispositivos orçamentários



Fonte: Gadelha (2017)

O PPA é o planejamento estratégico. Aqui são definidas as diretrizes para que se cumpram as ações objetivadas pela administração pública, ao longo de um período quadrienal. Arruda e Araújo (2020) esclarecem que o PPA é um plano de médio prazo, com o qual se pretende ordenar as ações governamentais, que levam a atingir as metas e objetivos fixados em um determinado período. Esse período entra em vigor no segundo ano do mandato presidencial, pois no primeiro ano, o governo ainda está sob a regência do PPA do governo antecessor, tendo o Poder

Executivo até o dia 31 de agosto para encaminhar o seu novo PPA para o Congresso Nacional.

A LDO já trata do planejamento técnico, com todo o arcabouço de regras para elaboração, organização e execução do orçamento. Define as prioridades que devem constar na LOA, fixando os critérios para que o Ministério Público e os Poderes da União elaborem suas propostas orçamentárias, bem como a concessão de vantagens e aumento da remuneração dos seus servidores vinculados. Sobre sua vigência, a CF/88 em seu art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, § 2º Inciso II, determina que “o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa”. Seguindo essa cronologia, a LDO deve então ser encaminhada anualmente até dia 15 de abril para o Congresso Nacional, sendo devolvida para sanção até dia 17 de julho do mesmo ano (data de encerramento do primeiro período da sessão legislativa).

No planejamento operacional, a LOA é quem informa sobre a programação dos gastos do governo em cada área, assim como todas as suas receitas, viabilizando a execução das ações planejadas no PPA. A LOA tem vigência anual dentro do exercício que foi sancionada, sendo composta por três partes. A CF/88 em seu art. 165 fala sobre sua composição:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (Brasil, 1988, p. 102).

Podemos perceber que a LOA tem força executória, não sendo permitida a inserção de dispositivos alheios à fixação de despesas e previsão de receitas. Conforme preconiza a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o projeto da LOA deve estar consoante tanto ao PPA quanto a LDO. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Matias - Pereira (2003, p. 130) interpreta que a sua aprovação “preencheu um vácuo institucional e

deu eficácia a vários dispositivos da Constituição Federal, especialmente a seus art. 163 e 169 -, a discussão sobre a importância do planejamento no contexto da Administração Pública.” A LRF passou a ser um instrumento regulador das contas públicas, estando alicerçada em eixos como planejamento, controle, transparência e responsabilização.

Interessante perceber que esses dispositivos legais, PPA, LDO e LOA compõem os eixos do ciclo orçamentário do Brasil. Segundo Arruda e Araújo:

O ciclo orçamentário corresponde ao processo que se inicia com a concepção do orçamento (elaboração), se desenvolve na discussão e na aprovação da proposta pelo legislativo (aprovação), se consolida na execução e no controle interno (execução) e conclui com a prestação de contas e a avaliação dos resultados alcançados (avaliação) pelo controle externo, ou seja, análise de sua eficácia e accountability (Arruda; Araújo, 2020, p. 43).

Consoante ao exposto, o ciclo orçamentário é um processo político, onde é decidido a alocação dos recursos e é realizada sua execução (Figura 2). O governo executa o orçamento conforme os objetivos propostos no PPA dentro do quadriênio, orientado pela LDO no que tange suas diretrizes e prioridades, com os valores delimitados na LOA. Neste processo, o orçamento público funciona inclusive como um instrumento de separação entre os Poderes Executivo e Legislativo, uma vez que cada um deles vai participar da sua elaboração, destinando recursos, executando e controlando.

Figura 2 – Ciclo orçamentário anual



Fonte: Gadelha (2017)

2.2.2 Evolução orçamentária, conceitos e funções

Nas seções anteriores, apresentamos de forma sucinta a concepção do orçamento público e sua evolução histórica no Brasil. Cumpre agora destacar conceitos, objetivando uma melhor compreensão sobre o que é o orçamento público, suas funções e os modelos de orçamento assumidos no Brasil.

O orçamento público deve ser compreendido como uma área de estudo de múltiplas disciplinas, o que assegura ao orçamento diversas naturezas, como a administrativa, jurídica, política econômica, financeira e a contábil (Giacomoni, 2023). “Orçar significa processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos para o próximo exercício e considerando as alterações já definidas para esse período” (Padoveze; Francischetti, 2017, p. 64). Essa afirmação nos permite perceber a faceta prática que o dispositivo orçamentário viabiliza.

O orçamento é um instrumento de planejamento das entidades públicas e privadas, onde está disposto o fluxo previsto das aplicações e dos ingressos de recursos em certo período (Brasil, 2024). Traçando um paralelo, podemos entender inicialmente o orçamento público como um instrumento de planejamento governamental. Constituído por dispositivos legais que normatizam e delimitam sua operacionalização, é no orçamento que constam todas as receitas e as despesas esperadas para o período estabelecido. Nesta perspectiva Bezerra Filho assevera que o orçamento público é uma:

Ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais (Bezerra Filho, 2014, p. 5).

Podemos perceber nesta definição dois princípios fundamentais na elaboração orçamentária, a anualidade e a legalidade. Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 18) complementa informando que “Trata-se de uma peça de planejamento, no qual as políticas públicas setoriais são analisadas, ordenadas segundo sua prioridade e selecionadas para integrar o plano de ação do governo [...]”. Observamos então o

caráter autorizativo do orçamento, além do fluxo operacional realizado durante sua formulação.

Diante destas interpretações, Giacomoni (2023, p. 49) nos orienta que “Ver o orçamento como o plano das realizações da administração pública é chamar a atenção para o seu importante papel como instrumento de gestão, de administração.” O orçamento dá suporte às ações governamentais, como uma ferramenta ligando o planejamento às finanças públicas, viabilizando a concretização das políticas públicas.

A repercussão do orçamento na dimensão social é destacada por Bezerra Filho (2014, p. 9) quando afirma que “orçamento público, assim como na função alocativa, é o principal instrumento para a viabilização das políticas públicas de distribuição de renda.” Nessa direção, podemos inferir que o orçamento público tem grande relevância como ferramenta democrática, permitindo inclusive o controle social, uma vez que o cidadão pode acompanhar como estão sendo aplicados os valores arrecadados com os impostos, por exemplo.

É clara a abrangência das funções do orçamento público, que inicialmente surgiu como um meio de limitar o poder dos governantes, e com o passar do tempo, amadureceu adquirindo inclusive funções de planejamento. Outros contornos que refletem sua finalidade também surgiram, como o de controle fiscal, o alocativo e o distributivo. O orçamento público evoluiu, e como Giacomoni (2023, p. 49) aponta “Uma classificação bastante simples, mas útil para efeito dessa análise, é a que divide a história da evolução conceitual e técnica do orçamento público em dois períodos: tradicional e moderno.”

Arruda e Araújo (2020, p. 49) corroboram com essa divisão e complementam afirmando que “O orçamento pode ser classificado em tradicional ou clássico e em orçamento-programa ou moderno.” Ainda segundo Arruda e Araújo (2020), o orçamento tradicional tem seu foco no objeto de gasto, sendo constituído de um único documento que trata exclusivamente do detalhamento das receitas a serem arrecadadas, e das despesas a serem executadas. Angélico esclarece que:

[...] o orçamento clássico coloca em destaque os elementos de que a administração dispõe para a execução dos serviços, ou seja, pessoal, material, equipamentos etc, sem a preocupação com os objetivos a alcançar. O orçamento clássico serve ao controle político-jurídico das despesas com aqueles elementos, mas não cria no serviço público, a consciência de missão a cumprir e de custo (Angélico, 1994, p. 23).

Fica evidenciado que o orçamento tradicional se volta para o atendimento das demandas dos órgãos públicos, na execução das suas tarefas. Não havia ainda uma preocupação em atingir objetivos ou metas, nem em fomentar os programas de trabalho do governo. Com o tempo esse modelo passou a não atender mais às necessidades administrativas governamentais, sendo necessário uma reformulação no entendimento de orçamento público. Arruda e Araújo asseveram que:

A principal característica que o distingue do orçamento tradicional é que o orçamento-programa parte da previsão de recursos para que sejam definidos as atividades e os projetos que serão executados, enquanto no orçamento tradicional a previsão dos recursos constitui a etapa final do processo de planejamento (Arruda; Araújo, 2020, p. 50).

A diferença apresentada por Arruda e Araújo no momento da previsão dos recursos, é reflexo do fato do orçamento-programa já incluir em seu escopo o programa de trabalho do governo. Piscitelli expõe que:

Entende-se por orçamento-programa aquele que discrimina as despesas segundo sua natureza, dando ênfase aos fins (e não aos meios), de modo a demonstrar em que e para que o governo gastará, e também quem será responsável pela execução de seus programas (Piscitelli, 2019, p. 37).

A sua elaboração leva em consideração o planejamento do governo, sendo construído em função do que se pretende realizar. O que evidencia os programas de trabalho, estabelecendo metas, objetivos, custos e resultados a serem alcançados.

2.2.3 Orçamento do IFPB

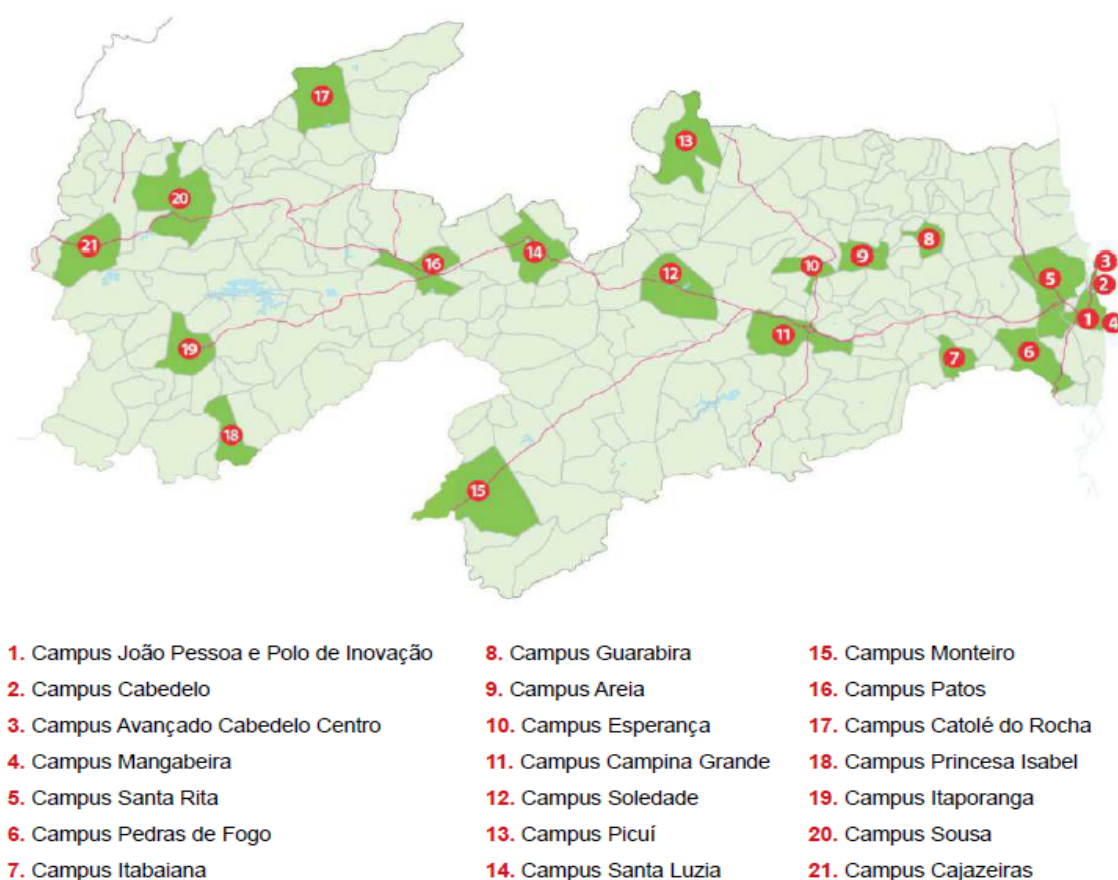
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Meirelles esclarece que:

Entidades autárquicas - São pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou. Funcionam e operam na forma estabelecida na lei instituidora e nos termos de seu regulamento [...] (Meirelles, 2016, p. 70).

O IFPB é uma entidade autônoma vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com recursos próprios para o desenvolvimento das suas atividades. Possui

21 *campi* espalhados pela Paraíba (Figura 3), que funcionam como órgãos gerais locais. Os *campi* são instituídos por lei, possuindo orçamento próprio e autonomia administrativa para gerenciar seu orçamento, conforme as diretrizes governamentais, o Estatuto e o Regimento Geral do Instituto.

Figura 3 - Abrangência do IFPB



Fonte: IFPB (2021a)

Como parte integrante da Rede Federal EPCT, participa do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O CONIF foi criado em 2009, logo após a lei que originou os Institutos Federais, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Representa “[...] uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. O

Conselho atua no debate e na defesa da educação pública [...]” (CONIF, 2023). O CONIF é constituído pelos reitores da Rede Federal EPCT.

Essa contextualização inicial é essencial para entendermos como se dá a elaboração da proposta orçamentária do IFPB, por meio da transferência de receitas arrecadadas pelo Governo Federal. Como órgão vinculado ao MEC, Leite nos informa que:

Especificamente no MEC, a consolidação da proposta compete à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), órgão setorial integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. A SPO, sob orientação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão específico vinculado ao Ministério da Economia, coordena a elaboração da proposta orçamentária anual de todo o MEC, incluindo a da Rede Federal de EPCT, definindo diretrizes e limites para a proposta orçamentária anual (Leite, 2022, p. 37).

Após as definições das diretrizes e limites informados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o CONIF, através do Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN), fica responsável por desenvolver uma metodologia que permita o rateio dos recursos oriundos do MEC entre a Rede Federal EPCT. Essa metodologia para distribuição dos recursos de forma equitativa e também proporcional, deve ser aprovada pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Cumprе informar que os recursos aqui citados, são destinados a cobrir despesas discricionárias correntes (típicas do funcionamento da instituição), e de capital (geração ou aquisição de bens patrimoniais). Não fazem parte dessas despesas as despesas obrigatórias, como salários, encargos sociais e benefícios dos servidores, conforme disposto no art. 9 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Logo, o orçamento é concebido para garantir o funcionamento das Instituições, tendo como foco as ações de Funcionamento da Educação, Assistência ao Educando e de Expansão e Reestruturação.

A metodologia empregada pelo FORPLAN, se estrutura em forma de matriz (Matriz CONIF), que estipula parâmetros com base no número de matrículas, tipificação dos *campi*, assistência estudantil, ensino, pesquisa, extensão e inovação. Esses parâmetros não são fixos, podendo variar ao longo dos anos pois são revisados anualmente pelo FORLAN. Com a aprovação da Matriz CONIF pelo SETEC, estando de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), são

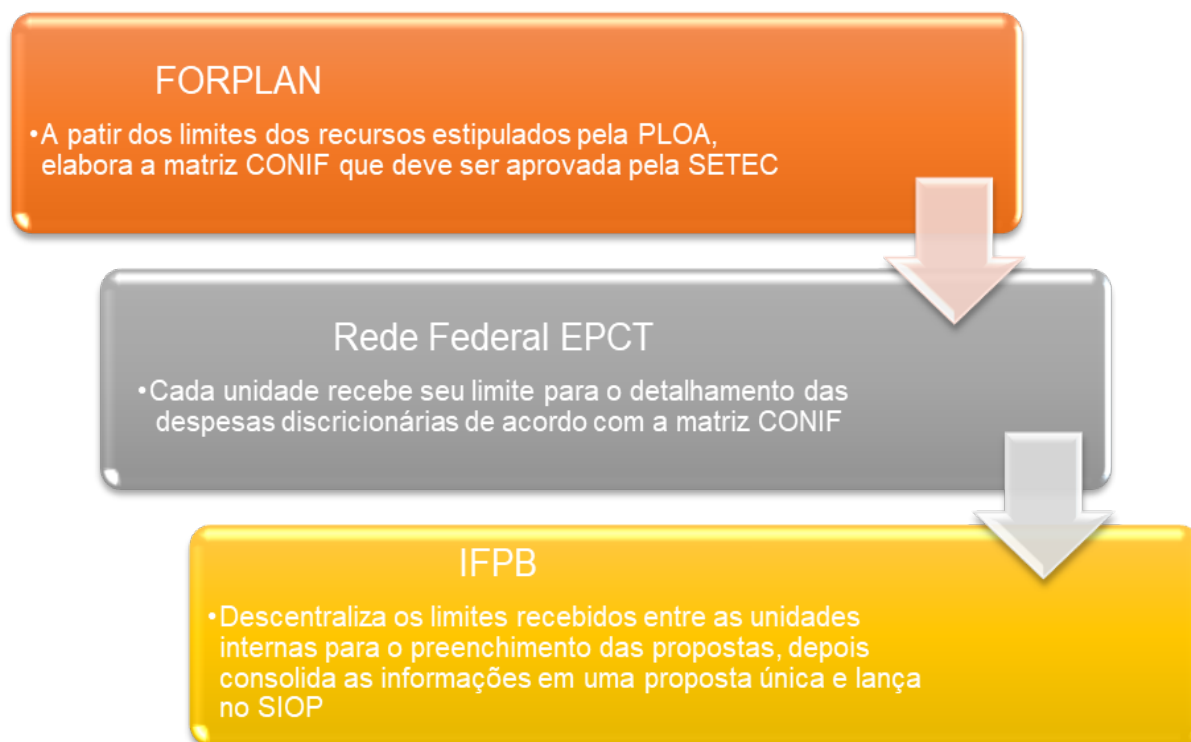
repassados os limites orçamentários para as unidades que compõem a Rede Federal EPCT.

Importante compreender que a proposta apresentada na PLOA, considera o IFPB como uma unidade, porém a Reitoria do Instituto realiza a gestão deste recurso de forma descentralizada, respaldado na metodologia utilizada pela própria Matriz CONIF. Desta forma, através da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PRAF), é realizada a distribuição interna dos limites dos recursos recebidos, ficando a mesma responsável pela macrogestão da execução. A distribuição interna é fundamentada na mesma metodologia da Matriz CONIF. Essa ação é realizada por meio do compartilhamento de planilhas eletrônicas, encaminhadas com os limites estabelecidos e orientações gerais para seu preenchimento.

As planilhas são compartilhadas com as unidades internas, que têm autonomia para a realização do detalhamento das suas despesas de acordo com seu planejamento. Atualmente no Instituto, além dos *campi* e da Reitoria, os órgãos executivos sistêmicos como as pró-reitorias de: Ensino (PRE), Extensão e Cultura (PROEXC) e de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), possuem dotação orçamentária. Também são destinados recursos para as despesas com ações de educação a distância, e para o ecossistema de inovação e tecnologia.

A Diretoria de Orçamento (DOR), vinculada à PRAF, é responsável por coordenar e supervisionar a operação de captação das propostas internas. Depois de consolidar todas as informações das planilhas encaminhadas, a DOR faz o lançamento das propostas de forma unificada no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) do governo. conforme figura abaixo:

Figura 4 – Elaboração da proposta orçamentária do IFPB



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Após a aprovação da LOA, as planilhas com as propostas das unidades internas do IFPB podem receber ajustes (acréscimos ou reduções), de forma pontual em alguma ação, ou de forma linear em todas as ações. Os valores ainda podem ser alterados através do recebimento de Termos de Execução Descentralizados (descentralização de créditos orçamentários de outros órgãos ou entidades), créditos adicionais ou de recursos arrecadados pelo próprio IFPB.

3 METODOLOGIA

Ao longo da pesquisa científica a metodologia é condição *sine qua non* para sua realização. Prodanov e Freitas (2013, p. 14) nos informam que a metodologia “[...] examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.” Emerge desta maneira, como o alicerce da estrutura da pesquisa.

Partindo deste princípio, planejar uma pesquisa invariavelmente se inicia com a definição do problema, que no presente estudo, é descobrir como está sendo realizado o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB. “Rigorosamente, um projeto só pode ser definitivamente elaborado quando se tem o problema claramente formulado, os objetivos bem determinados, assim como o plano de coleta e análise dos dados” (Gil, 2017, p. 19). A definição adequada destes elementos é o que vai constituir a robustez do trabalho científico.

O estudo adota uma metodologia qualitativa, para investigar as ações de internacionalização autofinanciadas no IFPB. Quanto ao objetivo, caracteriza-se como descritivo, com o propósito de esclarecer os aspectos e dinâmicas associados ao processo em questão. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52) “Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador.” Os objetivos delimitados na pesquisa, visam mapear, analisar e verificar os dados coletados, de forma a subsidiar a elaboração do produto técnico-tecnológico fundamentado nos conhecimentos adquiridos.

Por conseguinte, o próprio IFPB é o universo desta pesquisa, com foco na Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) que, de acordo com a Resolução - CS nº 40/2019, responde pela gestão administrativa das atividades vinculadas à Política de Internacionalização do Instituto. É oportuno esclarecer sobre o recorte temporal da pesquisa. A decisão pelo período de 2019 a 2023 foi em observância a Resolução – *Ad Referendum* nº 19, de 24 de abril de 2018, que aprovou a Política de Internacionalização do IFPB, sendo convalidada pela Resolução – Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019. Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, traz como desafio da ARINTER a garantia de

orçamento para as ações de internacionalização entre 0,5 % a 1% do orçamento até 2024.

Para a coleta de dados, o procedimento técnico adotado foi o levantamento documental. Prodanov e Freitas (2013, p. 55) argumentam que “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.” Quanto à análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que será melhor abordada no subitem 3.3 Análise de dados. Essa etapa foi imprescindível para a análise detalhada da documentação pertinente ao fenômeno investigado.

Convém informar que a coleta dos dados foi realizada através da documentação disponível no sítio eletrônico do IFPB, com especial atenção aos relatos integrados. Estes, conforme estabelece Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84, de 22 de abril de 2020 (IN - TCU 84/2020) que trata da prestação de contas da administração pública federal para com o Tribunal de Contas da União (TCU), consistem em:

[...] uma nova abordagem para o processo de relatar. O produto desse processo será um relatório integrado, cujo objetivo é integrar informação financeira e não financeira. Esta informação deve ser concisa e abrangente, e compreender a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas das organizações (Brasil, 2020, p.19).

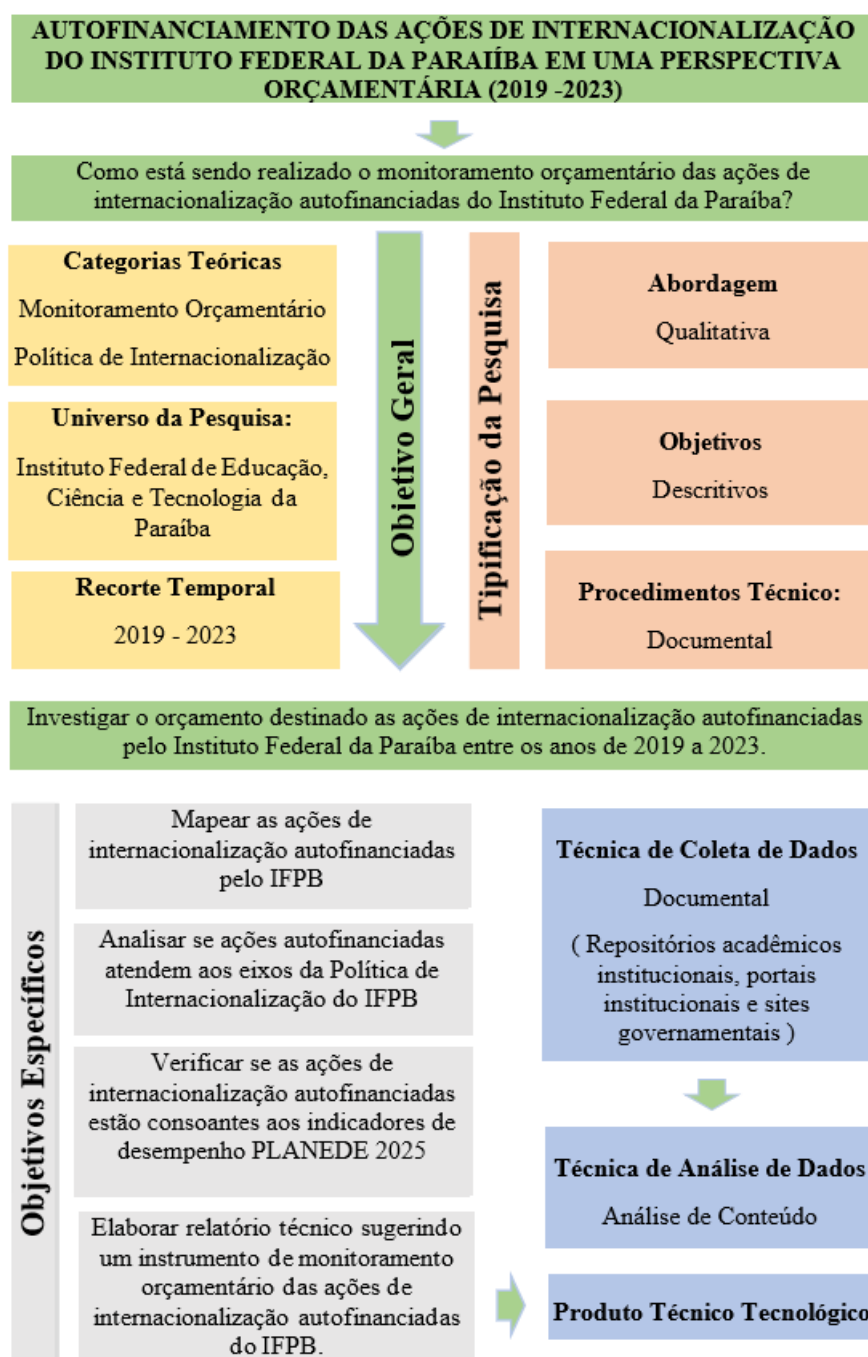
A IN - TCU 84/2020, também institui normas para prestação de contas das unidades prestadoras de contas (UPC) . Em seu art. 8, indica que em seu conteúdo devem constar informações sobre os programas, ações e projetos, além de detalhar sua execução orçamentária e financeira. Quanto à forma, orienta que deve ser apresentado o relatório de gestão em formato de relato integrado da gestão da UPC, tendo estes que serem disponibilizados no sítio eletrônico oficial da UPC, por um período de no mínimo cinco anos.

Após a coleta dos dados, percebida a necessidade de complementação de informações, recorrendo à Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foram protocoladas quinze perguntas direcionadas ao IFPB. As perguntas foram elaboradas objetivando elucidar pontos pertinentes à pesquisa, e com isso obter informações mais precisas sobre o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas (Apêndice A). Para tanto, foi utilizada

a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), do sítio eletrônico da Controladoria Geral da União, por meio do protocolo NUP: 23546.083682/2024 - 00, no dia 10 de setembro do ano de 2024.

Com o intuito de sintetizar o percurso metodológico construído para a consolidação deste trabalho, proporcionando uma melhor percepção do seu delineamento, foi estruturado o desenho sistêmico do desenvolvimento da pesquisa:

Figura 5 – Percurso Metodológico



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

3.1 Parâmetros do mapeamento orçamentário

Definidos o universo da pesquisa e o recorte temporal, é essencial informar os parâmetros (Quadro 3) estabelecidos na realização do mapeamento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB. Estando estipulado que o orçamento analisado é oriundo do próprio IFPB (autofinanciamento), este então, deve atender aos eixos da Política de Internacionalização do Instituto.

O atendimento aos eixos pode ocorrer de forma direta, através de editais de mobilidade acadêmica, por exemplo, ou por meio da previsibilidade do seu atendimento. Neste último caso, conseguimos observar se a destinação do orçamento satisfaz aos eixos da Política de Internacionalização, analisando os objetivos dispostos tanto nas ações informadas, quanto nos editais e chamadas públicas do IFPB, com destinação de recursos próprios.

Para o mapeamento das ações de internacionalização autofinanciadas, foram analisados os relatos integrados de 2019 a 2023 do IFPB. Cumpre informar que o Relato Integrado de 2022 e o Relatório Integrado de Gestão 2023, trouxeram informações apenas do âmbito da Reitoria, os *campi* não foram incorporados como nos anos anteriores. Também foram analisados, dentro deste período, os relatórios de gestão do Polo de Inovação, que são publicados de forma desvinculada dos relatos integrados do IFPB.

Conforme IN - TCU 84/2020, os relatos integrados trazem em seu escopo todas as ações realizadas pela UPC, neste caso o IFPB, que tenham ou não destinação orçamentária. Nos relatos integrados publicizados pelo Instituto neste período, foram analisados os planos de ações que, entre outras informações, sinalizam o valor previsto para a realização de cada ação. Ações sem previsão orçamentária, sem custos envolvidos, ou com previsão orçamentária oriunda de agências de fomento, outros órgãos, entidades ou outras parcerias externas, não foram consideradas neste mapeamento orçamentário.

Buscando respaldar as informações encontradas nos relatos integrados, no que tange às bolsas de apoio financeiro, adotou-se como critério a previsão desta destinação orçamentária descrita nos editais ou chamadas públicas. Tanto o edital quanto à chamada pública, são instrumentos de publicização de informações utilizados pelos órgãos públicos, que asseguram a transparência do processo de seleção, definem seus objetivos e a finalidade do orçamento previsto. O

levantamento destes documentos, foi realizado no sítio eletrônico do IFPB, abrangendo não só o âmbito da Reitoria mas se estendendo aos *campi* e Polo de Inovação. Segue quadro resumo dos parâmetros da pesquisa:

Quadro 3 - Parâmetros da pesquisa

PERÍODO	DOCUMENTOS ANALISADOS	OBJETIVO DAS AÇÕES ANALISADAS	AÇÕES MAPEADAS	VALIDAÇÃO DO ORÇAMENTO PREVISTO
2019 - 2023	Relatos Integrados e Relatórios de Gestão	Atender aos eixos da Política de Internacionalização do IFPB	Com previsão orçamentária própria	Editais publicados no sítio eletrônico do IFPB

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

3.2 Técnica e procedimento da coleta de dados

Sendo esta uma pesquisa documental, cumpre esclarecer sobre sua sistematização: identificação das fontes, quais documentos foram considerados para efeito de análise, obtenção do material e como se realizou a coleta de dados.

As fontes documentais escolhidas foram primárias, sendo explorados os documentos institucionais: regimentos, resoluções, recomendações, planos de desenvolvimento institucional, relatórios de gestão bem como relatos integrados, chamadas públicas e editais publicados entre os anos de 2019 e 2023. A escolha dos documentos analisados fundamenta-se nos objetivos dispostos na pesquisa, visando a extração de dados e informações relevantes ao estudo.

Os documentos foram obtidos no sítio eletrônico do IFPB, são arquivos públicos, distribuídos nas abas de navegação dos *campi*, pró-reitorias, ARINTER e ecossistemas de inovação do IFPB. Foi realizada também consulta pública na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), no sítio eletrônico da Controladoria Geral da União.

Seguindo a lógica apresentada, os procedimentos da coleta podem ser divididos em três fases, sendo este conjunto de procedimentos, condição basilar para garantir uma compreensão abrangente e detalhada do fenômeno em questão.

Inicialmente foi efetuado o levantamento dos instrumentos legais e normativos internos, que discorrem sobre a internacionalização da educação no IFPB, tratando direta ou indiretamente das suas ações. De forma concomitante com a mesma finalidade, esmiuçamos os planos de desenvolvimento institucional (PDI), PDI 2015-2019 e o PDI 2020-2024, conforme recorte temporal estabelecido. Esta fase mirou em identificar e compreender as diretrizes do Instituto para a internacionalização, não apenas através da sua Política de Internacionalização, constituindo um aprofundamento teórico.

Em seguida foi realizado o mapeamento das ações de internacionalização autofinanciadas pelo IFPB, com o intuito de compreender os critérios, volume orçamentário e os eixos atendidos, de acordo com sua Política de Internacionalização. Foram coletadas informações a partir dos relatórios de gestão disponibilizados na forma de relatos integrados, documentos de gestão administrativa publicizados pelo Instituto em seu sítio eletrônico.

Tal operação, possibilitou observar as ações de internacionalização que possuem previsão orçamentária para sua realização. Essa previsão orçamentária quando estipulada por meio de bolsas de apoio financeiro, foi validada verificando os editais e chamadas públicas publicados no portal do IFPB, que indicam em seus objetivos fomento à internacionalização. A eleição destes documentos para fins de ratificação das informações, se justifica por serem dispositivos utilizados pela administração pública para comunicação de forma oficial.

Por fim, objetivando detectar os indicadores de desempenho vinculados à internacionalização constantes no Planejamento Estratégico Decenal 2016 - 2025 (PLANEDE 2025), foi realizada consulta pública ao Fala. BR sobre este tema. Essa ação foi necessária uma vez que, sendo o PLANEDE 2025 um sistema eletrônico, utilizado como ferramenta interna da gestão do IFPB, não foi possível encontrar documentos no sítio eletrônico do Instituto. O acesso ao sistema não é público, o que inviabiliza a verificação dos indicadores de forma direta.

Todos os dados obtidos foram compilados, servindo de parâmetro analítico para as ações de internacionalização autofinanciadas, com base nos objetivos específicos propostos na pesquisa. Com estas informações, foi possível correlacionar as ações de internacionalização ao orçamento e aos indicadores de desempenho, elucidando esta dinâmica.

3.3 Análise de dados

Após a coleta dos dados, procedemos com o seu tratamento através da análise de conteúdo dos documentos selecionados. A escolha por essa técnica permitiu identificar o que está sendo informado sobre o assunto. Bardin (2016, p. 44) esclarece que “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” As inferências produzidas sobre as fontes primárias, nos permitiram interpretar o conteúdo dos documentos analisados.

Bardin (2016) orienta sobre a estruturação das etapas da análise de conteúdo, organizando-as em três eixos temporais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira etapa tem por finalidade organizar e operacionalizar as ideias iniciais, propondo o desenvolvimento dos procedimentos que serão executados em um plano de análise. São missões desta etapa: seleção dos documentos que serão analisados, elaboração das hipóteses e dos objetivos e formulação dos indicadores que servirão de base para interpretação final. A etapa seguinte é a exploração do material, com seu tratamento e codificação. Finalizando vem o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que consiste em apurar e desenvolver os dados brutos, tornando estes válidos e significativos.

Aplicando a estruturação de Bardin à presente pesquisa, na pré-análise nos dedicamos a definir, organizar e sistematizar os documentos que foram coletados para formação do *corpus* a ser analisado (Quadro 4). Foram selecionados documentos relevantes capazes de contribuir substancialmente para o estudo, extraídos do sítio eletrônico do IFPB. Essa etapa envolveu também, a realização de uma leitura flutuante e árdua, revelando informações pertinentes ao objeto de estudo. Foi possível apreender conhecimentos que permitiram o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, auxiliando na interpretação dos dados e resolução do problema.

Quadro 4 - Sistematização documental

DOCUMENTOS	OBJETIVOS
Resolução nº 144 - CS, de 11 de agosto de 2017	Verificar as competências e atribuições da ARINTER
Resolução nº 40 - CS, de 7 de agosto de 2019	Compreender as diretrizes da Política de Internacionalização adotada pelo IFPB
Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 e 2020- 2024	Identificar qual o plano de desenvolvimento institucional do IFPB para internacionalização
Relatos Integrados do IFPB de 2019 a 2022 e Relatório Integrado de Gestão 2023	Mapear as ações de internacionalização autofinanciadas e identificar os eixos da Política de Internacionalização atendidos com orçamento próprio
Relatório de Gestão do Polo Inovação 2017 a 2022 e Relatório de Gestão do Polo Inovação 2023	

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na etapa da exploração do material os dados foram codificados com base nas unidades de registro identificadas durante a pré-análise (Quadro 5). A categorização é a transformação dos dados brutos encontrados na pesquisa durante a coleta, com o objetivo de apresentar o conteúdo e dilucidar suas particularidades. Para Bardin (2016), a identificação das categorias (C) acompanha os critérios semânticos, vinculados ao seu significado, conforme se interpreta e estabelece comparações entre as unidades de registro. Desta forma, foi realizada a extração e a numeração dos códigos (c), e seu agrupamento em categorias, com o auxílio do Microsoft Excel (*software* de planilhas eletrônicas).

Seguindo a abordagem categorial da análise de conteúdo, durante a codificação foi adotada a grade de análise mista, onde segundo Vergara (2005), tanto podem ser definidas categorias de forma preliminar, quanto podem também ser incluídas ou modificadas categorias ao longo da exploração do material.

Quadro 5 - Categorização

Categorias (C)	Códigos (c)
C. 1 - Internacionalização	c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização
C. 2 - Ações de internacionalização	c.2 - Ações de internacionalização c.2.1 - Edital de internacionalização

	c.2.2 - Chamada Pública c.2.3 - Memorando de entendimento c.2.4 - Acordo de cooperação c.2.5 - Cooperação internacional c.2.6 - Intercâmbio c.2.7 - Mobilidade acadêmica c.2.8 - Idiomas c.2.9 - Línguas c.2.10 - Missão internacional c.2.11 -Evento internacional c.2.12 - Visita técnica internacional c.2.13 - Convênios internacionais
C. 3 - Orçamento para internacionalização	c.3 - Monitoramento orçamentário c.3.1 - Autofinanciamento c.3.2 - Financiamento da internacionalização

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Este processo facilitou a organização do material de acordo com as categorias definidas , que incluem: C. 1 - Internacionalização, C. 2 - Ações de internacionalização e C. 3 - Orçamento para internacionalização. Cabe pontuar que a escolha dessas categorias levou em consideração os conhecimentos teóricos da pesquisadora, o problema e os objetivos da pesquisa. Durante a exploração do material observou-se a necessidade de ampliar os códigos, verificando também sua flexão em número, para alcançar uma compreensão mais abrangente do conteúdo analisado, estabelecendo relações claras entre os temas investigados e as categorias.

As categorias de análise serviram como pilares norteadores para a interpretação dos dados, permitindo uma maior compreensão das dinâmicas relacionadas ao objeto de estudo. Este procedimento analítico, proporcionou reflexões detalhadas sobre a implementação do monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas no IFPB, contribuindo para um entendimento mais aprofundado do tema em questão.

A última etapa envolveu o tratamento dos resultados brutos, o reagrupamento do material analisado, considerando suas semelhanças e diferenças, e sua interpretação à luz dos objetivos da pesquisa. Este processo resultou na extração de informações legítimas e relevantes, que serão melhor detalhadas à frente no capítulo sobre a discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo traz a apresentação dos dados coletados e a discussão dos resultados, baseado na análise realizada, tencionando compreender o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB. Neste processo, com a investigação orientada pelos objetivos específicos, foi possível responder a questão precípua deste trabalho.

Para tanto, o capítulo foi dividido de acordo com os documentos analisados conforme o Quadro 4 - Sistematização documental. Somado a estes, será apresentado o resultado da análise das chamadas públicas e editais publicados neste período no sítio eletrônico do IFPB, identificados com ações de internacionalização autofinanciadas. Também foi incorporada à consulta pública encaminhada ao IFPB, através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Fala. BR (Anexo A e Anexo B).

Em termos gerais, as resoluções selecionadas para análise apresentadas aqui, serviram como fulcro estruturante desta investigação, permitindo entender as diretrizes da Política de Internacionalização adotada pelo IFPB. Quanto aos planos de desenvolvimento institucional, relatos integrados e relatórios de gestão, foram submetidos a análise a partir das categorias definidas (Quadro 5), satisfazendo os objetivos da pesquisa e permitindo a realização de inferências.

As chamadas públicas e editais foram essenciais para compreensão dos valores orçamentários disponibilizados, bem como eixos de internacionalização atendidos. Já os documentos em resposta à consulta pública realizada, serviram para aclarar pontos e preencher lacunas detectadas durante a exploração do material, subsidiando a elaboração das considerações finais.

4.1 Contextualização do período

Antes de adentrar a discussão dos resultados, é imprescindível uma breve contextualização histórica do período delimitado na pesquisa. Entre os anos de 2020 e 2023 o mundo enfrentou um período de emergência de saúde pública, de acordo com a Organização Mundial da Saúde¹, devido a síndrome respiratória causada pelo

¹ A Organização Mundial da Saúde caracterizou em 11 de março de 2020, a COVID-19 como uma pandemia, e em 5 de maio de 2023, decretou o fim do período de emergência em saúde pública de importância internacional (OPAS, 2023).

vírus SARS-CoV-2, que ficou conhecido como a pandemia do coronavírus (COVID - 19) (OPAS, 2023). No Brasil a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, regulamentou a operacionalização das medidas de enfrentamento decorrentes da COVID - 19. O Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 foi aprovado dando início ao reconhecimento do estado de calamidade pública no país.

Neste período, entre outras providências, houve a restrição da mobilidade social, seja através do distanciamento social, da quarentena² ou de medidas decretadas para controlar o fluxo de pessoas que entravam e saiam do país, com intuito de minimizar a disseminação do vírus (Brasil, 2020a). As restrições foram se tornando mais brandas, à medida que a vacinação populacional avançou e a taxa de contágio da COVID-19 diminuiu.

O IFPB diante deste cenário, homologou como medida de enfrentamento da pandemia, conforme consta em seu art. 1º da Resolução AR 13/2020 - CONSUPER/ REITORIA/ IFPB, de 17 de março de 2020:

- I - a suspensão de todas as atividades didático-pedagógicas, no âmbito do IFPB;
- II - a suspensão de viagens de qualquer natureza, nacionais e internacionais, para participação em qualquer tipo de evento, inclusive para qualificação ou capacitação, ressalvadas as viagens de extrema necessidade que deverão ser objeto de análise por parte do respectivo ordenador de despesas; [...] (IFPB, 2020b, p.1).

O retorno das atividades presenciais se deu de forma gradual no IFPB, de acordo com a Resolução nº 28/2020 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, de 28 de julho de 2020, em seu art. 30 “A retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais (AAP) deverá ocorrer de forma gradativa, de acordo com as diretrizes institucionais e governamentais referentes à Pandemia COVID-19” . Assim, segundo o sítio eletrônico da Instituição, ainda em 2021 as atividades presenciais começaram a ser retomadas, seguindo o Protocolo de Biossegurança IFPB³.

4.2 Resolução nº 144 - Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017 e Resolução - Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019

A Resolução nº 144 - Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017, versa

² Medida de isolamento social com o intuito de prevenir a dispersão da COVID-19.

³ Documento anexo à Portaria nº 372/2021 - REITORIA/IFPB, de 8 de abril de 2021.

sobre o Regimento Geral do IFPB, e informa em sua seção I, art. 52 quais são os órgãos auxiliares da Reitoria. A Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), é um órgão auxiliar da Reitoria e tem como finalidade atuar como articulador das relações internacionais do IFPB.

Para a presente análise cabe destacar a subseção III, que trata especificamente da ARINTER, dispondo em seu art. 58 suas competências e atribuições:

- I – assessorar a Reitoria nas questões inerentes às políticas, diretrizes e tomadas de decisões dos assuntos internacionais;
- II – assessorar o Reitor e demais membros do IFPB em missões ao exterior;
- III – acompanhar a realização de convênios, parcerias, acordos de cooperação e intercâmbio entre o IFPB e instituições de ensino, pesquisa e extensão de outros países;
- IV – apoiar a recepção de missões, delegações e visitas internacionais no IFPB;
- V – assessorar na formulação de projetos, em articulação com os diversos setores do IFPB, para a captação de recursos e para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos a serem realizados em instituições estrangeiras;
- VI – coordenar e supervisionar o processo de aplicação de testes de proficiência internacionais aplicados no IFPB;
- VII – assessorar os diversos setores do IFPB nas atividades de mobilidade nacional e internacional do Instituto;
- VIII – articular ações internacionais da própria ARINTER com os Núcleos de Assuntos Internacionais (NAIS) no âmbito do IFPB;
- IX – fornecer informações sobre o IFPB para os órgãos, instituições e empresas acreditados sediados no Brasil e/ou no exterior em parceria com a Diretoria de Comunicação Social;
- X – assessorar os interessados em processos de afastamento do País para missões, intercâmbio, participação em congressos e similares ou para cursos de pós-graduação;
- XI – desempenhar outras atividades relacionadas com a sua área de atuação (IFPB, 2017b, p. 27).

Evidenciada a posição da ARINTER como articuladora das ações de internacionalização do Instituto, no Item V, podemos observar que é feita referência sobre a captação de recursos. Neste item, destaca-se a atribuição da ARINTER de sistematizar, entre os demais setores do IFPB, a obtenção de recursos para ações a serem desenvolvidas em instituições estrangeiras. O recurso para o desenvolvimento das ações de internacionalização do Instituto, voltará a ser tratado na Resolução - CS nº 40/2019.

A Resolução - CS nº 40/2019, apresenta a Política de Internacionalização do IFPB. Ainda nas disposições preliminares, foram determinados os nove eixos para as ações de internacionalização que serão desenvolvidos pelo Instituto (IFPB, 2019), sendo estes:

- Memorandos de entendimento (MOUs) e acordos de cooperação;
- Projetos com cooperação internacional;
- Intercâmbio e mobilidade acadêmica;
- Idiomas e línguas;
- Comunicação e divulgação dos dados e indicadores internacionais;
- Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais;
- Normativas e regulamentos relacionados à internacionalização;
- Estrutura de escritório e pessoal;
- Financiamento e investimento.

Destacamos que os eixos da Política de Internacionalização do IFPB são os alicerces para análise documental da presente pesquisa. Permitindo identificar, dentro das ações autofinanciadas levantadas, quais estariam consoantes às diretrizes do Instituto.

Em sua Política de Internacionalização, o IFPB (IFPB, 2019, p.12) se compromete a desenvolver a internacionalização “de forma ativa, participativa e plural”. Essa instrução é incorporada aos capítulos descritos, ficando evidenciada na seção III, art. 7, seu comprometimento com a promoção da internacionalização, estabelecendo como metas:

- I - Sensibilizar a comunidade acadêmica para as relações internacionais,
- II - Mapear as relações internacionais no IFPB,
- III - Incrementar e fomentar as reações internacionais no IFPB,
- IV - Divulgar oportunidades e eventos de âmbito internacional,
- V - Participar em instâncias de fomento à internacionalização e capacitação em gestão de assuntos internacionais,
- VI - Desenvolver acordos e parcerias com instituições internacionais de reconhecido prestígio acadêmico, em todos os continentes,
- VII - Melhorar a condição de preparo dos estudantes para um mundo globalizado/internacionalizado,
- VIII - Internacionalizar a matriz curricular dos Cursos de Graduação e dos Cursos de PósGraduação,
- IX - Desenvolver ações de Extensão em parceria com instituições internacionais,
- X - Inserir/aprimorar o perfil institucional no cenário global (IFPB, 2019, p. 5).

Para além das metas estipuladas, no capítulo II, art. 17 são apresentadas propostas para fortalecer o desenvolvimento da internacionalização no Instituto. Entre as ações propostas, está a de “[...] dotar a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais de recursos financeiros destinados a apoiar a

participação de discentes, docentes e técnicos em programas de mobilidade e intercâmbio internacional” (IFPB, 2019, p.12). Essa proposição aponta a disposição do IFPB ao fomento das ações de internacionalização, assinalando a necessidade da destinação de recursos para este fim.

Quanto aos recursos para oportunizar a Política de Internacionalização, o art. 27 informa que:

A Política de Internacionalização do IFPB será viabilizada por meio da aplicação de recursos próprios, através da instituição de mecanismos internos financiadores, da captação de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas e de parcerias com instituições e empresas públicas e privadas nacionais e internacionais (IFPB, 2019, p. 20).

Esse posicionamento, destaca inicialmente a primordialidade da utilização de recursos próprios do Instituto para fomentar as ações de internacionalização. Importante compreender sobre este fomento, que, conforme preconiza o art. 26, as práticas internacionais devem ser consolidadas “ [...] em todos os níveis, segmentos e *campi* com a participação ativa da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais”(IFPB, 2019, p.19). Isso vai ao encontro da finalidade do IFPB, que é uma instituição que desenvolve a educação em diversos níveis de ensino, através do sistema de multicampi no estado da Paraíba.

4.3 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015- 2019 e 2020- 2024

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, determinou a realização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos Institutos Federais (IFs). Os IFs, como instituições de ensino superior, devem apresentar o PDI como condição para seu credenciamento e credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC).

O PDI, de vigência quinquenal, tem suas diretrizes estabelecidas inicialmente no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, sendo posteriormente revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, onde foram detalhados todos os seus elementos no art. 21. Como um importante instrumento institucional de planejamento estratégico, o PDI entre outras informações, esclarece sobre a missão, metas e objetivos da Instituição, além das diretrizes pedagógicas.

Traz transparência às ações, contribuindo para divulgação das informações institucionais.

Dentro do lapso temporal estabelecido na pesquisa, foram analisados os planos de desenvolvimento institucional dos períodos de 2015 a 2019 e de 2020 a 2024. Os documentos foram analisados de forma detalhada com base nas categorias teóricas estabelecidas. O Quadro 6 - PDI 2015 - 2019 e o Quadro 7 - PDI 2020 - 2024, foram constituídos de modo a apresentar, de forma resumida, informações expressivas encontradas durante a análise. Assim, foram estruturados a partir das categorias, evidenciando a frequência da ocorrência dos códigos, pautando um aspecto geral, com destaque de um tópico de relevância e finalizando com uma breve inferência.

4.3.1 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019

Iniciando a análise pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019 (PDI 2015 - 2019), observamos que não existe um capítulo ou seção específica direcionada a internacionalização. Nem tão pouco menção ao monitoramento orçamentário das ações de internacionalização, estando as ações de internacionalização dispersas no documento, como podemos verificar no Quadro 6 - PDI 2015 - 2019.

Quadro 6 - PDI 2015 - 2019

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2015 - 2019				
Categorias (C) / Códigos (c)	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência

C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 0 c.1.1 - 21 c.1.2 - 0 c.1.3 - 0	O contexto da internacionalização é citado ao longo do referido Plano de forma pontual.	Diretriz Geral do Ensino: “Instituir políticas de parceria, cooperação técnica científica e intercâmbio com instituições de ensino superior nacional e internacional, em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito.”	A internacionalização é mencionada a partir das políticas de ensino, pesquisa e extensão.
--	--	--	--	--

O PDI 2015 - 2019 nos informa que a área de atuação do IFPB é essencialmente a Paraíba, mas não exclui outros cenários, seja nacional ou internacional. Podemos constatar esse direcionamento quando examinamos a finalidade do Instituto (IFPB, 2015a, p. 29) de “promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.” Conforme destacado no quadro acima, em relação a categoria C.1 - Internacionalização, as diretrizes gerais do ensino, já informam sobre a necessidade de constituir políticas para desenvolver parcerias, cooperação técnica científica, e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais.

Consoante a finalidade apresentada no documento, a Política de Extensão (IFPB, 2015a, p. 94) explicita a orientação de “valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional”. Essa orientação é reforçada pela meta 7, “Promover a solidariedade internacional firmando convênios com países com padrão de vida entre baixo a médio” (IFPB, 2015a, p.147), e amparada pela meta 8, “Garantir a participação dos extensionistas em eventos nacionais e internacionais para apresentação de trabalhos” (IFPB, 2015a, p.148). Segundo o documento, ambas as metas foram alcançadas ao longo deste período.

No que tange às políticas destinadas à pesquisa, inovação e pós-graduação, destaca-se o objetivo de “Ampliar e fortalecer as relações de cooperação e parceria com programas de Pós-Graduação stricto-sensu de outras instituições, inclusive de instituições internacionais” (IFPB, 2015a, p. 87). Este objetivo sugere a possibilidade da internacionalização, que se consolida mais a frente, quando disposto como objetivo “Estabelecer parcerias de ensino de pós-graduação e de projetos de pesquisa e de inovação com instituições internacionais de modo a possibilitar o intercâmbio de pesquisadores/professores entre as instituições envolvidas” (IFPB, 2015, p. 88).

Estes mesmos objetivos ainda são reforçados pela diretriz estratégica das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, que visa constituir, junto a instituições internacionais, parcerias para “[...] promover a cooperação em termos de projetos de pesquisa aplicada e inovação, assim como no âmbito do ensino e co-orientações em programas de pós-graduação” (IFPB, 2015a, p. 92). É possível perceber que a internacionalização tem grande relevância dentro da área de

pesquisa do Instituto, que objetiva fortalecer e expandir sua projeção nacional e internacional.

Cabe um destaque pertinente ao estudo, a ARINTER é mencionada dentro do programa de pesquisa, inovação e pós-graduação. De forma pontual, a pós-graduação informa que, para atingir suas metas, realizará ações em conjunto, como “Apoiar (junto com a ARINTER e Diretoria de Pesquisa) meios de colaboração e interação entre pesquisadores e Programas de Pós-Graduação existentes (ou em construção) com Instituições/Grupos de Pesquisa Internacionais” (IFPB, 2015a, p. 129). A ARINTER não voltará a ser mencionada em nenhum outro momento do PDI 2015 - 2019.

Com base na análise documental, sobre a categoria C. 2 - Ações de internacionalização, foi possível perceber algumas ações, mesmo que estas não estejam organizadas de forma coesa em uma seção específica. Elas podem ser percebidas tanto nas políticas de ensino, quanto nas de pesquisa e de extensão. O intercâmbio é a ação que se apresenta com maior ênfase, mas parcerias, cooperação, e participação em eventos internacionais, também são elencados ao longo do documento.

Quanto à categoria C.3 - Orçamento para internacionalização, não é especificada a destinação de recursos próprios para sua realização das ações de internacionalização. Podemos identificar dentro das estratégias de ensino a “Definição de recurso no plano orçamentário para capacitação em nível de Minter e Dinter” (IFPB, 2015a, p. 79). Sendo o Minter e o Dinter, programas de pós-graduação interinstitucionais (nacionais ou internacionais) para as IFs, essa estratégia tem como objetivo a promoção da capacitação dos servidores técnicos administrativos e docentes do Instituto.

4.3.2 Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024 (PDI 2020 - 2024), trouxe uma série de inovações em relação ao PDI 2015 - 2019. Dispositivos como *hiperlinks* e *QR-codes*, foram utilizados para dar maior agilidade às consultas documentais. Através dessas funcionalidades implementadas, é possível o rápido acesso a documentos digitais, contribuindo notadamente para a transparência das informações do Instituto.

Dentre as inovações cabe destacar a integração do PDI 2020 - 2024 a ferramenta de Planejamento Estratégico Decenal 2025 (PLANEDE 2025), adotada pelo IFPB em 2016. Conforme informa o art. 6 da Portaria nº 2025 / 2017 - Reitoria, de 24 de agosto de 2017, “ O PLANEDE compreende uma ação global de modelagem estratégica e operacional do IFPB, e um plano anual de ação e de metas estratégicas institucionais.” Introduzido em 2016 o PLANEDE 2025:

[...] subsidia o plano de desenvolvimento institucional (PDI 2020-2024) para o cumprimento da missão institucional, destacando rumos e oportunidades para uma ação institucional integrada a fim de que os frutos da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação continuem a ser gerados no Estado da Paraíba com projeção regional, nacional e internacional (IFPB, 2021a,p. 174).

Essa ferramenta (Figura 6 - Interface PLANEDE 2025) foi inteiramente estruturada dentro de uma plataforma eletrônica, onde os gestores do IFPB ocupantes de cargos e funções, têm acesso a informações e dados institucionais atualizados.

Desde 2016, os relatórios oficiais e indicadores de desempenho do IFPB são elaborados dentro do sistema de gestão do PLANEDE 2025 e os gestores institucionais passaram a contar com 12 instrumentos de gestão, entre os quais: Plano de Ação 5W2H; Agenda de Trabalho Integrada; Contrato de Gestão/Ata de Reunião; Indicadores-Chave de Desempenho (KPI e KRI); Priorização de Problemas com Matriz GUT; Aprendizagem em Equipe com Resolução de Problemas Prioritários com Matriz 6M e Brainstorming, entre outros instrumentos disponibilizados em base tecnológica de acesso comum aos gestores do IFPB (IFPB, 2021a,p. 174).

O PLANEDE 2025 é um planejamento estratégico robusto e complexo, até pela vigência decenal, tem objetivos e metas mais amplos, que influenciou e foi influenciado em sua elaboração, pelos planos de desenvolvimento institucionais. Apesar de disponível no sítio eletrônico do IFPB, seu acesso só é permitido a servidores previamente cadastrados (Figura 6). Um tipo de relatório extraído desta ferramenta de gestão é o Relato Integrado, que é publicado anualmente e compõe os relatórios de gestão do IFPB.

Figura 6 - Interface PLANEDE 2025



Fonte: IFPB (2021a)

Ainda sobre os relatos integrados, o PDI 2020 - 2024 em suas páginas iniciais, antes mesmo da apresentação, informa que os impactos da pandemia da COVID - 19 serão abordados nestes documentos. Os relatos estão disponíveis na página do IFPB, e existe um *hiperlink* no próprio PDI que direciona a página do Instituto, onde estão todos os relatos integrados publicados. Os relatos integrados de 2019 a 2023 do IFPB, compõem o quadro de documentos basilares desta pesquisa, e sua análise será apresentada a posteriori.

O PDI 2020 - 2024, assim como o anterior, foi dividido em capítulos, porém aqui estes foram sistematizados de forma mais coesa, passando de onze capítulos, no PDI 2015 - 2019, para apenas cinco. Um ponto a ser destacado, é que no capítulo dedicado à governança institucional, a internacionalização foi listada como um macroprocesso (Área 12 - INTER) dentro das macropolíticas institucionais, com uma subseção dedicada a tratar da internacionalização da Instituição.

Conforme síntese apresentada no Quadro 7 - PDI 2020 - 2024, podemos de imediato constatar o aumento substancial no número de citações dos códigos definidos por categorias.

Quadro 7 - PDI 2020 -2024

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2020- 2024				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência
C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 53 c.1.1 - 97 c.1.2 - 1 c.1.3 - 0	A internacionalização é referenciada em diversos momentos do PDI como: objetivos, metas, estratégias e desafios, nos mais variados setores	Ações estratégicas da Pós- Graduação: “Apoiar ações de internacionalização da Pós-Graduação do IFPB, estimulando, em parceria com a ARINTER, a realização e a participação em eventos de amplitude internacional, intercâmbios de discentes e docentes – recebidos no IFPB e enviados ao exterior – e a ampliação do número de produções e orientações com parceria/ coautoria internacional. ”	A internacionalização ganha destaque no PDI, agora inserida como macroprocesso dentro das macropolíticas institucionais do IFPB

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 5			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0			
	c.2.2 - 3			
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.3 - 1		Desafio da ARINTER:	
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.4 - 2	Várias ações de internacionalização são elencadas ao longo do documento. O intercâmbio acadêmico destaca-se na categoria C2 como ação de internacionalização mais mencionada	“Fortalecer os convênios estratégicos como forma de ampliar a mobilidade e o intercâmbio acadêmico nacional e internacional na modalidade presencial e virtual dos servidores e acadêmicos.”	A ARINTER busca desenvolver as ações de internacionalização por meio de parcerias com setores internos do IFPB, do ensino, da pesquisa e da extensão
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.5 - 7			
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.6 - 17			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.7 - 6			
c.2.8 - Idiomas	c.2.8 - 4			
c.2.9 - Línguas	c.2.9 - 33			
	c.2.10 - 0			
	c.2.11 - 0			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.12 - 0			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.13 - 2			
c.2.12 - Visita técnica internacional				
c.2.13 - Convênios internacionais				

C. 3 - Orçamento para internacionalização c.3 - Monitoramento orçamentário c.3.1 - Autofinanciamento c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3 - 0 c.3.1 - 0 c.3.2 - 0	Apesar dos códigos não serem mencionados na íntegra, é possível verificar que tanto o orçamento quanto o financiamento são pautados para realização das ações de internacionalização	Desafio da ARINTER: “VIII. Garantia de orçamento para as relações internacionais entre 0,5 % a 1% do orçamento até 2024;” Meta da ARINTER: “II. Fomento e formação: iniciativas de cooperação internacional de seu corpo docente, discente e técnico e garantia de orçamento. Programa próprio de apoio financeiro para mobilidade internacional discente, assim como de meios de financiamento para que os servidores possam planejar ações acadêmicas voltadas à cooperação internacional: organizar e financiar meios para a internacionalização da produção acadêmica.”	Existe uma preocupação por parte da ARINTER em obter meios de subsidiar financeiramente as ações de internacionalização, seja através de parcerias, ou mesmo garantindo orçamento próprio para este fim
---	--	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI 2020 - 2024 (2021a)

Esse aumento na frequência dos códigos, é reflexo do diferencial estratégico do PDI 2020 - 2024, onde a internacionalização agora incluída como macropolítica do Instituto, ganha espaço dentro do planejamento institucional. Assim, o IFPB

demonstra um compromisso com a internacionalização em todos os níveis, desde a definição de políticas e estratégias até a implementação de ações concretas.

Como um macroprocesso, a internacionalização se sobressai inserida no mapa estratégico, com o objetivo estratégico institucional, dentro da perspectiva sociedade de “S04 - Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmpis, interinstitucionais e internacionais” (IFPB, 2021a, p.179). Na perspectiva da inovação e aprendizagem, tem como objetivo estratégico A02 - “Consolidar programas, projetos e ações institucionais que visem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do IFPB, estimulando, sobretudo, a atuação em rede e o fortalecimento dos grupos de pesquisa certificados CNPQ” (IFPB, 2021a, p.180). Com estes objetivos o Instituto deixa clara sua determinação em ampliar suas ações de internacionalização, bem como alicerçar as que institucionalmente focam na pesquisa e pós-graduação. Este mesmo mapa foi inserido nos relatos integrados de 2019 a 2023.

Entendendo que a internacionalização ganhou relevo no PDI 2020- 2024, é imperativo uma reflexão mais detalhada da subseção VI. Internacionalização da Instituição. O texto delineia uma estratégia bem fundamentada, que contempla diversos aspectos da dinâmica deste processo. De modo geral a subseção traça um panorama da Política de Internacionalização do IFPB, nos informando sobre seus principais marcos normativos (portarias e resoluções).

Em se tratando das ações de internacionalização, é possível observar que o mais antigo normativo citado, é a Resolução n.º 64, 27 de março de 2015, que dispõe sobre o Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional, com vistas a assistir visitantes internacionais que participam de programas de intercâmbio no IFPB.

Neste mesmo ano foram implementados os Núcleos de Assuntos Internacionais (NAIs) em todos os *campi*, com o objetivo de:

- I- promover a inserção internacional dos campi do IFPB, por meio da cooperação e do intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico;
- II- estimular a cooperação internacional científica, tecnológica, cultural e acadêmica nos campi do IFPB, apoiando, em especial, discentes, docentes e técnicos administrativos em educação (IFPB, 2015b, p. 2).

As ações que os NAIs devem desenvolver, tencionam fortalecer a internacionalização nos *campi* do IFPB, promovendo a colaboração e o intercâmbio

em diversas áreas do conhecimento. Ainda em 2015, a Resolução n.º 142 do Conselho Superior, de 02 de outubro, tratou sobre procedimentos e normas para mobilidade acadêmica estudantil, nacional e internacional do IFPB. Podemos depreender que a internacionalização no Instituto, no que tange seus marcos legais, teve forte influência inicial das ações de intercâmbio e mobilidade acadêmica.

Conforme o PDI 2020 -2024 informa , a partir de 2014 iniciou-se

[...] uma reestruturação para uma política de internacionalização, denominada "Participativa, Plural e Interinstitucional", saindo da internacionalização passiva (mobilidade acadêmica discente e qualificação de servidores) para um processo de internacionalização ativa (implantação de políticas de Estado/institucionais com as políticas desenvolvidas pelo MEC - INEP - CONIF / FORINTER - CAPES - CNPq (IFPB, 2021, p.218).

Podemos reconhecer que, com o passar do tempo, o IFPB buscou disciplinar a internacionalização no Instituto. A Resolução n.º 118 - Conselho Superior, de 10 de abril de 2017, aprova a criação do Centro de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos com Núcleos (NuCLI), que deveria estar presente em todos os *campi*, até mesmo na Reitoria. A criação da ARINTER em 2017 (Resolução n.º 144 - Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017) foi um grande passo em direção à internacionalização ativa. Já em 2018, foi definida sua Política de Internacionalização (Resolução – Ad Referendum n.º 19, de 24 de abril de 2018), sendo a mesma convalidada em 2019 (Resolução - Conselho Superior n.º 40, de 7 de agosto de 2019).

As ações de internacionalização são destacadas como avanços da ARINTER. Consolidação de antigas parcerias e novas parcerias internacionais, cooperação internacional, estímulo discente a participação em eventos internacionais, e publicação de editais de mobilidade acadêmica, são descritos como conquistas no processo de internacionalização do IFPB. Interessante notar que ações ditas como avanços neste processo, podem ser consideradas também como desafios pelo IFPB. As ações de internacionalização como: mobilidade acadêmica estudantil, cooperação, parcerias, acordos, convênios e memorandos de entendimento internacionais, são indicadas como desafios no PDI 2020 - 2024 do Instituto.

Esses desafios perpassam pela questão orçamentária, especialmente quanto ao fomento de bolsas para mobilidade acadêmica estudantil. O texto ainda

traz explicitamente a necessidade de garantir orçamento para as ações de internacionalização, e sugere a destinação de 0,5% a 1% de recursos orçamentários até 2024. Não é clara a medida de referência para chegar a esta proposta, porém a Recomendação nº 5/2023 - CODIR propõe que os *campi* e pró-reitorias, avaliem a possibilidade de dispor deste orçamento para a área de internacionalização do Instituto.

Ainda na subseção VI. Internacionalização da Instituição, são especificadas como ações estratégicas de internacionalização:

- Flexibilização dos Projetos Pedagógicos de Curso;
- Mobilidade de Servidores;
- Missões Internacionais;
- Organização de eventos internacionais;
- Participação em eventos internacionais;
- Formação e treinamento de servidores;
- Estabelecimento de acordos e convênios internacionais;
- Cotutela e diplomação simultânea;
- Participação de estudantes de iniciação científica em ações internacionais;
- Intercâmbio de docentes;
- Professores visitantes estrangeiros;
- Internacionalização da produção científica;
- Internacionalização dos laboratórios de pesquisa científica;
- Criação de Programas de Pós-Graduação internacionais;
- Pós-Graduação sanduiche;
- Graduação com estágio no exterior;
- Treinamento/Capacitação em línguas estrangeiras;
- Divulgação da instituição no exterior com envio de informação material e virtual às diversas universidades estrangeiras com participação nas feiras internacionais;
- Internacionalização da infraestrutura (placas de sinalização e produção de conteúdo em língua estrangeira até a adaptação dos serviços);
- Fomento do CNPq e da CAPES, além de Fomento com Programas Internacionais (Europa Comunitária, Estados Unidos e Canadá, Cone Sul e África) (IFPB, 2021a,p. 222 - 223).

Sobre as ações estratégicas de internacionalização, é dito que estão consoantes ao planejamento institucional. Com estas ações o IFPB (2021) pretende até o ano de 2024:

- Ampliar a visibilidade e reputação do IFPB no âmbito internacional;
- Contribuir para formação acadêmica;
- Aprimorar a formação linguística;
- Proporcionar acesso a informação ao público estrangeiro;

- Fortalecer a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, para o intercâmbio e mobilidade acadêmica (presencial ou virtual) nacional ou internacional;

No que se refere ao orçamento destas ações, o que o texto propõe até 2024:

II. Fomento e formação: iniciativas de cooperação internacional de seu corpo docente, discente e técnico e garantia de orçamento. Programa próprio de apoio financeiro para mobilidade internacional discente, assim como de meios de financiamento para que os servidores possam planejar ações acadêmicas voltadas à cooperação internacional: organizar e financiar meios para a internacionalização da produção acadêmica (IFPB, 2021a, p. 223).

A garantia de orçamento expressa neste contexto, remete ao autofinanciamento das ações de internacionalização. Podemos constatar a referência a programas de apoio financeiro, que são realizados por meio de editais, com destinação de orçamento próprio. Mobilidade acadêmica discente, cooperação internacional e a internacionalização da produção acadêmica, são ações destacadas para receber financiamento.

Para além da internacionalização tratada de forma direta nesta subseção, é possível constatar que a mesma situa-se de forma transversal no PDI 2020 - 2024, apontando conforme Santos e Almeida Filho (2012) indicavam, a internacionalização como um quarto eixo da dinâmica educacional do IFPB. A internacionalização está presente nas políticas educacionais do Instituto na pós-graduação, extensão, educação a distância, ecossistema de inovação e na gestão de pessoas.

Podemos também observar que ao longo do texto, a internacionalização é apresentada sob várias perspectivas, como meta, desafio, estratégia e objetivo. Inclusive a ARINTER é citada nos objetivos estratégicos da pós-graduação, para realização de parcerias com o intuito de apoiar ações de internacionalização.

Ainda tratando de parcerias, a macropolítica de inovação apresenta uma série de acordos de cooperação com institutos nacionais e internacionais. Os acordos de cooperação com instituições internacionais representam 42,3% dos acordos firmados da Política de Inovação (Quadro 8). Mais da metade dos acordos foram pactuados com instituições portuguesas. Foi realizado um acordo com um país latino americano, estando congruente a orientação do FORINTER que segue a III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe. Não é

explicitado o resultado ou os desdobramentos oriundos desses acordos, nem é informada a participação da ARINTER na realização destas ações.

Quadro 8 - Acordos de cooperação internacional

PAÍS	INSTITUIÇÃO
Canadá	ILSC Education Group – Toronto
Colômbia	Politécnico Colombiano
Estados Unidos	Oklahoma State University
Estados Unidos	Florida Christian University
Finlândia	Tampere University of Applied Sciences
Portugal	Universidade de Trás-os-Montes
Portugal	CENTRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (UTAD)
Portugal	CITAB – Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas (UTAD)
Portugal	Centro de Matemática
Portugal	Universidade do Porto
Portugal	Instituto Politécnico de Beja

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI 2020 - 2024 (2021a)

No último capítulo somos apresentados à avaliação do PDI anterior (PDI 2015 - 2019). Nos resultados informados pela administração, a Diretoria de Educação a Distância (DEAD) e a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), apresentam ações desenvolvidas em parceria com a ARINTER, entre elas: cursos de inglês básico, proficiência em língua inglesa e intercâmbio para o Canadá.

A internacionalização da instituição também é destacada com seus resultados dentro deste período. Foram elencadas ações como: mobilidade acadêmica e de servidores, missões e visitas técnicas internacionais, organização de eventos, formação e treinamento de servidores e acordos e convênios internacionais. Como alguns resultados demonstrados não deixam claro o ano da realização, e o recorte temporal da pesquisa se inicia em 2019, estas ações serão

melhor detalhadas quando da análise do Relato Integrado 2019.

Com o PDI 2020 - 2024 integrado ao PLANEDE, foi inserido como um apêndice do documento a planilha do Plano de Ação - PDI Quinquenal com interface com o PLANEDE 2016-2025. Esta ferramenta de gestão elaborada no sistema 5W2H⁴, sendo o “5W2H - Plano de Ação como Matriz de Responsabilidade (IFPB, 2021a, p.4), possui 313 ações, destas, 14 ações remetem à internacionalização (Quadro 9).

Quadro 9 - Resumo das ações de internacionalização do Plano de Ação

NÚMERO	O QUE	POR QUÊ
58	Apoiar e estimular o empreendedorismo.	Impulsão da marca do IFPB no cenário nacional como instituição que se envolve em pesquisas direcionadas ao atendimento das necessidades da sociedade e do setor produtivo. Promoção da prática no desenvolvimento e na execução de práticas de empreendedorismo de forma a impulsionar empresas nascentes incubadas no âmbito da Inovação. (A09 Estimular a atividade de inovação para atração, constituição e instalação de Observatórios, Laboratórios de Pesquisa, Centros de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleos de Inovação, Parques e Polos Tecnológicos no IFPB; A10 Incentivar a constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de PD&I e de transferência de tecnologia, inclusive, rede de pesquisadores e comunidades de prática; A11 Criar e alavancar estruturas de Bases de Conhecimentos e de Competências Intraempreendedoras, que estimulem a criatividade e o compartilhamento de ideias, para o desenvolvimento de líderes, equipes, indivíduos e o desenvolvimento global do IFPB; S03 Identificar demandas sociais para direcionar pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de conhecimentos que se integrem às práticas que possam ser posteriormente multiplicadas; S04 Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercampi, interinstitucionais e internacionais; S09 Articular com o setor produtivo e os movimentos sociais, através de inteligência de negócio, projetos de elevado impacto social positivo e atividades

⁴ É uma ferramenta de gestão e planejamento, que detalha o plano de ação a partir de perguntas em inglês: *what, why, where, when, who, how e how much*, que correspondem em português a: o quê, por quê, onde, quando, quem, como e quanto (Lobato; Dos Santos, 2023).

		hands-on, que favoreçam uma prática pedagógica compatível com o avanço científico tecnológico).
59	Estabelecer incubadoras.	Promoção do desenvolvimento e execução de práticas de empreendedorismo de forma a impulsionar empresas nascentes incubadas no âmbito da Inovação. (A09 Estimular a atividade de inovação para atração, constituição e instalação de Observatórios, Laboratórios de Pesquisa, Centros de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleos de Inovação, Parques e Polos Tecnológicos no IFPB; A10 Incentivar a constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de PD&I e de transferência de tecnologia, inclusive, rede de pesquisadores e comunidades de prática; A11 Criar e alavancar estruturas de Bases de Conhecimentos e de Competências Intraempreendedoras, que estimulem a criatividade e o compartilhamento de ideias, para o desenvolvimento de líderes, equipes, indivíduos e o desenvolvimento global do IFPB; S03 Identificar demandas sociais para direcionar pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de conhecimentos que se integrem às práticas que possam ser posteriormente multiplicadas; S04 Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmbios, interinstitucionais e internacionais; S10 Difundir aos públicos interno e externo o conhecimento adquirido com o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos no âmbito do IFPB, para assim fortalecer a integração entre a instituição, os estudantes, os professores, as empresas e o governo).
61	Expandir as atividades do Polo de Inovação.	Promoção do atendimento especializado às pró-reitorias, aos Campi e ao Polo de Inovação, bem como aos setores produtivo, social e público, nas áreas de gestão estratégica e operacional em propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo. (A09 Estimular a atividade de inovação para atração, constituição e instalação de Observatórios, Laboratórios de Pesquisa, Centros de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleos de Inovação, Parques e Polos Tecnológicos no IFPB; A10 Incentivar a constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de PD&I e de transferência de tecnologia, inclusive, rede de pesquisadores e comunidades de prática; A11 Criar e alavancar estruturas de Bases de Conhecimentos e de Competências Intraempreendedoras, que estimulem a criatividade e o compartilhamento de ideias, para o desenvolvimento de líderes, equipes, indivíduos e o desenvolvimento global do IFPB; S03 Identificar demandas sociais para direcionar pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de conhecimentos que se integrem às práticas que possam ser posteriormente multiplicadas; S04 Estimular o

		desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmbios, interinstitucionais e internacionais; S10 Difundir aos públicos interno e externo o conhecimento adquirido com o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos no âmbito do IFPB, para assim fortalecer a integração entre a instituição, os estudantes, os professores, as empresas e o governo).
83	Internacionalizar a Pós-Graduação do IFPB.	Promoção da internacionalização da Pós-Graduação do IFPB, estimulando, sobretudo, atuação em rede com outras instituições e o fortalecimento dos grupos de pesquisa. (A02 Consolidar programas, projetos e ações institucionais que visem à internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do IFPB, estimulando, sobretudo, a atuação em rede e o fortalecimento dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq).
85	Realizar convênios de reserva de vagas para qualificação de servidores na Pós-Graduação Stricto Sensu.	Celebração de convênios de reserva de vagas para servidores do IFPB em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de instituições públicas de referência. (P03 Universalizar a formação dos professores em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu e promover a formação continuada de todos os servidores em suas áreas de atuação no IFPB). Observar, anualmente, a oferta de vagas de Mestrado e Doutorado para qualificação de servidores do IFPB, por meio do Programa de Convênios, podendo ser de reserva de vagas ou MINTER/DINTER.
91	Realizar ou participar de eventos de amplitude internacional.	Ação declarada como prioritária pelo macroprocesso A2- PES-PÓS-GRAD, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
92	Ampliar o número de produções e orientações com parceria/coautoria internacional.	Ação declarada como prioritária pelo macroprocesso A2- PES-PÓS-GRAD, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
103	Registrar as ações de internacionalização da Pós-Graduação Stricto Sensu do IFPB.	Ação declarada como prioritária pelo macroprocesso A2- PES-PÓS-GRAD, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
105	Acompanhar os relatórios de execução dos convênios de reserva de vagas para qualificação de servidores do IFPB, por meio do Programa de Convênios, podendo ser de reserva de vagas ou MINTER/DINTER.	Ação declarada como prioritária pelo macroprocesso A2- PES-PÓS-GRAD, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.

160	Ampliar projetos e ações de educação alimentar e nutricional.	Ampliação do desenvolvimento de projetos/ações de educação alimentar e nutricional nos Campi. (Esta ação é prevista na Lei nº 11.947/2009, na Resolução FNDE/MEC nº 6/2020 e na Resolução CS/IFPB nº 16/2018 e tem vinculação estratégica com o S04, que tem o intuito de estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercampi, interinstitucionais e internacionais).
223	Fortalecer as ações de promoção da internacionalização para os discentes em cursos na modalidade a distância.	Ação declarada como prioritária pelo Campus M1C7, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
224	Fortalecer as ações de promoção da internacionalização por meio da oferta de cursos na modalidade a distância por instituições de ensino estrangeiras.	Ação declarada como prioritária pelo Campus M1C7, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
225	Ofertar cursos na modalidade a distância pelo núcleo de línguas do IFPB.	Ação declarada como prioritária pelo Campus M1C7, por ocasião do Ciclo de Coleta de Informações do PDI 2020-2024.
235	Reformular os projetos pedagógicos dos cursos, visando melhorar o alinhamento da formação profissional e básica com o perfil do egresso, os arranjos produtivos locais (APLs) e o mundo do trabalho, bem como promover a curricularização da extensão e a promoção da internacionalização, garantindo atendimento às diretrizes curriculares institucionais e nacionais.	Ação declarada como prioritária pelo Campus M2C1, por ocasião do Ciclo de Coleta de informações do PDI 2020-2024.

Fonte: PDI 2020 - 2024 (2021a)

É possível constatar que a maioria das ações dispostas na planilha são oriundas das políticas de pós-graduação, o que coaduna com sua estratégia de firmar parceria com a ARINTER para promoção das ações de internacionalização. A Educação a Distância também propõe o fortalecimento das ações de internacionalização, tanto por meio da divulgação de cursos a distância realizados por instituições estrangeiras, quanto por meio da oferta de cursos através dos NuLi. Ainda destaca-se de forma significativa as atividades de inovação, que pontuam o

objetivo estratégico institucional de “Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmbi, interinstitucionais e internacionais” (IFPB, 2021, p.179), nas ações de empreendedorismo.

A mesma estrutura do plano de ação encontrada no PDI 2020 - 2024, vai compor o relatório que é extraído do PLANEDE 2025, para consolidação dos relatos integrados (Figura 7). Essa planilha é fundamental para compreender as ações desenvolvidas pelos macroprocessos de cada área (ensino, pesquisa, extensão e etc.) e das microorganizações (*campi*).

Figura 7 - Plano de ação 5W2H presente nos relatos integrados

Plano de Ação 5W2H 2019 • Área 12-INTER									
Data de início: 01/01/2019 00:00 Data de término: 31/12/2019 23:59 Progresso: 100,00% Nível de acesso: Protegido II Ativo: Sim									
Nr	O Que	Por que	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto	Prioridade	% Conclusão
001	Interesse de parceria com a Rice University, sediada nos Estados Unidos, por meio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif)	Interesse em formar parceria com a Rice University na área de desenvolvimento de equipamentos médicos e da visibilidade ao IFPB	Rice University, sediada nos Estados Unidos e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)	11/01/2019 11/01/2019	Mônica Maria (Assessora de Relações Internacionais do IFPB), Equipe da Rice University e João Paulo Guerra Rotelli (Coordenador de Relações Internacionais do Conif)	O IFPB nesse ano de 2019 visa formar novas parcerias, como renovar os convênios com as instituições estrangeiras. O interesse em formar parceria com a Rede Federal surgiu por parte da Rice University que por meio de e-mail eletrônico enviado pelo o Conif, solicitou a informação aos IFs	Nenhum custo envolvido	0	100
002	Consulta/Pesquisa concedida a Embaixada do Benin sobre o trabalho com o cultivo de arroz, banana e caju	Estreitar laços com a Embaixada do Benin e da visibilidade a instituição	Embaixada do Benin e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)	11/01/2019 11/01/2019	Mônica Maria Montenegro (Assessora de Relações Internacionais), Equipe da Embaixada do Benin e os Diretores Gerais (Campus Sousa e Picuí)	As informações concedidas a Embaixada se dará por meio de formulário eletrônico enviado pela equipe já citado e logo após será enviada para análise e apreciação. O formulário antes de ser enviado à Embaixada, a Assessoria de Assuntos Internacionais entrará em contato com os campi do IFPB para coletar informações solicitadas na pesquisa. Resultados: Os campi que possuem projetos com essas culturas é o campus Sousa e Picuí. A ARINTER está aguardando o resultado da pesquisa/consulta para formar parceria com a Embaixada do Benin.	Nenhum custo envolvido	0	100
003	Registro da visita da aluna, Andreza Lucas da Silva, selecionada para o curso de imersão no Canadá por meio do Edital nº 06/2018 - Grupo 03 - 2018	Entrega do kit para Imersão no Canadá e últimas orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre a viagem	Assessoria de Relações Internacionais e ARINTER no IFPB	21/01/2019 21/01/2019	Mônica Maria Montenegro de Oliveira (Assessora de Relações Internacionais), Andreza (aluna selecionada para a imersão no Canadá).	O acolhimento/recebimento será para um último diálogo sobre a viagem e receber o kit imersão	Nenhum custo envolvido	0	100
004	Registro da visita do professor, Giovanni Loureiro França de Mendonça, que irá acompanhar os discentes selecionados no curso de imersão no Canadá por meio do Edital nº 06/2018 - Grupo 03-2018	Entrega do kit para Imersão no Canadá e últimas orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre a viagem	Assessoria de Relações Internacionais e ARINTER no IFPB	21/01/2019 21/01/2019	Mônica Maria Montenegro de Oliveira (Assessora de Relações Internacionais), Giovanni (Docente que irá acompanhar os discentes selecionados para Imersão no Canadá)	O acolhimento/recebimento será para um último diálogo sobre a viagem e entrega do para imersão	Nenhum custo envolvido	0	100
005	Participação no décimo webinar RIESAL, com o tema "Resultados de la 1ª encuesta regional sobre tendencias de la internacionalización de la educación superior"	Aprimorar a internacionalização do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Assessoria de Relações Internacionais e ARINTER no IFPB	24/01/2019 24/01/2019	Mônica Maria Montenegro de Oliveira (Assessora de Relações Internacionais do IFPB), Jacelyne Garcel - Avila (Coordenadora Geral do Observatório Da Rede Federal)	O webinar será apresentado na Língua Espanhola e os participantes terão que realizar a inscrição no link informado	Nenhum custo envolvido	0	100

Fonte: IFPB (2020a)

4.4 Relatos Integrados do IFPB de 2019 a 2023

O Relato Integrado foi adotado pelo TCU através da IN - TCU 84, de 22 de abril de 2020, como formato padrão para apresentação do Relatório de Gestão da UPC. O IFPB já usava este formato em 2019, informando que:

Este relato integrado é uma importante ferramenta para exercer o diálogo transparente com os nossos públicos, apresentando o progresso institucional em direção à visão de sermos o “IF” benchmark da educação profissional da Rede Federal da região Nordeste. O conteúdo aborda as nossas estratégias, as nossas informações gerenciais, os nossos planos de ação, os nossos indicadores de

desempenho e, principalmente, a forma como geramos valor para a sociedade no curto, médio e longo prazos tendo como norte o nosso planejamento estratégico decenal (PLANEDE 2025) (IFPB, 2020a, p.6).

Os relatos integrados são elaborados com base no sistema de Gestão do Planejamento Estratégico, e foram incorporados à plataforma eletrônica de Gestão Estratégica do Instituto. Estão acessíveis para consulta pública no Portal da Transparência do IFPB, bem como no sítio eletrônico do TCU. Sua estrutura encontra-se dividida em 14 dimensões:

- Geral;
- Estratégica e gestão;
- Planejamento estratégico e governança;
- Gestão de riscos e controles internos;
- Relacionamento com a sociedade;
- Resultados da gestão;
- Gestão de pessoas;
- Econômico-financeira;
- Gestão de licitação e contrato;
- Gestão patrimonial e infraestrutura;
- Gestão da tecnologia da informação;
- Gestão de custos;
- Ambiental;
- Outras informações relevantes.

A seguir será apresentada a análise feita em cada Relato Integrado, dentro do período da pesquisa em ordem cronológica, seguindo a mesma lógica apresentada quando da análise dos planos de desenvolvimento institucionais.

Desta forma, foram estruturados a partir das categorias, evidenciando a frequência da ocorrência dos códigos, pautando um aspecto geral, com destaque de um tópico de relevância e finalizando com uma breve inferência.

4.4.1 Relato Integrado do IFPB de 2019

O documento traz a internacionalização presente em vários aspectos

Institucionais, o que corrobora com o que foi disposto posteriormente no PDI 2020 - 2024. É apresentado dentro do Relato um mapa estratégico que também consta no PDI 2020 - 2024, onde assim como mencionado anteriormente na sua análise, a internacionalização aparece como objetivo estratégico, tanto dentro de uma concepção de sociedade, quanto de inovação e aprendizagem.

Quadro 10 - Resumo Relato Integrado 2019 IFPB

RELATO INTEGRADO 2019				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência
C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	 c.1 - 103 c.1.1 - 255 c.1.2 - 0 c.1.3 - 0	 A categoria encontra-se presente em vários relatos, em vários níveis, de pró-reitorias, diretorias sistêmicas até os <i>campi</i>	Matriz de Riscos “Impacto negativo na consolidação de programas, projetos e ações institucionais que visem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do IFPB, provocando o desestímulo, sobretudo, da atuação em rede e de grupos de pesquisa certificados CNPQ.”	 A internacionalização está difundida no âmbito do Instituto, inclusive com alguns <i>campi</i> já direcionando ações neste sentido

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 3			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0			
	c.2.2 - 9			
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.3 - 8			
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.4 - 10		Diretoria de Educação a Distância	
	c.2.5 - 4			
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.6 - 64	As ações de internacionalização encontram-se mais centralizadas na ARINTER	“Fomento à internacionalização por meio de editais de Intercâmbio para discentes dos cursos na modalidade a distância”	O intercâmbio é a ação que se apresenta de forma mais difundida no Instituto
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.7 - 7			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.8 - 21			
	c.2.9 - 150			
c.2.8 - Idiomas	c.2.10 - 0			
c.2.9 - Línguas	c.2.11 - 0			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.12 - 0			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.13 - 1			
c.2.12 - Visita técnica internacional				
c.2.13 - Convênios internacionais				

C. 3 - Orçamento para internacionalização			Campus Cabedelo	
c.3 - Monitoramento orçamentário	c.3 - 0			
c.3.1 - Autofinanciamento	c.3.1 - 0			
c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3.2 - 0			
		É possível observar a destinação de orçamento próprio para fomentar a internacionalização do IFPB	“Garantia de condições para o funcionamento do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) e do Núcleo de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos (NucLi) do Campus Cabedelo, com espaço próprio e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos núcleos e seus coordenadores; além da aquisição de carteiras e computador para a Sala de Linguagens, o que permitirá a oferta de cursos de línguas pelo NucLi-CB.”	O maior volume orçamentário previsto está destinado a ação de intercâmbio

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relato Integrado 2019 (2020a)

É significativo destacar que o Relato explicita possíveis riscos para internacionalização, elencados em uma matriz de risco estão:

[...] 37 - Desestímulo ao desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmbios, interinstitucionais e internacionais. [...]
 [...] 66 - Impacto negativo no alcance em 2025 da proporção de 1 estudante em experiência internacional a cada 40 estudantes matriculados no IFPB e, a mesma relação, sendo de 1 professor em experiência internacional a cada 40 professores do quadro efetivo da Instituição.[...]
 [...] 75 - Impacto negativo na consolidação de programas, projetos e ações institucionais que visem a internacionalização da pesquisa e da pós - graduação do IFPB, provocando o desestímulo, sobretudo, da atuação em rede e de grupos de pesquisa certificados CNPQ (IFPB, 2020a, p.46 - 51).

O primeiro risco relatado vincula-se à extensão (Área 3 - EXT), já o segundo está diretamente relacionado ao macroprocesso de internacionalização (Área 12 - INTER), enquanto o terceiro está inserido no contexto da pesquisa (Área 2 - PES). Os dois primeiros são considerados de alto risco pela Auditoria Interna, com

consequências de muito alto impacto nas suas áreas. O terceiro é considerado de baixo risco, porém seu impacto também é considerado alto para sua área. Independente das áreas associadas, podemos identificar que os riscos tratam de ações de intercâmbio, mobilidade acadêmica, além de ações vinculadas à pós-graduação, ações que se sobressaem quantitativamente sobre as demais no ano de 2019.

No capítulo 6.2, na seção 8, é apresentado o relato da Assessoria de Relações Internacionais do IFPB (ARINTER). De imediato podemos constatar que ao longo do ano, a ARINTER esteve bastante atuante no Instituto, com um plano de ação constituído por 146 ações, majoritariamente, vinculadas à internacionalização. Em meio a tantas ações listadas, sobressai o fato da ARINTER informar que não houve nenhum custo envolvido para seu desenvolvimento.

Em duas situações de viagem, ela menciona que as diárias e passagens foram custeadas pela Instituição, mas não fica claro se foi pelo IFPB, ou pela Instituição realizadora do evento, no caso o CONIF e o FORINTER. Essa questão orçamentária inclusive é citada entre os desafios enfrentados pela ARINTER ao longo do ano.

Foi um ano com muitos desafios, no que diz respeito à integração dos segmentos, o repasse das informações visando o alinhamento da internacionalização com Pró Reitorias, Diretorias Gerais dos Campi e Diretorias Sistêmicas. É considerável evidenciar a dificuldade de sensibilizar e envolver a comunidade interna (alunos, servidores, gestores) a acessar as redes sociais e ler os diversos documentos e marcos regulatórios que se encontram presentes no site institucional, além da falta de articulação das ações dos diversos segmentos, a barreira linguística, ausência de orçamento e recursos humanos. Por fim, um outro desafio a ser considerado é a inserção da internacionalização no ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação, inovação e gestão (IFPB, 2020a, p.247).

Mesmo com tantos desafios, a atuação da ARINTER no que tange às ações de internacionalização foi bem diversificada, entre elas podemos apontar:

- Seleção interna de servidores técnico administrativos e docentes através de editais para imersão em cursos de línguas;
- Pré - seleção interna para estudantes e docentes para participação de editais do CONIF;
- Realização de memorando de entendimento, convênios e parcerias;
- Cursos de línguas e proficiência;

- Participação em eventos, *webinars* (seminários virtuais transmitidos ao vivo), *web* conferências e reuniões;
- Recepção de missões institucional, visita internacional;
- Participação em consultas e pesquisas;
- Elaboração de documento e resoluções;
- Planejamento setorial.

De forma especial para a pesquisa, cumpre destacar os editais e chamada pública, realizados através de parcerias firmadas entre a ARINTER e outros órgãos internos que disponibilizaram orçamento:

- Edital nº PRE nº 54/2019 - Projeto "English Through Toronto" Canada - Imersão - Modalidade Presencial - Grupo I 2019 - direcionado aos Estudantes do Ensino Técnico Integrado de Nível Médio.
- Edital PRE nº 56/2019 - de 16 de agosto de 2019 - Projeto "English Through Toronto" – Canadá - Imersão: Estudantes de Cursos de Graduação" Modalidade de Educação a Distância (EaD) - Grupo I – 2019 [...]
- Chamada Interna nº 01/2019 - Processo Interno Simplificado para seleção de docente para acompanhar estudantes que realizarão intercâmbio no Canadá (IFPB, 2020a, p. 244).

Em relação a destinação de recursos orçamentários, dentro da categoria de orçamento para internacionalização, quatro *campi* e uma diretoria informaram em seus planos de ações, que destinaram orçamento com esta finalidade. A Diretoria de Ensino a Distância (DEAD), assim como o Campus Cajazeiras e o Campus Guarabira, relataram que disponibilizaram orçamento para intercâmbio estudantil, em atendimento ao Programa *English Through Toronto*. A DEAD informou que disponibilizou R\$60.000,00 (sessenta mil reais) para fomentar a internacionalização através de editais de intercâmbio, já o Campus Cajazeiras, por sua vez, indica que disponibilizou aproximadamente R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) e o Campus Guarabira R\$20.000,00 (vinte mil) para este programa. Esse programa foi assistido nos editais da PRE N° 54 e N° 56, destacados acima.

O intercâmbio foi a ação de internacionalização com maior volume orçamentário destinado, presente também no maior número de órgãos internos do Instituto. O Programa *English Through Toronto*, ensejou o lançamento de um edital unificado para disponibilização de bolsas de forma abrangente no IFPB. Podemos compreender este fenômeno dentro do contexto histórico da internacionalização,

sendo uma das ações mais antigas, uma vez que a mobilidade acadêmica remontam a idade média, como nos lembram Santos e Almeida Filho (2012).

Os outros dois *campi* informaram em seu planejamento orçamento para internacionalização. O Campus Princesa Isabel informou em seu planejamento o valor de R\$6.157,60 (seis mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) para ajuda de custo aos estudantes participantes de um congresso internacional. O Campus Cabedelo informou ter direcionado aproximadamente R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para estruturar e garantir o funcionamento do NAI. Este orçamento seria para aquisição de carteiras e computadores, oportunizando a oferta de cursos de línguas pelo NuCLI do campus.

Alguns *campi* também informaram ações de internacionalização em suas planilhas de ações realizadas ao longo do ano. Foram citadas participação em eventos internacionais, como congressos e olimpíadas, porém sem nenhum custo envolvido, entre eles estão o Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, Campus Cabedelo, Campus Cajazeiras, Campus Catolé do Rocha, Campus Picuí e Campus Sousa.

4.4.2 Relatos Integrados do IFPB de 2020

No ano de 2020 inicia-se o período de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID - 19). Frente a um cenário de emergência de saúde pública de importância internacional, foi preciso repensar as atividades administrativas e acadêmicas presenciais. Segundo a Pró-Reitoria de Ensino:

O ano de 2020 está caracterizado como um ano totalmente atípico devido ao surgimento do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e a pandemia de COVID-19, criando processos de alteração de procedimentos e normas, para que fosse colocado em prática o ensino remoto, com gigantes desafios diante das limitações orçamentárias, curto espaço de tempo e legislações internacionais, nacionais, regionais e locais que impediam a aglomeração de pessoas e bloqueio de funcionamento das cidades, totais ou parciais. Criando a necessidade de estratégia de capacitação do corpo docente e demais servidores para o ensino remoto, pesquisas quantitativas e qualitativas dos estudantes em relação aos acessos à internet e equipamentos, bem como a determinação do trabalho remoto (IFPB, 2021, p. 138).

Esse momento histórico teve grande impacto nas atividades que eram tipicamente presenciais, e no planejamento estratégico das ações do IFPB. Em

março, durante a reunião do Colégio de Dirigentes do IFPB, foi determinada a suspensão das aulas na Instituição. Foi necessária a implementação das atividades de ensino não presenciais, e o trabalho remoto para os servidores.

Quadro 11 - Resumo Relato Integrado 2020 IFPB

RELATO INTEGRADO 2020				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência
C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 136 c.1.1 - 209 c.1.2 - 1 c.1.3 - 0	Dificuldade de continuidade das ações de internacionalização que vinham sendo executadas	ARINTER “Muitos objetivos de cunho internacional foram adiados, outros realizados e outros advieram.”	Busca de meios de promover a internacionalização neste cenário de pandemia

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 4			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0			
	c.2.2 - 24			
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.3 - 1			
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.4 - 5			
	c.2.5 - 0			
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.6 - 25			
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.7 - 0			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.8 - 11			
	c.2.9 - 132			
c.2.8 - Idiomas	c.2.10 - 0			
c.2.9 - Línguas	c.2.11 - 0			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.12 - 0			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.13 - 1			
c.2.12 - Visita técnica internacional				
c.2.13 - Convênios internacionais				

C. 3 - Orçamento para internacionalização			PRAF	
c.3 - Monitoramento orçamentário	c.3 - 0	Não foi possível identificar nos planos de ações valores orçamentários específicos para internacionalização	“Diante do exposto, e agravado pelo cenário de pandemia do COVID-19, que alterou substancialmente as atividades administrativas e acadêmicas da Instituição, a execução dos créditos orçamentários foram ainda mais prejudicados devido a suspensão das atividades presenciais no âmbito nacional, impossibilitando parcialmente o planejamento administrativo e acadêmico da Instituição.”	Diante do cenário de emergência de saúde pública, o Instituto buscou priorizar em seu orçamento ações de combate a COVID-19
c.3.1 - Autofinanciamento	c.3.1 - 0			
c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3.2 - 0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relato Integrado 2020 (2021)

O Quadro Resumo do Relato Integrado 2020 IFPB, aponta que mesmo com um cenário de restrição da mobilidade social, o IFPB buscou dar continuidade às ações de internacionalização procurando se adequar à nova realidade. Sobre este novo desafio, a ARINTER informou em seu sumário executivo, além dos mesmos desafios elencadas no ano anterior, que:

O ano de 2020 foi um ano atípico para todos os seres humanos e segmentos, os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus foram notórios e devastadores em todos os sentidos, em especial à educação que a internacionalização está inclusa. Muitos objetivos de cunho internacional foram adiados, outros realizados e outros advieram. Mediante a isso, a ARINTER não deixou de avançar mesmo com muitos desafios. Foi possível comprovar que internacionalizar não é só enviar para fora ou receber discentes, docentes, pesquisadores, gestores de vários países, e sim tentar aproximar a cultura, o idioma o máximo possível sem sair de casa. É dar oportunidade ao novo, é usar as ferramentas que já temos de uma outra forma (presencial x digital/EAD) (IFPB, 2021, p.223).

Destacou ainda nesta seção suas principais ações realizadas, entre elas :

- Divulgação de editais e processos seletivos vinculados a internacionalização,
- Cursos de línguas e proficiência;
- Participação em eventos, seminários virtuais (*webinars*) e reuniões;
- Participação em consultas e pesquisas;
- Elaboração e emissão de documento;
- Prospecção de parcerias;
- Elaboração painel de metas prioritárias.

Apesar da descontinuidade dos editais de intercâmbio, a busca pela concretização das ações de internacionalização, pode ser constatada na relação disposta pela ARINTER em seu plano de ação (110 ações executadas). Interessante destacar a participação da ARINTER em reuniões do FORINTER e FAUBAI, que discutiam a mobilidade e o intercâmbio virtual. Assim como no plano de ação de 2019, novamente não foram indicados custos para a realização destas ações. Foram informadas três viagens e mencionado como custo as diárias e passagens, porém o valor não foi comunicado.

Diante da necessidade de repensar a internacionalização da Instituição, em meio a suspensão das atividades presenciais, os meios de comunicação virtual impulsionaram essa nova fase. Redes sociais, plataformas de compartilhamento de conteúdo e aplicativos, foram recursos utilizados pelo Instituto para concretização das ações. Retomando Azevedo, Catani e Hey (2017), os autores apontam que a circulação de ideias, o compartilhamento de informações a partir da interculturalidade, são representações da internacionalização.

Constatamos, por exemplo, o aumento considerável das ações que fomentavam a internacionalização em casa, como reuniões, encontros, simpósios e seminários virtuais. Neste último exemplo, houve um salto exponencial das participações da ARINTER, que passaram de 17 participações em seminários virtuais em 2019, para 32 em 2020. Poucos *campi* detalharam em seus planos de ação, ações de internacionalização. O Campus João Pessoa realizou reunião com a ARINTER para “ para discutir as ações e buscar parcerias relacionadas ao processo de internacionalização das ações de pesquisa, pós-graduação e extensão no Campus João Pessoa” (IFPB, 2021, p.337). Não houve custos para esta ação.

O Campus Cabedelo indicou em seu plano de ações, a participação do NAI

e do NuCLI do campus, como agentes de coordenação e acompanhamento das ações de internacionalização. Informou sobre custos indiretos, mas não detalhou valores. O Campus Picuí informou sobre a participação em dois congressos internacionais, porém no período informado a mobilidade social ainda não havia sido restabelecida, não fica claro se o evento foi readequado para forma virtual. Foram informados custos com diárias, passagens e inscrições, porém não especificou o orçamento planejado para sua realização.

O orçamento para internacionalização não pode ser observado claramente no Relato Integrado. Verificamos que na maioria das vezes, existe apenas a referência nos planos de ações de que não houve nenhum custo envolvido. Quando em ações com possíveis custos, estes são descritos como indiretos ou não informados, como o caso de diárias e passagens.

Para além desta dificuldade, é preciso refletir sobre o momento vivenciado neste período de estado de calamidade pública que o Brasil enfrentava. No Instituto houve a necessidade de readequação dos espaços, e investimento em medidas sanitárias necessárias para garantir a retomada gradual das atividades presenciais. Isso gerou um impacto no orçamento do IFPB, que por sua vez, repercutiu no planejamento das ações do Instituto.

4.4.3 Relatos Integrados do IFPB de 2021

Tendo sido estabelecida as fases de implementação da retomada das atividades presenciais, pela Resolução nº 28/2020 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, em 2021 o IFPB iniciou gradativamente o retorno presencial nos *campi* e Reitoria.

Ao longo do ano de 2021 o Brasil continuou enfrentando a situação de “Emergência de Saúde Pública” (reconhecida pela Organização Mundial de Saúde - OMS) em razão do vírus Sars- CoV-2, causador da COVID-19. O Comitê Gestor de Crise do IFPB responsável pelo enfrentamento da disseminação e combate ao Coronavírus Covid-19 deliberou ao longo do ano diversas ações de combate à pandemia. As atividades presenciais continuaram suspensas conforme recomendação do Comitê, porém conforme a vacinação avançava no Estado e através de processo permanente de avaliação do cenário epidemiológico foram estabelecidas fases de implementação para o retorno gradual das atividades presenciais (IFPB, 2022b, p. 537).

Com as restrições à mobilidade social tornando-se mais brandas à medida

que a vacinação populacional avançava, as ações de internacionalização do Instituto, como os editais de mobilidade acadêmica e intercâmbio, voltaram a ser publicados.

Quadro 12 - Resumo Relato Integrado 2021 IFPB

RELATO INTEGRADO 2021				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência
C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 107 c.1.1 - 265 c.1.2 - 2 c.1.3 - 0	Não foi possível observar essa categoria de forma destacada entre as ações das Pró-Reitorias	Campus Guarabira “Essas relações internacionais foram favorecidas pela possibilidade de uso das ferramentas da internet, favorecendo para que fosse instalado um novo formato de comunicação, utilizando e criando condições propícias, ampliando a rede de contatos, comunicação e compartilhamen to de saberes.”	A internacionalização ocorreu de forma pontual em alguns <i>campi</i> sendo mais centralizada na ARINTER

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 6			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0		ARINTER	
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.2 - 44			
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.3 - 1		“Em suma, registramos as ações significativas desenvolvidas pela Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER) no respectivo ano, com a esperança de novas ações e projetos sejam de fato realizados no âmbito do IFPB.”	
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.4 - 6			
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.5 - 5			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.6 - 20	Poucos <i>campi</i> informaram em seu plano de ação, ações de internacionalização		Retomada das ações de internacionalização que envolvem mobilidade social
c.2.8 - Idiomas	c.2.7 - 4			
c.2.9 - Línguas	c.2.8 - 8			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.9 - 172			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.10 - 0			
c.2.12 - Visita técnica internacional	c.2.11 - 0			
c.2.13 - Convênios internacionais	c.2.12 - 0			

C. 3 - Orçamento para internacionalização c.3 - Monitoramento orçamentário c.3.1 - Autofinanciamento c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3 - 0 c.3.1 - 0 c.3.2 - 0	Divulgação de editais com bolsas vinculadas a internacionalização, ofertadas por outras Instituições	Campus João Pessoa “Edital n.º 11/2021 DIPPED/DG/JP/REITORIA/IFPB o pagamento do Auxílio Capacitação em Eventos, no formato on-line, na categoria nacional, os valores: R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais) para participação, respectivamente com publicação de trabalho em periódicos/anais e com a apresentação de trabalho. Na categoria internacional, os valores foram: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 900,00 (novecentos reais) para, nesta ordem, participação com a publicação de trabalho em periódicos/anais e com a apresentação de trabalho. Valor total planejado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).”	Foi possível observar a destinação de orçamento para editais que previam a possibilidade de internacionalização
---	--	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relato Integrado 2021 (2022b)

Como destacado no quadro acima, a ARINTER buscou dar continuidade às ações de internacionalização, apesar das limitações impostas pela pandemia da

COVID - 19.

Em 2021, ano de muitas incertezas e impedimentos para realizar metas e objetivos traçados no planejamento anual, devido a pandemia da Covid-19, porém, a ARINTER não deixou de avançar mesmo com muitos desafios. Foi preciso inovar para que a internacionalização não parasse no âmbito do IFPB [...] (IFPB, 2022b, p. 209).

Dentro das inovações da internacionalização, podemos identificar ações bem específicas, que se beneficiaram da disseminação de ferramentas e aplicativos que facilitam a comunicação virtual, como a mobilidade, o intercâmbio e a visita técnica. Ações que anteriormente não eram usualmente pensadas de outra forma, que não de maneira presencial, agora compõem práticas que permitem a internacionalização em casa.

Ainda sobre as ações de internacionalização, a ARINTER elenca 166 em seu plano de ação, um aumento considerável em relação ao ano anterior, onde foram informadas 110 ações, inclusive superior ao ano de 2019 onde foram apresentadas 146 ações ao todo. Cumpre destacar que com o retorno das atividades presenciais a participação em seminários virtuais diminuíram em relação ao ano anterior, voltando a um patamar similar ao do ano de 2019 (em 2019 foram 17 participações e em 2021 foram 14).

O edital de intercâmbio para os servidores da Instituição foi retomado em dezembro deste ano. Outros editais também foram divulgados pela ARINTER, porém todos que envolviam pagamento de bolsa, foram custeados pelo órgão promotor do evento. Mais uma vez nenhuma ação da ARINTER foi sinalizada com planejamento orçamentário.

Fora do âmbito da ARINTER, não foi possível observar de forma destacada a internacionalização nas pró-reitorias, apenas em alguns *campi*. Os *campi* Guarabira e Catolé do Rocha, informam em seus sumários executivos ações de internacionalização, porém estas não são detalhadas em seus planos de ações. O Campus Guarabira informa sobre parcerias com Portugal e Bolívia, através dos núcleos de extensão, facilitadas pelas pelo uso de ferramentas da internet. O Campus Catolé do Rocha, informa sobre a participação exitosa em torneios internacionais e cita o Torneio Internacional de Robôs. Em nenhum dos casos é especificado o orçamento destinado às ações.

Apenas dois *campi* detalharam ações de internacionalização em seus planos

de ações. O Campus Cabedelo novamente referencia o fortalecimento do seu processo de internacionalização a partir do NAI e do Nucli do campus, sem informar os custos envolvidos. O Campus João Pessoa publicou dois editais dentro do macroprocesso da área de pesquisa. Os dois editais eram destinados a servidores fazendo parte do Programa de Apoio aos (as) Servidores (as) com participação de forma virtual.

O Edital nº 11/2021 DIPPED/DG/JP/REITORIA/IFPB, 20 de agosto de 2021, especifica a possibilidade de participação na categoria internacional com com valor da bolsa diferenciado:

[...] o pagamento do Auxílio Capacitação em Eventos, no formato on-line, na categoria nacional, os valores: R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais) para participação, respectivamente, com publicação de trabalho em periódicos/anais e com a apresentação de trabalho. Na categoria internacional, os valores foram: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 900,00 (novecentos reais) para, nesta ordem, participação com a publicação de trabalho em periódicos/anais e com a apresentação de trabalho. Valor total planejado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) (IFPB, 2022b, p. 347).

Este edital é direcionado apenas para servidores do Campus João Pessoa vinculados aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, já o Edital nº 12/2021 DIPPED/DG/JP/REITORIA/IFPB, de 20 de agosto de 2021, é aberto para todos os servidores do quadro efetivo do campus.

Servidor(a) contemplado(a) 01 (uma) única vez, em evento on-line, seja ele nacional ou internacional. Valor máximo do Auxílio Capacitação em Eventos: a) Evento Nacional - Participação em eventos com publicação em periódico ou anais - valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais); Participação em eventos com a apresentação de trabalho - valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (IFPB, 2022b, p. 347).

No que tange o orçamento, o primeiro edital fala sobre o valor total planejado, porém no segundo não temos nem esta referência, e em ambos os casos, não fica claro o quantitativo de bolsas disponibilizadas. Também não foi possível observar de forma evidente, outros valores orçamentários planejados para ações de internacionalização no presente Relato. É oportuno apontar que a ARINTER não considerou como desafio a ausência de orçamento, como havia informado nos anos anteriores.

4.4.4 Relatos Integrados do IFPB de 2022

Ao longo deste ano as atividades presenciais, tanto acadêmicas quanto administrativas, foram paulatinamente retomadas no Instituto. “Convém realçar que o ano de 2022 foi marcado pelo retorno das atividades 100% presenciais devido às medidas eficientes de vacinação da população visando o combate à pandemia de Covid-19 ”(IFPB, 2023d, p. 132). Ainda assim, os desafios desta retomada foram expressos no Relato, como podemos constatar no sumário executivo da Pró-Reitoria de Ensino:

O exercício de 2022 foi caracterizado como um ano ainda atípico em decorrência do coronavírus (SARS-CoV-2) e da pandemia de COVID-19 afetando toda a estrutura administrativa-educacional e exigindo uma reordenação dos processos de atendimento interno e externo, impondo desafios ainda maiores diante das limitações orçamentárias, da realização das ações planejadas para a área do ensino, dificultando a política de oferta novos cursos e ampliação de vagas. (IFPB, 2023d, p. 65).

Sobre este Relato Integrado, é pertinente informar que, diferente dos anos anteriormente analisados que se dividiram em 14 dimensões, passa a evidenciar em seu conteúdo os planos de ações dos macroprocessos:

- Ensino;
- Pesquisa;
- Extensão;
- Administração;
- Assuntos Estudantis;
- Pessoas (inclui a Comissão Permanente de Concursos);
- Tecnologia;
- Marketing;
- Planejamento;
- Patrimônio;
- Licitação;
- Internacionalização;
- Infraestrutura/Obras;
- Órgãos Colegiados;
- Comissões;

- Auditoria Interna;
- Relacionamento com a Sociedade.

Não constam no documento os indicadores de desempenho, tendo sido posteriormente publicados no sítio eletrônico do Instituto em separado. Também não constam os desempenhos microorganizacionais, que são os relatos integrados dos *campi*, que eram inseridos na dimensão 14 - Outras Informações Relevantes. Essa ausência de informações dificultou o levantamento das ações de internacionalização realizadas pelos *campi*, bem como o mapeamento dos recursos orçamentários.

Neste sentido, tencionando minimizar as distorções de dados, a pesquisa se posicionou através da busca ativa no sítio eletrônico do IFPB, nas páginas dos *campi*, investigando possíveis ações de internacionalização realizadas com recursos orçamentários próprios. Para tanto direcionou sua atenção às chamadas públicas e editais publicados, para examinar os objetivos da destinação orçamentária. O resultado será apresentado no item 4.6 Editais e Chamadas públicas 2019 - 2023.

Quadro 13 - Resumo Relato Integrado 2022 IFPB

RELATO INTEGRADO 2022				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência

C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 54 c.1.1 - 136 c.1.2 - 1 c.1.3 - 0	A internacionalização ganhou destaque na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	ARINTER “É substancial o crescimento das ações da internacionalização no IFPB dada a sensibilização alcançada nos últimos nove anos com a institucionalização e implementação dos aspectos legais, missões internacionais, participação em eventos, prospecção de parcerias com instituições estrangeiras, elaboração, revisão, aplicação e certificação de exames de proficiência de língua estrangeira e materna, afastamentos de servidores do país, além do recebimento e envio de estudantes para realização de intercâmbios/mobilidade e cursos de imersão no exterior.”	Internacionalização ativa por meio da instituição de resoluções que atendem a internacionalização
--	--	--	--	--

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 3			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0			
	c.2.2 - 20			
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.3 - 2			
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.4 - 2		Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	
	c.2.5 - 6	Aumento substancial nas chamadas públicas e editais de intercâmbio/ mobilidade acadêmica lançados e divulgados pela ARINTER.		
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.6 - 27		"Executar o Edital PROEXC nº 14/2022, de 24/05/2022 - Apoio a ações de extensão e cultura com foco na internacionalização."	As ações de internacionalização voltaram a ser observadas nas pró-reitorias de Ensino e Extensão e Cultura.
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.7 - 14			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.8 - 4			
	c.2.9 - 122			
c.2.8 - Idiomas	c.2.10 - 2			
c.2.9 - Línguas	c.2.11 - 1			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.12 - 0			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.13 - 0			
c.2.12 - Visita técnica internacional				
c.2.13 - Convênios internacionais				

C. 3 - Orçamento para internacionalização			ARINTER	
c.3 - Monitoramento orçamentário	c.3 - 0	A Pró-Reitoria de Ensino e Extensão e Cultura disponibilizaram orçamento para custear ações de internacionalização	A ARINTER não possui dotação de orçamento/recursos financeiros. Todas as ações foram/são realizadas por meio de parcerias e/ou mediação dialógica entre a ARINTER, os órgãos internos e parcerias externas.	Foi possível verificar a disponibilidade orçamentária direcionada especificamente para desenvolver projetos de internacionalização
c.3.1 - Autofinanciamento	c.3.1 - 0			
c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3.2 - 0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relato Integrado 2022 (2023d)

Podemos observar que o quantitativo de citações neste ano caiu praticamente pela metade, quando verificamos a categoria C.1 - Internacionalização do ano anterior. Quanto a categoria C.2 - Ações de Internacionalização, houve uma oscilação com alguns códigos aparecendo com maior frequência e outros com menor frequência. Entretanto não houve uma grande disparidade como ocorreu na categoria C.1 - Internacionalização.

O IFPB investiu na internacionalização ativa, com a publicação das resoluções destacadas pela ARINTER:

- RESOLUÇÃO AR 7 / 2022 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, de 7 de março de 2022 - Aprova normas e procedimentos de acesso à refugiados e/ou imigrantes nos cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional — FIC, Técnicos Integrados de Nível Médio, Técnicos Subsequentes, Especialização Profissional Técnica, Graduação e Pós-graduação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB;
- RESOLUÇÃO 15/2022 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB - Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê de Internacionalização (COINTER) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB (IFPB, 2023d, p 143-144)

As duas resoluções são importantes no âmbito da internacionalização do Instituto. A Resolução AR 7 / 2022 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, de 7 de março de 2022, representa um marco no acesso de refugiados e imigrantes à educação no IFPB, já a RESOLUÇÃO 15/2022 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, institui o Comitê de Internacionalização (COINTER) e dispõe em seu art. 2 que:

O Comitê de Internacionalização (COINTER) é uma instância de caráter consultivo, propositivo e responsável pelo acompanhamento da execução da política de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), integrando-se ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação, à inovação e à extensão e cultura no IFPB (IFPB, 2022d, p 1).

A internacionalização ativa, inclusive é destacada no sumário executivo da ARINTER:

Em 2014, o IFPB iniciou uma reestruturação para uma política de internacionalização, denominada "Participativa, Plural e interinstitucional", saindo da internacionalização passiva (mobilidade acadêmica discente e qualificação de servidores) para um processo de internacionalização ativa (implantação de políticas de Estado/institucionais com as políticas desenvolvidas pelo MEC e MRE) (IFPB, 2023d, p 140).

Em meio as 127 ações apresentadas pela ARINTER, interessante pontuar que foram realizadas diversas reuniões com as pró-reitorias e os *campi*, procurando discutir estratégias para o desenvolvimento de ações de internacionalização no IFPB. Inclusive a ARINTER buscou fortalecer seu elo com a Agência de Cooperação Internacional da UFPB (ACI/UFPB). Ações como a divulgação de editais e chamadas públicas com oportunidades de bolsas para intercâmbio e mobilidade acadêmica, também foram amplamente divulgadas pela ARINTER.

Quanto à categoria C.3 - Orçamento para Internacionalização, apesar de não terem sido encontrados os códigos definidos, foi possível reconhecer a destinação orçamentária para o desenvolvimento de projetos de internacionalização. O edital de mobilidade acadêmica lançado pela PRE, dentro do Projeto *English Thought Toronto*, assim como ocorreu nos anos anteriores, ofertou 22 bolsas no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para cada estudante e uma bolsa para servidore no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Além do referido edital, o IFPB por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), publicou outros dois editais com orçamento próprio. Um destinado a mobilidade acadêmica nacional, para participação em evento internacional, com a atuação de estudantes no Projeto Práticas e Habilidades Interpessoais para uma Rede Voltada à Inovação na América Latina (LAPASSION), com valor da bolsa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O outro, de internacionalização, ofertava dez apoios a ações de extensão e cultura, nesta área. Cada projeto contava com uma bolsa que variava entre R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) e R\$500,00 (quinhentos reais) pelo período de três meses. As bolsas pagas aos discentes,

perfaziam um total de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) por projeto. Aqui cabe considerar que apesar do número expressivo de bolsas ofertadas, apenas duas propostas foram selecionadas neste edital.

Interessante considerar que a proposição de projetos de internacionalização no âmbito da extensão, satisfaz o entendimento de que a internacionalização tem o poder de se projetar na realidade local. Conforme posto por Brito, Campos e Mercado (2020), comparar diferentes contextos nos permite refletir sobre nossa própria realidade, propiciando uma melhor compreensão dos nossos limites, e a percepção de novas oportunidades.

4.4.5 Relatório Integrado de Gestão 2023

Este relatório analisado vem com a denominação de Relatório Integrado de Gestão 2023, diferente dos documentos publicizados nos anos anteriores, que se intitulavam como Relato Integrado. Assim como no ano anterior, apresentou um documento com os indicadores a posteriori e em separado. Também não foram incluídas as microorganizações (os campi), o que mais uma vez dificultou a investigação das ações de internacionalização neste período.

Quadro 14 - Resumo Relato Integrado de Gestão 2023 IFPB

RELATO INTEGRADO DE GESTÃO 2023				
Categorias / Códigos	Número de citações (c)	Aspecto Geral	Tópico de Relevância	Inferência

C. 1 - Internacionalização c.1 - Internacionalização c.1.1 - Internacional c.1.2 - Internacionalizar c.1.3 Indicadores de internacionalização	c.1 - 54 c.1.1 - 103 c.1.2 - 1 c.1.3 - 0	Estreitamento das relações por meio de missões, visitas e acordos com a China	Mensagem da Gestora Institucional Muitas barreiras foram ultrapassadas em 2023. Levamos o IFPB para o mundo. A China foi o país com que o IFPB mais se aproximou. O país é um dos principais membros do BRICS, líder em tecnologias disruptivas, além de ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil e ter grande importância e influência no cenário internacional.	Diminuição considerável do número de ações dispostas no plano de ação da ARINTER
--	--	--	---	---

C. 2 - Ações de internacionalização				
c.2 - Ações de internacionalização				
c.2.1 - Edital de internacionalização	c.2 - 8			
c.2.2 - Chamada pública	c.2.1 - 0			
	c.2.2 - 12		ARINTER	
c.2.3 - Memorando de entendimento	c.2.3 - 1		“Participação no Fórum de Diretores de Desenvolvimento de Ensino (DDEs) para apresentação da “ARINTER: Estratégias de permanência e êxito e as ações de Internacionalização”, no Campus Areia/IFPB, de 15 a 18 de agosto.”	
c.2.4 - Acordo de cooperação	c.2.4 - 12			
	c.2.5 - 2			
c.2.5 - Cooperação internacional	c.2.6 - 14			
c.2.6 - Intercâmbio	c.2.7 - 8			
c.2.7 - Mobilidade acadêmica	c.2.8 - 8			
	c.2.9 - 43			
c.2.8 - Idiomas	c.2.10 - 1			
c.2.9 - Línguas	c.2.11 - 0			
c.2.10 - Missão internacional	c.2.12 - 0			
c.2.11 - Evento internacional	c.2.13 - 0			
c.2.12 - Visita técnica internacional				
c.2.13 - Convênios internacionais				

C. 3 - Orçamento para internacionalização			ARINTER	
c.3 - Monitoramento orçamentário	c.3 - 0	Mobilização da ARINTER em busca de orçamento para desenvolver ações de internacionalização	“A ARINTER apresenta as demandas com as propostas e os diversos segmentos/setores manifestam interesse, fazem adesão e assumem os custos, caso possuam orçamento /financeiro.”	Novamente as ações elencadas pela ARINTER não apresentaram os custos envolvidos
c.3.1 - Autofinanciamento	c.3.1 - 0			
c.3.2 - Financiamento da internacionalização	c.3.2 - 0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relato Integrado 2023 (2024)

Logo no início da análise documental, nos deparamos em seu primeiro capítulo com a mensagem da gestora institucional, destacando em seu relato que:

Muitas barreiras foram ultrapassadas em 2023. Levamos o IFPB para o mundo. A China foi o país com que o IFPB mais se aproximou. O país é um dos principais membros do BRICS, líder em tecnologias disruptivas, além de ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil e ter grande importância e influência no cenário internacional.

O IFPB tem uma relação importante com a China, uma vez que é uma das instituições credenciadas na Huawei ICT Academy, possibilitando aos estudantes a participação em competições internacionais, a exemplo da Huawei ICT Competition em que o IFPB é tricampeão mundial.

[...] Assinamos Memorando de Entendimento com a Universidade chinesa de Yangzhou, beneficiando áreas de educação e pesquisa e oportunidades de desenvolvimento para servidores por meio de desenvolvimento acadêmico e intercâmbio cultural, e integramos a equipe do Projeto Radiotelescópio Bingo.

O Bingo é liderado pela Universidade de São Paulo (USP), com a participação de cientistas da UFCG, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e de organismos internacionais da China, Reino Unido, Suíça, Uruguai, França, Alemanha, África do Sul, Coreia do Sul, Índia e Estados Unidos (IFPB, 2024, p. 14).

É significativo para a categoria C.1 - Internacionalização, o entendimento desse estreitamento de relações entre o IFPB e a China, a partir da compreensão do fortalecimento do BRICS. O BRICS é um fórum de cooperação formado pelos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que entre outros objetivos, pretende fortalecer o bloco através da cooperação econômica e desenvolvimento mútuo.

Sendo a China um dos seus principais expoentes, essa aproximação do Instituto, propiciou o desenvolvimento de várias ações de internacionalização como:

memorando de entendimento, cooperação internacional, protocolos e acordos de cooperação, intercâmbio cultural, visita técnica, entre outras. Além das ações realizadas junto a China, a Argentina e a Colômbia foram os países que firmaram parcerias com o IFPB, o que atende a III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe, assimilada e difundida pelo FORINTER entre as IFs.

Ainda sobre as ações de internacionalização, a ARINTER relatou 24 ações em seu plano, número substancialmente inferior ao apresentado nos anos anteriores analisados, que variaram entre 110 e 166 ações anuais. Como sua última ação descrita, informa sobre a criação do Comitê de Internacionalização do IFPB, com base na Resolução nº 15/2022 CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB. Cabe frisar que neste mesmo ano, a ARINTER informou sobre a chegada de um servidor técnico administrativo no setor. Não foi especificado quando o novo técnico foi incorporado à rotina de trabalho.

Os custos das ações novamente não são especificados, quando mencionados são descritos como possíveis custos, custos diversos e diferenciados, sem informar de fato qual orçamento previsto. Conforme explicitado no seu sumário executivo, a ARINTER divulgou massivamente oportunidades de internacionalização publicados em editais e chamadas públicas, com bolsas fornecidas pelos órgãos proponentes.

Também empenhou-se em organizar as demandas de internacionalização, divulgando as propostas no Instituto em busca de parceiros que possuíssem orçamento disponível, e interesse em seu desenvolvimento. Cabe como destaque, conforme informado em seus resultados, a participação da ARINTER no Fórum de Diretores de Desenvolvimento de Ensino do IFPB, onde apresentou temática vinculada às ações de internacionalização.

4.5 Relatório de Gestão do Polo Inovação 2017 a 2022 e Relatório de Gestão do Polo Inovação 2023

O Polo de Inovação foi criado através da Portaria do MEC nº 118, de 14 de fevereiro de 2018, tendo como objetivo precípua o atendimento “ [...] às demandas das cadeias produtivas ao Instituto no tocante a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de

base tecnológica [...] ” (IFPB, 2022a, p. 4).

É necessário informar que o IFPB foi credenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) no ano de 2017, iniciando como polo e posteriormente se firmando como unidade EMBRAPII. Com a criação do Polo de Inovação, a unidade EMBRAPII passa a integrá-lo. Sendo o Polo de Inovação uma unidade sistêmica do IFPB, é considerado como um órgão executivo da administração geral do Instituto, e tem seus relatórios de gestão publicizados de forma separada dos relatos integrados do IFPB.

Feitas estas considerações iniciais, a investigação dos relatórios demonstrou que, para análise do monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas, os documentos não traziam contribuições relevantes para a pesquisa. Por definição o Polo de Inovação:

[...] pode exercer atividades em pesquisa aplicada e prestação de serviços tecnológicos, em consonância com as demandas e necessidades dos setores da economia e da sociedade, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional. Para tanto, são realizadas atividades de prospecção, captação e gestão de recursos financeiros extra orçamentários (IFPB, 2022a, p. 5).

Investigados tanto o Relatório de Gestão do Polo Inovação 2017 a 2022, quanto o Relatório de Gestão do Polo Inovação 2023, foi constatado a partir das planilhas apresentadas com as ações realizadas, que o orçamento destinado é oriundo dos contratos e parcerias externas. Consoante ao que foi delimitado acima, não houve destinação de orçamento próprio do IFPB neste contexto.

Dentro das categorias analisadas, apenas os códigos c.2.3 - Memorando de entendimento e c.2.4 - Acordo de cooperação, da categoria C.2 - Ações de Internacionalização, foram detectados no Relatório de Gestão do Polo Inovação 2017 a 2022:

- Acordo de Cooperação Técnico-Científico a ser celebrado entre o IFPB e a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX em tramitação pelos órgãos internos do IFPB;
- Assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação em Educação, celebrado entre o Instituto de Tecnologia da Informação de Shenzhen (China) e o IFPB (IFPB, 2022a, p. 20).

Nestes dois casos apenas o memorando de entendimento se apresenta como uma ação de internacionalização. No último capítulo deste relatório, são

mencionadas outras ações realizadas entre 2020 e 2022, porém não foi possível de forma objetiva, determinar se todas as ações listadas possuíam direcionamento para internacionalização. Foram identificadas como ações de internacionalização a conquista do IFPB nas premiações:

- Campeão latino-americano da Huawei ICT Competition na trilha de Cloud Computing - <https://bit.ly/3sgR5fX>
- Campeões mundiais da Huawei ICT Competition na trilha de Cloud Computing - <https://bit.ly/2XwwwOs> (IFPB, 2022a, p. 19).

No Relatório de Gestão do Polo Inovação 2023, foi possível identificar o código c.1.1 - Internacional, da categoria C.1 - Internacionalização. O código estava vinculado à participação na Feira Internacional da Indústria de Elétrico e Eletrônico. Em outras ações destacadas no relatório, podemos apontar a “Conquista no Huawei ICT Competition: O IFPB conquistou o segundo lugar mundial na trilha Cloud Computing ” (IFPB, 2023c, p. 13).

Sobre a participação do IFPB nesta competição, é informado que foi aberta seleção para estudantes participarem de competições tecnológicas. Esse destaque será melhor detalhado quando da análise dos editais lançados pelo Instituto neste período.

4.6 Editais e chamadas públicas 2019 - 2023

Dando continuidade ao levantamento das ações de internacionalização autofinanciadas, conforme decisão metodológica objetivando complementar a coleta de dados, foi realizado levantamento de editais e chamadas públicas do IFPB. Essa investigação minuciosa no sítio eletrônico do Instituto, envolveu a análise detalhada de informações disponibilizadas pelas pró-reitorias, direções sistêmicas, ecossistema de inovação e *campi*.

Ao compulsar os documentos, tencionando compreender como as ações de internacionalização estavam inseridas, foi necessário considerar cada caso de forma particular. A maioria dos editais não seguia uma padronização, alguns tinham uma formatação ou conteúdo similar, geralmente por serem expedidos pelo mesmo local (coordenação, diretoria ou pró-reitoria). Aspectos descritos nas disposições iniciais, apresentação, objetivos e fomento, foram criteriosamente examinados.

É pertinente fazer algumas considerações sobre os editais, em especial os publicados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Entre os vários editais lançados pela PROEXC, foi possível distinguir três tipos de editais de apoio que se repetiram anualmente (apoio a eventos, programas e projetos). Sobre estes, quanto à estrutura da proposta de submissão do trabalho, por exemplo, alguns editais mencionaram a necessidade de informar qual a sua abrangência, mas sem nenhum direcionamento real para internacionalização. Em outra situação, quando lista as obrigações dos membros da equipe que recebem bolsa, é informado em alguns editais a necessidade de submissão do trabalho acadêmico prioritariamente à revista PRÁXIS do IFPB, mas que é possível a submissão a outros periódicos, nacionais ou internacionais.

Esses textos foram encontrados em editais publicados pela PROEXC entre os anos de 2019 a 2021, nos anos de 2022 e 2023 houveram alterações em seus conteúdos, o que imprimiu certo destaque a possibilidade de internacionalização. Nos editais de eventos da PROEXC, a informação sobre a alcance dos projetos ganhou maior relevância, tendo sido elaborado um quadro sobre sua abrangência, onde foi posto como subcategoria o evento internacional. Em outros editais, como critério para avaliação da proposta, passou a ser analisado se a mesma tem potencial para internacionalização. Quanto à necessidade de submissão dos trabalhos, apesar de continuarem orientando que seja feita a submissão a revista PRÁXIS, mencionam também que podem ser submetidos a outros periódicos nacionais ou internacionais.

Uma outra questão que não é esclarecida, é sobre as bolsas de apoio aos discentes em certos editais, pois não é definido inicialmente o quantitativo estimado. É dito sobre o apoio que estes serão de dois tipos, com valores distintos para discentes da graduação e para os técnicos. Nos documentos publicados com os resultados dos editais, é apenas informado se o projeto contemplado possui apoio para discente, mas não é definido de que tipo. Para a pesquisa, levando em consideração a disponibilidade orçamentária destinada às ações de internacionalização, uma vez que existe a possibilidade da bolsa de maior valor, esta será considerada para efeito de levantamento orçamentário.

Ainda sobre os editais da PROEXC, houve um edital de seleção interna de discentes para participação no 10º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos. Foi informado que seriam selecionados 14 discentes entre os *campi*: Cajazeiras, João

Pessoa, Monteiro, Picuí, Princesa Isabel e Sousa. Para além da isenção da inscrição, seria ofertada uma ajuda de custo disponibilizada pelo campus de origem do discente. Essa ajuda de custo não foi definida no documento, pelo texto do edital entende-se que este valor é determinado por cada campus. No Relato Integrado 2019 do IFPB, no plano de ação do Campus Princesa Isabel, sobre este edital foi destacado o orçamento de R\$6.157,60 (seis mil cento e cinquenta e sete reais) para ajuda de custo dos estudantes, porém, não foi informado quantos estudantes foram contemplados, nem se este valor era individual ou para todos. Não sendo possível verificar o orçamento disposto neste edital, o mesmo não foi considerado para fins de levantamento orçamentário.

Uma situação similar, onde não foi possível considerar um edital para o levantamento orçamentário, ocorreu durante a análise dos editais da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG). Foi publicado um edital de iniciação científica para Educação a Distância, e por falta de inscrições, este foi reaberto com novo prazo. O interessante deste edital, é a delimitação de três linhas de apoio aos projetos de pesquisa, onde na área de comércio exterior, a internacionalização está intrinsecamente vinculada às linhas apresentadas. Nos documentos publicizados, mesmo após a reabertura do edital, não foi possível identificar o orçamento destinado aos projetos, apenas foi informado que estava atrelado a disponibilidade orçamentária, também não houve publicação do resultado final.

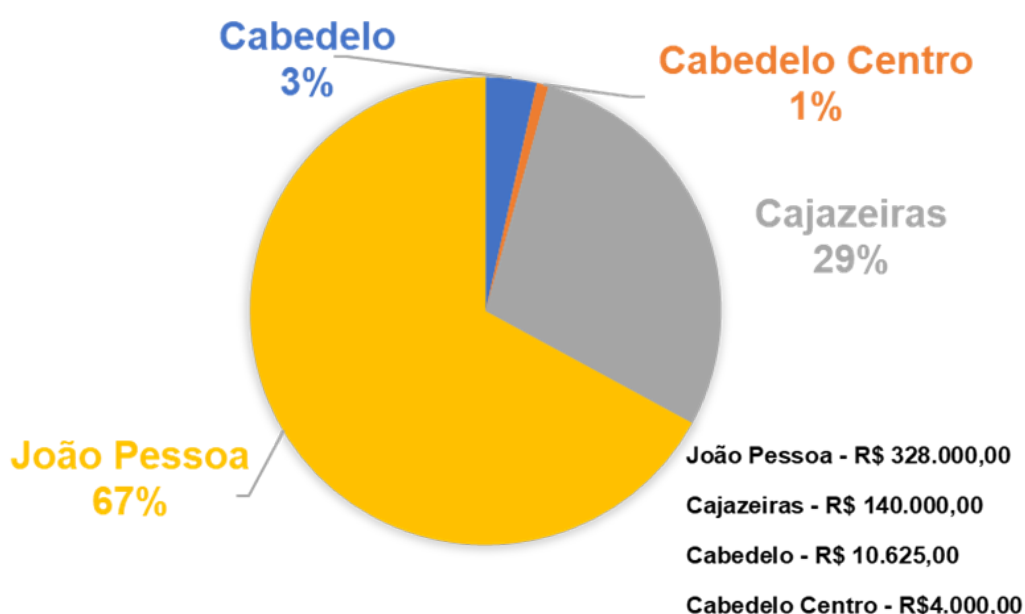
Sobre os editais promovidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), os três considerados na pesquisa foram realizados por meio de parcerias, com a disponibilização orçamentária oriunda da Diretoria de Educação a Distância (DEAD) e dos *campi*. Complementando esta informação, a ARINTER divulgou duas chamadas públicas onde informou que o orçamento para estas ações foi disponibilizado pela PRE.

Com base nessas considerações e na análise minuciosa dos editais, buscando perceber indicativos de ações de internacionalização autofinanciadas, foi elaborada a Planilha - Chamadas públicas e editais 2019 - 2023 IFPB (Apêndice B). Conforme exposto, foram considerados para pesquisa 27 documentos com possibilidade de ações de internacionalização autofinanciadas. Entre estes, dois foram do tipo chamadas públicas, divulgadas pela ARINTER, e os demais foram editais distribuídos entre as pró-reitorias e *campi*.

Das cinco pró-reitorias, três lançaram editais: PRE (três), PROEXC (seis), PRPIPG (dois), o que valida os objetivos e ações estratégicas dispostas por estas pró-reitorias no PDI 2020 -2024. Essas mesmas pró-reitorias junto ao Polo de Inovação, publicaram um edital específico visando apoiar a participação de discentes em uma competição internacional. Além das parcerias entre as próprias pró-reitorias, e entre as pró-reitorias e o Polo de Inovação, foi possível identificar parcerias com a ARINTER, a DEAD e os *campi*. Tanto a DEAD quanto os *campi* contribuíram com as pró-reitorias propiciando apoio orçamentário.

Todos os *campi* disponibilizaram orçamento, em um ou mais editais, das pró-reitorias, com vistas a contemplar a participação da sua comunidade acadêmica. Inclusive em alguns casos, os *campi* participantes destes editais, abriram processos simplificados internos, para selecionar quem receberia o apoio. Alguns *campi* lançaram editais próprios, entre eles o campus: Cabedelo (um), Cabedelo Centro (um), Cajazeiras (dois) e João Pessoa (nove) (Gráfico 1 - Orçamento disponibilizado por campus). Dentro do universo de 21 *campi* que compõem o IFPB, podemos considerar baixa a iniciativa de apenas 4 *campi* lançarem editais, que possibilitem ações de internacionalização com recursos próprios (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Orçamento disponibilizado por campus



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

Sobre estes editais, é interessante notar que o Campus Cabedelo publicou o Edital Nº 40/2023 Bolsas para Cursos FIC - Internacionalização do Campus Cabedelo, com objetivo é escolher um projeto de extensão e cultura que inclua ações de internacionalização, com a participação de docentes e discentes dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Rastreando a origem das chamadas públicas e editais publicados neste período, entendendo as parcerias realizadas para disponibilização orçamentária, foi organizando um quadro com os dados a partir da origem dos documentos:

Quadro 15 - Chamadas Públicas / Editais 2019 - 2023

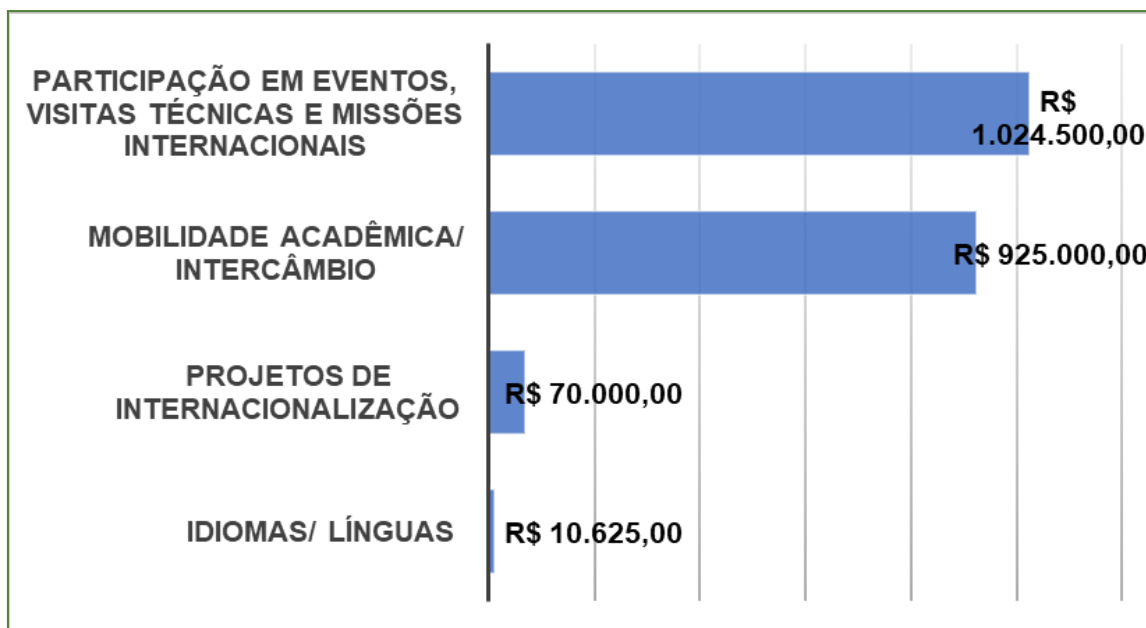
ORIGEM DA PUBLICAÇÃO	CHAMADAS PÚBLICAS /EDITAIS	ORÇAMENTO TOTAL DISPONIBILIZADO	EIXOS DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO
ARINTER	02	R\$ 45.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
Cabedelo	01	R\$ 10.625,00	Idiomas/Línguas
Cabedelo Centro	01	R\$ 4.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
Cajazeiras	02	R\$ 140.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
João Pessoa	09	R\$ 328.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
PRE	03	R\$ 880.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
PROEXC	06	R\$ 472.500,00	Projeto de Internacionalização (2) Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (4)
PRPIPG	02	R\$ 54.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
PRE, PROEXC, PRPIPG e Polo de Inovação	01	R\$ 126.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

Dos nove eixos destacados pela Política de Internacionalização, apenas três aparecem entre as chamadas públicas e editais com orçamento disponibilizado. O eixo que prevalece nos documentos analisados trata da participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (Gráfico 2). Significativo informar que neste eixo cabe incorporar a publicação de artigos científicos em eventos, situação indicada nos dois editais da PRPIPG.

Apesar de ser o eixo contemplado no maior número de editais e com maior orçamento disponibilizado no total, o eixo que trata da mobilidade/ intercâmbio é o com maior orçamento disponibilizado em um único edital, chegando a R\$660.000,00 (seicento e sessenta mil) no edital lançado em 2022. O que de certa forma já era previsto, uma vez que a mobilidade/ intercâmbio internacional, demandam um orçamento considerável para sua execução. Todos editais de mobilidade acadêmica foram direcionados para o Projeto *English Through Toronto*, de imersão na língua inglesa, aspecto a ser considerado dentro do protagonismo assumido por países do eixo Norte (Lima; Contel, 2011).

Gráfico 2 - Eixos atendidos 2019 - 2023



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

Em dois editais, a PROEXC apresenta como possibilidade o desenvolvimento de projetos de internacionalização de forma abrangente, não sendo possível enquadrá-los em um eixo específico da Política de Internacionalização do

Instituto. Isso também ocorreu com o edital do Campus Cabedelo, porém, neste caso, foi possível constatar que o projeto atendido com apoio orçamentário, estava inserido no eixo de idiomas/línguas.

Em se tratando do orçamento disponibilizado nas chamadas públicas e editais, a análise deve levar em consideração que, todos os editais provenientes da PRE e quatro editais da PROEXC, informaram que os recursos eram oriundos dos *campi* e da DEAD. Ao longo do período pesquisado foi disponibilizado o orçamento conforme quadro abaixo:

Quadro 16 - Orçamento disponibilizado 2019 - 2023

ANO	QUANTIDADE DE CHAMADAS/EDITAIS	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO
2019	06	R\$ 430.000,00
2020	0	R\$ 00,00
2021	02	R\$ 30.000,00
2022	10	R\$ 1.035.000,00
2023	09	R\$ 565.125,00
VALOR TOTAL	27	R\$ 2.060.125,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

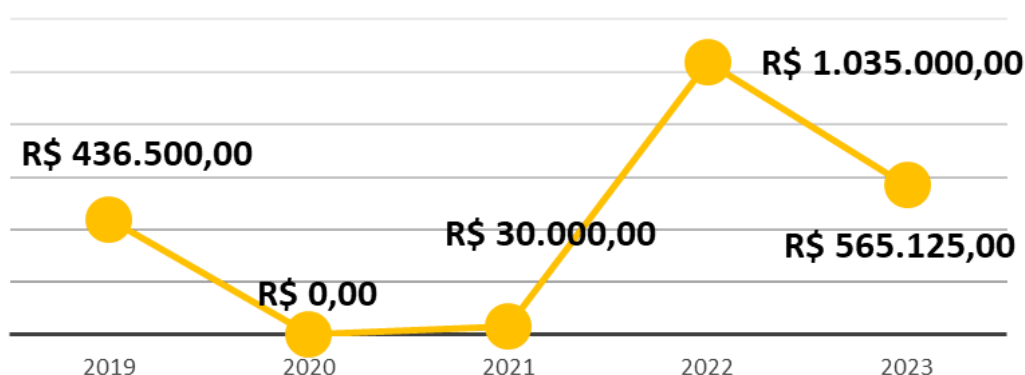
De imediato constatamos que entre os anos de 2019 e 2020, houve uma queda acentuada no orçamento disponibilizado para as ações de internacionalização. Aqui cabe reforçar que os anos de 2020 e 2021, foram os de maior restrição à mobilidade social, em função da de COVID-19, o que gerou um impacto significativo nas ações de internacionalização. Também cabe ponderar sobre a necessidade que houve, em redirecionar o orçamento para adaptar os espaços, visando cumprir as medidas sanitárias necessárias para o enfrentamento da pandemia.

A pandemia alterou a dinâmica das ações de internacionalização promovidas pelas IES, inclusive com a promoção da internacionalização em casa. Neste período, diante das adversidades impostas, a internacionalização foi favorecida com o desenvolvimento de tecnologias, como ferramentas e aplicativos, que proporcionaram entre outros recursos, ambientes virtuais.

É possível perceber que, ainda em 2021, houve uma retomada gradual da

disponibilidade orçamentária através de chamadas públicas e editais, que continuou no ano seguinte (Gráfico 3). No ano de 2022 foi observado o maior orçamento disponibilizado para internacionalização. A escalada orçamentária findou em 2023, com uma redução brusca no orçamento disponibilizado, houve uma queda de mais de 45% do orçamento disposto no ano anterior. Não foi possível identificar nos relatos integrados, indícios sobre alterações no direcionamento das ações de internacionalização.

Gráfico 3 - Disponibilidade orçamentária por ano



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

A volatilidade no orçamento disponibilizado ao longo do período analisado, além de estar claramente vinculado à pandemia, permite especulações sobre possíveis mudanças na estratégia de internacionalização do Instituto. Realça os desafios no planejamento estratégico das ações de internacionalização autofinanciadas, a falta de direcionamento sistêmico sobre a disponibilidade orçamentária e a inexistência de uma gestão centralizadora destes recursos.

4.7 Fala BR

Conforme informado no capítulo metodológico, com o intuito de dirimir as dúvidas que surgiram ao longo da análise documental, foram elaboradas perguntas direcionadas ao IFPB (Apêndice A). O que se seguirá neste subcapítulo, será a análise das respostas obtidas a partir da plataforma Fala.BR (NUP:23546.083682/2024-00). As respostas foram encaminhadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão vinculado a Ouvidoria do IFPB, por meio de dois despachos:

Despacho nº 33/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB (Anexo A) e Despacho nº 5/2024 - DOR/PRAF/REITORIA/IFPB (Anexo B).

O Despacho nº 33/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB, faz referência a quatorze dos quinze questionamentos realizados. O Despacho nº 5/2024 - DOR/PRAF/REITORIA/IFPB, foi encaminhado de forma complementar, atendendo a um questionamento, com a resposta dada pela Diretoria de Orçamento (DOR) do Instituto sobre o Plano de Trabalho Resumido (PTRES).

Para compreender como as respostas foram obtidas, é importante entender como se deu a tramitação interna da solicitação no IFPB. A ARINTER (Anexo A) esclareceu que:

Sobre os questionamentos levantados no Processo 23546.083682/2024-00, encaminhamos o OFÍCIO 71/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB, via SUAP e por e-mail, aos Pró-Reitores (as), Diretores Gerais do Campi do IFPB, Polo de Inovação, Diretoria de Comunicação e EaD, além do Colégio de Dirigentes - CODIR, solicitando informações complementares para subsidiar/fundamentar o acesso de informação ao cidadão. Para tanto, foi estabelecido o envio das respostas até o dia 24/09/2024, de forma impreterível, para que não tivesse prejuízo na finalização da demanda. Apenas alguns titulares das pastas responderam a demanda, porém sem fazer menção aos links de comprovação.

Neste ponto inicial, já é possível notar que apesar da ARINTER ter solicitado as informações por meio de ofício, houve dificuldades em obter as respostas junto aos gestores responsáveis incitados. Também elucida que os gestores das pastas que encaminharam resposta, não repassaram meios para comprovação dos informes prestados.

É oportuno considerar que, pelo informe prestado pela ARINTER, este ofício foi encaminhado para: 21 *campi*, 5 pró-reitorias, 2 diretorias (Diretoria de Comunicação e DEAD), o Polo de Inovação e o Colégio dos Dirigentes. Durante a análise das respostas, foi possível constatar a baixa manifestação dos gestores a este ofício.

Iniciando a análise dos quinze questionamentos encaminhados, a primeira solicitação de informação versou sobre o valor do orçamento destinado à ARINTER para desenvolver as ações de internacionalização entre os anos de 2019 a 2023. A ARINTER informou que:

[...] segundo consta do Regimento Geral do IFPB, art. 57 a Assessoria de Relações Internacionais é o “órgão auxiliar da Reitoria com a finalidade de

promover as relações entre o IFPB e as instituições educacionais estrangeiras de países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas, mediante cooperação técnica e intercâmbios científicos e culturais”.

E segundo o PDI, (IFPB, 2020 p.217) a internacionalização no IFPB é compreendida como uma estratégia de gestão composta de etapas a serem vencidas em curto, médio e longo prazos. É um processo que a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) vem desenvolvendo em conjunto com outros atores – professores, o staff administrativo e de apoio e os estudantes, de forma direta, como também com a comunidade 67, de forma menos expressiva - gerando a oferta de oportunidades, bens e serviços.

A ARINTER Não possui uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, embora se faça presente no ensino, na pesquisa, extensão, inovação e gestão.

As ações de Internacionalização são realizadas por meio de diálogos e parcerias com as demais áreas que são providas de recursos, tais como: Pró-reitoria de Ensino (PRE); Pró Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), Direção Geral dos Campi, dentre outras.

Considerando essa fragilidade orçamentária e financeira, a ARINTER abriu o processo nº23381.002206.2023-37, que solicita a destinação de um orçamento mínimo para as ações de internacionalização, conforme está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPB, 2020, p.220), que entre os desafios consta garantir o mínimo entre 0,5 % a 1% do orçamento para a Internacionalização do IFPB até 2024.

Desse modo, o processo foi enviado ao Colégio de Dirigentes, o qual em 06/06/2023 gerou a Recomendação nº5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB, link:<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/recomendacoes/2023/recomendacao-n-5-2023-codir.pdf/view>, que recomenda aos Campi e Pró-Reitorias do IFPB, que avaliem a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para a área de Internacionalização do IFPB.

O artigo 2 da recomendação estabeleceu o prazo de até 30 (trinta) dias para que os Campi e Pró-Reitorias enviassem ofício com suas respostas, todavia o prazo não foi observado por nenhum segmento.

Dessa forma, no dia 06/10/2023, a ARINTER, solicitou informações ao CODIR sobre o atendimento da Recomendação nº 5/2023 por meio do Processo 23381.005316.2023-5. Ainda, No dia 10/10/2023 o CODIR enviou novo e-mail aos Campi e Pró-Reitorias reiterando o atendimento da Recomendação nº5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB, entretanto novamente sem êxito.

A ARINTER iniciou sua resposta fazendo uma breve exposição sobre suas funções e sobre a internacionalização no Instituto, a partir do Regimento Geral e do PDI 2020 - 2024. Em seguida, expõe a ausência de orçamento próprio para o desenvolvimento das ações de internacionalização. Enfatiza que para ações que demandem recursos, busca dialogar e desenvolver parcerias com pró-reitorias, diretorias e *campi*.

Um dado interessante apresentado nesta resposta, foi a respeito da Recomendação nº 5/2023 - CODIR. Apesar desta Recomendação ter estipulado o prazo de trinta dias para que os segmentos incitados se manifestassem quanto à disponibilidade orçamentária para internacionalização, a ARINTER informou que

apesar de ter reiterado esta solicitação, não obteve retorno.

Tentando ampliar a compreensão do orçamento destinado à internacionalização, foi solicitado que fosse destacado o orçamento destinado por segmento, e qual a proporção deste orçamento dentro dos *campi*. Essa solicitação de informações foi direcionada pela Ouvidoria do Instituto para: ARINTER, pró-reitorias, diretores gerais dos *campi* e Polo de Inovação. As respostas obtidas foram:

ARINTER: Como foi relatado anteriormente (questão 1), a ARINTER não dispõe de uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, quando demandam dispêndio financeiro as ações são realizadas em parceria com outras áreas que são providas de recursos, se os titulares das Pastas Sistêmicas concordarem.

PRPIPG: No âmbito da PRPIPG, não há orçamento específico reservado para ações de internacionalização. No entanto, algumas de nossas ações sistêmicas em parceria com outras pró-reitorias, culminam com a participação de nossos estudantes em projetos e eventos internacionais, a exemplo dos editais de seleção de estudantes para a mentoria e preparação/treinamento para a Huawei ICT Competition. Também podemos citar que os editais de apoio à publicação de artigos qualificados permitem o ressarcimento ao pesquisador de custos com tradução, normatização e pagamento de taxas, por vezes direcionadas à publicação de artigos em veículos acadêmicos estrangeiros.

PRAE: A PRAE não possui financiamento próprio, sendo que os recursos da Ação Orçamentária 2024 são integralmente repassados aos Campi para definição da distribuição orçamentária entre os Programas da Assistência Estudantil.

Campus João Pessoa: O orçamento destinado pelo Campus João Pessoa nos últimos anos varia entre 10 e 50 mil reais, entre ações com programas de línguas e intercâmbio de estudantes.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Campus Princesa Isabel: O orçamento destinado às ações de internacionalização depende das prioridades estabelecidas no planejamento da instituição, em conjunto com as iniciativas desenvolvidas pela ARINTER-RE. Nos anos em que houve fomento para esse tipo de ação, foram realizados os seguintes pagamentos:

2019 - R\$ 22.190,25 - 0,96% - Participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa - oferecido pela ILSC Schools of Canada - Toronto no Canadá

2022 - R\$ 35.000,00 - 1,44% - Participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa - oferecido pela ILSC Schools of Canada - Toronto no Canadá

Obs. Os valores apresentados correspondem aos repasses financeiros feitos aos discentes do IFPB Campus Princesa Isabel para participação em eventos de internacionalização, utilizando recursos próprios do campus. Não foram incluídos os repasses realizados pela Reitoria do IFPB, nem os gastos acessórios, como despesas com combustível para deslocamento até o aeroporto e à Receita Federal, diárias para motoristas e servidores que acompanham os discentes, entre outros custos.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no Consuper) e os memorandos de entendimento assinados institucionalmente pela Reitora com o CITIN de Portugal e SZIT da China.

Novamente a ARINTER informa que não dispõe de orçamento próprio para realização de ações que demandam recursos. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) também informou que não tem orçamento próprio, e que o orçamento destinado à assistência estudantil é integralmente repassado aos *campi*. O Polo de Inovação, segundo a ARINTER, não respondeu de forma direta, encaminhando os relatórios de gestão e memorandos de entendimento assinados. Já a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) informou apenas que não há orçamento específico, mas mencionou que faz parcerias e publica editais que podem resultar em ações de internacionalização.

Apenas três *campi* se manifestaram em resposta. O Campus Catolé do Rocha, comunicou que não há destinação específica de orçamento para internacionalização, enquanto o Campus João Pessoa informou que tem destinado orçamento, entre dez e cinquenta mil reais, para ações de internacionalização (programas de línguas e intercâmbio estudantil) nos últimos anos.

O Campus Princesa Isabel esclareceu que o orçamento para internacionalização é vinculado ao planejamento institucional, acompanhando as ações desenvolvidas pela ARINTER. Cita em sua resposta, dois anos em que houve repasse financeiro para os estudantes participarem do curso de imersão de línguas no Canadá. Os valores informados são compatíveis com as porcentagens indicadas na Recomendação nº 5/2023 - CODIR, que prevê a destinação de orçamento na ordem de 0,5% a 1,00%, direcionado a internacionalização. Inclusive no ano de 2022, o campus ultrapassou esta estimativa chegando a 1,44%, porém, não fica claro se esta porcentagem tem como parâmetro o orçamento total recebido pelo campus neste ano.

Ainda sobre o orçamento, foi perguntado se houve algum aporte orçamentário oriundo de emenda parlamentar, específico para ações de internacionalização, e quais ações foram contempladas. A ARINTER esclareceu que apesar de ter apresentado projetos, “[...] não tomou conhecimento da destinação de nenhuma emenda parlamentar no âmbito da Reitoria ou de algum campus para ação de internacionalização” (Anexo A, p. 189). Importante este informe para entender que não houve suplementação orçamentária, com base em emendas parlamentares para esta finalidade. Inclusive quando questionada sobre a existência de um setor específico de planejamento orçamentário, a ARINTER destacou que:

[...] dispõe de 02 servidores: a titular da pasta e uma técnica de administração. Portanto, o seu raio de atuação é abrangente na transversalidade, mas limitado pelo orçamentário, visto que a ARINTER não possui dotação orçamentária e, conseqüentemente, financeira. A ARINTER possui um planejamento estratégico setorial (link no site _____) construído a partir do PDI do IFPB e do planejamento estratégico do Forinter-Conif.

Aqui cabe contextualizar que, de acordo com o Relato Integrado de Gestão 2023 do IFPB, foi apenas neste ano que chegou um novo servidor no setor para auxiliar nas demandas da ARINTER. Esse dado expõem uma possível fragilidade operacional diante a falta de recursos humanos, que para além da falta de orçamento próprio, pode dificultar ainda mais o planejamento estratégico e sua execução.

Após o questionamento sobre a existência de setores de planejamento, foi indagado sobre o acompanhamento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas, as respostas encaminhadas no Anexo A foram:

ARINTER: Conforme mencionado anteriormente a ARINTER não possui uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, quando demandam dispêndio financeiro as ações são realizadas em parceria com outras áreas que são providas de recursos.

PRPIPG: Das duas ações citadas acima, a destinação de recursos e sua prestação de contas referente à Huawei ICT Competition está sob responsabilidade da PRE. Já os editais de apoio à publicação de artigos são gerenciados com recursos da Pesquisa e da Educação a Distância, sendo destinados ao ressarcimento de custos com artigos publicados ou aceitos para publicação no ano vigente, atendendo os requisitos impostos nos editais, atendendo os processos por ordem de chegada dos processos até a finalização do recurso disponibilizado no edital.

PRAE: Os Campi definem a prioridade de alocação dos recursos da Assistência Estudantil, a PRAE encaminhou desde 2023 orientações para correta execução dos recursos dessa Ação Orçamentária, mas em virtude da grande demanda financeira de outros Programas da Assistência Estudantil (especialmente PAPE e Programa de Alimentação Estudantil) a maioria dos Campi não optou por reservar recursos para ações de internacionalização mais robustas.

Campus João Pessoa: Para as ações de programas de línguas, a avaliação ocorre de acordo com a adesão da comunidade para com o curso ofertado. Para as ações de ajuda de custo a intercambistas, não temos uma orientação sistêmica, mas aplicamos a mesma lógica do acompanhamento de outras ajudas de custo discentes. Este ano, instituímos um acompanhamento qualificado entre NAI, DG e estudantes com reuniões virtuais e grupos de WhatsApp.

Campus Princesa Isabel: No IFPB Campus Princesa Isabel, não dispomos de ações de internacionalização autofinanciadas. Os recursos orçamentários destinados a essas atividades são provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo alocados conforme planejamento para cobrir despesas relacionadas a ações de internacionalização.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

A ARINTER reforça que não possui recursos orçamentários, e que realiza parcerias com outras áreas para o desenvolvimento de ações que demandam recursos. Resposta já explicitada anteriormente, porém, não esclarece sobre o monitoramento orçamentário destas ações.

Cabe destacar entre as pró-reitorias, a informação repassada pela PRAE, revelando que a maioria dos *campi* não optou por destinar recursos substanciais para ações de internacionalização. A PRPIPG, informa que os recursos para os editais de apoio a publicação de artigos científicos, são oriundos não só da PRPIPG mas também da Educação a Distância, e que segue as diretrizes dos editais quanto ao acompanhamento da execução.

As respostas apontam para uma não padronização do acompanhamento orçamentário das ações de internacionalização no IFPB. Inclusive o Campus João Pessoa menciona que não há uma orientação sistêmica quanto a realização deste acompanhamento, porém no ano de 2024, instituiu o que chamou de acompanhamento qualificado, entre o NAI a Direção Geral e os estudantes, por meio de reuniões virtuais e grupos formados em aplicativos de mensagens instantâneas.

Adentrando em questões mais específicas da rotina da execução orçamentária, a ARINTER foi questionada se possuía UGR, e como era realizado esse monitoramento. A UGR é um código utilizado pela Unidade Gestora Responsável, que lhe identifica durante a execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Em resposta a ARINTER se limitou a informar que no ano de 2019 foi criada sua UGR (nº 155819) no sistema SIAFI. Como posto pela ARINTER em seus relatos, é possível apreender que devido a indisponibilidade de orçamento próprio, não houve descentralização orçamentária para esta UGR, por tanto, não houve necessidade de monitoramento.

Quanto ao questionamento sobre qual era o PTRES (Plano de Trabalho Resumido) utilizado para internacionalização, a ARINTER respondeu em seu despacho que não possuía esta informação. A pergunta foi direcionada pela Ouvidoria à DOR do IFPB (Anexo B), que esclareceu:

No contexto do orçamento federal, PTRES significa Plano de Trabalho Resumido. Trata-se de um código que identifica de forma resumida as ações orçamentárias específicas associadas a um determinado programa ou projeto no orçamento público.
Cada PTRES está vinculado a uma Unidade Orçamentária, a um Programa

e a uma Ação Orçamentária. Ele facilita o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das despesas públicas, permitindo o controle e a transparência sobre como os recursos estão sendo aplicados.

Assim, no orçamento federal, o PTRES ajuda a organizar e detalhar o destino dos recursos públicos, possibilitando que o governo e a sociedade monitorem a execução de programas e projetos previstos no planejamento orçamentário.

Esse código é amplamente utilizado em sistemas de gestão financeira e orçamentária do governo, como o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), para operacionalizar a execução do orçamento.

A programação orçamentária do Instituto Federal da Paraíba apresenta quatro programas, porém, trataremos neste documento especificamente dos Programas 5112 – Educação Profissional e Tecnológica que Transforma, 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais e o 0032 – Gestão e Manutenção do Poder Executivo, [...]

[...] Análise Conclusiva:

Percebemos que o código PTRES está vinculado às ações orçamentárias, portanto, na internacionalização do IFPB dependendo do projeto a ser executado e de suas despesas poderá alocar diferentes Plano de Trabalho Resumido.

Após a contextualização sobre PTRES e a explicação sobre seu vínculo com os programas de governo e ações orçamentárias, a DOR apenas informa que a internacionalização poderá possuir diferentes PTRES. Com essa resposta fica subentendido que não existe, no momento, nenhum PTRES vinculado à internacionalização no IFPB. O fato da ARINTER não possuir orçamento próprio, pode ser um dos motivos de não existirem PTRES que viabilizem a execução orçamentária das ações de internacionalização.

Conforme exposto pela DOR, o PTRES auxilia no monitoramento da execução orçamentária, contribuindo para a transparência e controle dos recursos públicos. O “Programa de Trabalho Resumido - PTRES (código atribuído pelo SIAFI para agilizar a execução, controle e acompanhamento dos planos definidos [...])” (Brasil, 2024, p. 63). Entendendo que as operações de execução orçamentária e financeira são realizadas no SIAFI, o PTRES é um valioso recurso para o acompanhamento da implementação de programas e ações de internacionalização das IES.

Outra forma de verificar o orçamento destinado a internacionalização, é por meio editais e chamadas públicas com oferta de bolsas e auxílios. Sobre esta situação, a ARINTER esclareceu que participa da elaboração de editais de proficiência e mobilidade acadêmica. Apresentou como referências três documentos (por meio de endereços eletrônicos), sendo uma chamada pública e dois editais, destes, apenas um envolvia orçamento próprio oriundo da PROEXC. Também

informou o endereço eletrônico onde poderia ser acessada a relação completa dos editais na página da ARINTER.

Permanecendo dentro desta temática, a ARINTER foi inquirida quanto ao fluxograma da tramitação processual dos editais, que dispõe de orçamento para as ações de internacionalização. Relatou que não existe um cronograma, ou um procedimento operacional padrão institucionalizado para este fim.

Sobre a Resolução - CS nº 40/2019, que trata da Política de Internacionalização, foi questionada sua implementação pelas pró-reitorias, *campi* e Polo de Inovação:

A ARINTER realiza a disseminação da Política de Internacionalização no Colégio de Dirigentes - CODIR, Encontros de Diretores de Ensino, Encontro com os NAI e NuLi, contribui na elaboração do edital de proficiência, aplicação de provas, elaboração de edital e seleção interna de servidores com vistas à participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa. Neste último, apesar de não haver a destinação de ajuda de custos ao servidor, ele é liberado para realizar a capacitação (imersão) sem necessariamente usar o período de férias e continua recebendo o salário normalmente.

PRPIPG: De forma ampla, podemos citar ações (sem envolver destinação orçamentária) que a PRPIPG realiza e envolvem eixos da política de internacionalização, a saber: realização de provas de proficiência em língua estrangeira para servidores e estudantes; e apreciação de processos de afastamento do país para realização de pós-graduação ou participação em eventos no exterior.

PRAE: A PRAE tem mediados vários diálogos para garantir a participação de estudantes estrangeiros nos programas da assistência estudantil, atualmente, o serviço social tem inserido em seus editais a possibilidade de atendimento a esses estudantes nos programas.

Campus João Pessoa: O responsável pelo NAI do Campus busca desenvolver ações que estejam de acordo com a Resolução. Destaco a criação de Edital e formação de acordos de cooperação já realizados nos últimos dois anos de gestão.

Campus Catolé do Rocha: No âmbito da Política de Internacionalização do IFPB, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, destacamos as seguintes ações: Reestruturação e designação de responsável pelo Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) a partir de 2023 Incentivo contínuo à participação dos servidores no editais dos cursos de qualificação no exterior ofertados pelo IFPB.

Campus Princesa Isabel: Sim

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

Examinando as respostas apresentadas, é possível perceber que, além do Campus Princesa Isabel que respondeu de forma direta e afirmativa, os poucos que se manifestaram, especificaram ações condizentes com a Política de Internacionalização.

Ainda explorando os documentos do IFPB referentes a internacionalização, foi indagado se a Recomendação nº 5/2023 - CODIR já entrou em vigor. A citada Recomendação pedia a avaliação dos *campi* e pró-reitorias, quanto a possibilidade de destinação orçamentária para a internacionalização sob a responsabilidade da ARINTER.

A ARINTER iniciou a resposta explicitando que foi estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, no art. 2 da Recomendação nº 5/2023 - CODIR para o envio das devolutivas pelos *campi* e pró-reitorias. Comunicou que em outubro deste mesmo ano, por meio de processo direcionado ao CODIR, solicitou novamente esta resposta, mas não obteve retorno. Assim, no Anexo A somos apresentados as seguintes respostas:

ARINTER: Não houve o atendimento da Recomendação nº 5/2023 por parte das áreas estratégicas da instituição de modo que a ARINTER ainda não dispõe de orçamento.

PRPIPG: Da parte da PRPIPG, esta recomendação ainda não foi implementada.

PRAE: A PRAE não possui orçamento próprio.

Campus João Pessoa: A pergunta a este item é complexa. Nas Pró-reitorias de Pesquisa e na de Extensão, temos reuniões extensas e propostas de editais sistêmicos de forma que está claro para os *campi* a maneira de contribuição orçamentária que cada um terá no apoio a projetos e bolsas em suas respectivas áreas. Além disso, há um trabalho conjunto entre as equipes das pró-reitorias e dos *campi* para o gerenciamento desses orçamentos e ações. Apesar de existir uma recomendação no PDI, como menciona o documento, sentimos falta de ações similares propostas pela ARINTER onde muitas vezes o orçamento destinado pelo Campus acaba sendo limitado e já acaba contemplando ações de internacionalização já gerenciadas pelo Campus. Entretanto, nos colocamos à disposição para que possamos fortalecer essa importante política de maneira a integrar mais os NAI e NUCLI, algo que sentimos falta atualmente.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Campus Princesa Isabel: O IFPB Campus Princesa Isabel busca constantemente promover ações de internacionalização. No entanto, para que haja a destinação de recursos orçamentários, é essencial que os discentes e docentes da área demonstrem interesse em participar dessas iniciativas.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

As respostas variaram entre a não disponibilidade de orçamento próprio (ARINTER e PRAE), a não implementação da Recomendação (sem justificativa) pela PRPIPG, e a resposta evasiva do Polo de Inovação com o envio de

documentos, sem responder diretamente ao questionamento.

Nesta questão, cumpri destacar as respostas encaminhadas pelos *campi* que se manifestaram. O Campus Catolé do Rocha mencionou insuficiência de recursos orçamentários, e que por esta razão não faz destinação específica para internacionalização. O Campus Princesa Isabel declarou que existe uma busca em promover as ações de internacionalização, mas a destinação orçamentária está atrelada a iniciativa de discentes e docentes sobre este tema.

O Campus João Pessoa menciona os editais sistêmicos que são lançados pelas pró-reitorias, onde é determinada a contribuição orçamentária de cada campus, com um trabalho conjunto para o gerenciamento do orçamento e ações. Aponta a ausência deste tipo de movimento por parte da ARINTER, e informa que até pela própria limitação orçamentária, as ações de internacionalização com fomento já são gerenciadas pelo próprio campus. Também indica a necessidade de fortalecer a política de internacionalização, procurando integrar mais o NAI e o NuCLI.

Após questionar o IFPB sobre a Recomendação nº 5/2023 - CODIR, com o intuito de ampliar essa compreensão, foi solicitada a informação de como são definidos os valores orçamentários destinados às ações de internacionalização, em resposta se manifestaram:

ARINTER: A ARINTER não possui orçamento próprio.

PRPIPG: Como já explícito nas respostas anteriores, não há uma destinação específica de recursos para a internacionalização no âmbito da PRPIPG, no entanto, algumas de nossas ações repercutem em indicadores desta política.

PRAE: A PRAE não possui orçamento próprio.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

Conforme exposto, nenhuma das respostas obtidas indicou como eram definidos os valores destinados à internacionalização. O retorno de informações seguiu as justificativas já anteriormente apresentadas, como: não possuir orçamento próprio, não existir uma destinação específica de recursos ou insuficiência orçamentária.

Retornando à questão do monitoramento das ações de internacionalização autofinanciadas, foi solicitada a informação sobre a existência deste acompanhamento pelos NAIs (Núcleos de Assuntos Internacionais) nos *campi*. A ARINTER indicou que:

Considerando a autonomia financeira dos Campi não existe uma padronização sobre a forma de gestão dos recursos. Os Campi não contemplam os Marcos Legais apresentados pela ARINTER nos seus documentos e quando o fazem é de forma tangencial.

A resposta versa sobre a gestão dos recursos pelos *campi*, e informa que não há uma uniformização neste sentido devido à autonomia dos mesmos. Deixa claro também que, apesar dos marcos legais, estes não são contemplados pelos *campi*, excetuando de forma tangencial.

Seguindo ainda no rastreio do acompanhamento das ações de internacionalização, a investigação indagou sobre a publicação de informações na página da ARINTER, situada no sítio eletrônico do IFPB. A ARINTER relatou que quem alimenta sua página eletrônica, redes sociais, programa CLIPE (Curso de Formação Inicial e Continuada em Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros) e do evento UniCulturas, é a própria equipe. Também explicou que “A Diretoria de Comunicação da Reitoria e a Comunicação dos *campi* publicam esporadicamente notícias/reportagens quando o gestor entende a pertinência relacionada a área” (Anexo A, p. 195). É possível constatar uma falta de padronização ou direcionamento sobre a publicização das ações de internacionalização. Isso dificulta não só o monitoramento, mas a transparência e o acesso à informação pela comunidade.

Encerrando os questionamentos encaminhados ao IFPB, pedimos que fosse informado quais indicadores de internacionalização são usados no Planejamento Estratégico Decenal 2016 - 2025 (PLANEDE 2025). A ARINTER comunicou como indicadores:

1. PLOA Reitoria - Internacionalização (destaque da Ação 20RL)
2. Número de vagas ofertadas em Gestores Recebidos do exterior do IFPB
3. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Técnico Administrativo
4. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Professor
5. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Aluno

6. Número de Resoluções, Instruções Normativas, Notas Técnicas, Portarias específicas à Internacionalização no IFPB
7. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Técnico Administrativo
8. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Professor
9. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Aluno
10. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso EaD
11. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso Presencial
12. Número de iniciativas voltadas a atualizar os professores de línguas com novas práticas pedagógicas e metodologias - formação continuada com foco nos professores de língua estrangeira do IFPB
13. Número de eventos sobre as experiências dos alunos no exterior & práticas exitosas dos professores a partir de minicursos, cursos, seminários, trabalhos, pesquisas advindas da experiência internacional
14. Número de PPC's com adesão à matriz de referência curricular de disciplina/componente/ementas em Língua Estrangeira
15. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Pós-Graduação
16. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Graduação
17. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Técnico
18. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Recebidos do Exterior
19. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Extensão Enviados ao Exterior
20. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Enviados ao Exterior
21. Número de artigos de alunos e/ou servidores do IFPB traduzidos para língua estrangeira
22. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a técnico administrativo do IFPB
23. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a professor do IFPB
24. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a aluno do IFPB
25. Número de Vagas em Cursos de Línguas/Idiomas Estrangeiros, Cultura Internacional e Libras por chamada de Edital Interno para alunos potenciais para intercâmbio
26. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados à Comunidade Externa ao IFPB
27. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados a Alunos, Professores e Técnicos Administrativos do IFPB
28. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por SERVIDOR
29. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por ALUNO
30. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Externo
31. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Interno
32. Número de Gestores Recebidos do exterior (Benchmarking)
33. Número de Gestores do IFPB Enviados ao exterior (Shadowing)
34. Número de Técnicos Administrativos Recebidos do exterior
35. Número de Técnicos Administrativos Enviados ao exterior
36. Número de Professores Recebidos do exterior
37. Número de Professores Enviados ao exterior
38. Número de Missões de Prospeção Recebidas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)

- 39. Número de Missões de Prospeção Enviadas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)
- 40. Internacionalização* - Número Total de Parcerias em vigor
- 41. Número de renovação de parcerias/convênios celebrados no exercício entre 1o de janeiro e 31 de dezembro;
- 42. Número de novas parcerias/convênios celebrados entre 1o de janeiro e 31 de dezembro;
- 43. Número de Alunos Recebidos do Exterior;
- 44. Número de Alunos Enviados ao exterior;
- 45. Número de eventos, encontros e workshops específicos e promovidos pelo Escritório de Relações Internacionais para o Intercâmbio de Experiências de professores e estudantes que retornaram ao Brasil entre 1o de janeiro e 31 de dezembro após participação em missão institucional

Foram elencados 45 indicadores, o que pode ser considerado um número significativo para o macroprocesso de internacionalização. Os indicadores identificados compreendem os eixos da Política de Internacionalização do IFPB, conforme Resolução - CS nº 40/2019.

O primeiro indicador pretende evidenciar a internacionalização no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), solicitando o destaque dentro das Ação 20RL (ação referente ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica). Este foi o único indicador citado que expõe a situação orçamentária destinada à internacionalização.

As ações com maior número de indicadores citados foram idiomas/línguas, com 16 indicadores, e mobilidade/intercâmbio com 15 indicadores. As missões internacionais também ganham destaque com 6 indicadores. Esse direcionamento nos indicadores apontados pelo PLANEDE 2025, é compatível com as ações de internacionalização encontradas nos relatos integrados, nas chamadas públicas e editais dentro do período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público, para além da gestão dos recursos financeiros, é um importante instrumento de planejamento das entidades públicas (Bezerra Filho, 2014). Entre suas inúmeras funções, ele auxilia na alocação de recursos, controle dos gastos, transparência e fornece informações valiosas para a tomada de decisão dos gestores. O monitoramento orçamentário é um mecanismo indispensável para o atendimento dos princípios da economicidade, otimizando a gestão dos recursos públicos, e da administração pública, por meio da transparência e eficiência.

Seguindo este raciocínio, a pesquisa buscou compreender como está sendo realizado o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB. Estando a investigação envolta no contexto da internacionalização da educação, tem como base a Recomendação nº 5/2023 - CODIR que pretende instituir um mecanismo interno para financiar as ações de internacionalização no Instituto.

A resposta a essa problemática nos levou ao objetivo geral, investigar o orçamento destinado às ações de internacionalização autofinanciadas pelo IFPB entre os anos de 2019 a 2023. Para atingir o objetivo geral, a pesquisa elaborou quatro objetivos específicos, e são estes que vão orientar as considerações finais apresentadas neste capítulo. Constatações, ponderações e inferências, serão introduzidas de forma sequenciada, seguindo a evolução da pesquisa.

Para tanto, inicialmente tendo sido realizado o levantamento documental das principais normativas de internacionalização do Instituto, podemos constatar que a Política de Internacionalização aprovada em 2018, mesmo após cinco anos, não passou por revisão. A internacionalização como processo contínuo e complexo (Knight, 2020), impõe um acompanhamento mais atento à sua dinâmica. Em 2022 duas novas normativas foram aprovadas, uma delas instituiu o Comitê de Internacionalização (COINTER), que entre outras funções, ficou responsável por propor regulamentos, diretrizes, normas e políticas de internacionalização. Essa movimentação demonstra que o IFPB buscou realizar a internacionalização ativa, inclusive estudando meios de subsidiar suas ações através do autofinanciamento.

O primeiro objetivo específico da pesquisa, foi mapear as ações de internacionalização autofinanciadas, assim, a investigação se voltou para os relatos integrados e relatórios de gestão publicados pelo IFPB. Sobre os relatos integrados,

nos anos de 2022 e 2023, não foram consolidadas as informações dos *campi* em suas publicações. Isso dificultou a coleta de dados e gerou a necessidade de vasculhar o sítio eletrônico do Instituto, em busca de informações que preenchessem esse lapso temporal.

Editais e chamadas públicas foram as ferramentas utilizadas para validar as informações, referentes à disponibilização orçamentária. Foi observada a falta de padronização na publicação dos informes, além de situações em que, repetidas vezes, caminhos de acesso ao documento se apresentavam vazios, sem informações, dificultaram o levantamento de dados deste período. É importante pontuar que nem todos os editais indicavam parceria com a ARINTER. A falta de alinhamento estratégico entre os setores compromete a execução das ações de internacionalização.

A dispersão de informações, em parte gerada pela descentralização das ações, evidencia a transversalidade da internacionalização na educação (Santos e Almeida Filho, 2012). Consolidar informações descentralizadas é um desafio para gestão administrativa, ainda mais no que tange recursos orçamentários. Nas respostas obtidas através do Fala Br, quanto ao acompanhamento orçamentário, não houve indicação da sua realização. O Campus João Pessoa chegou a sinalizar que não existia, de forma sistêmica, uma orientação sobre a realização do acompanhamento da ajuda de custo dos intercambistas. Essa resposta ratifica o fato de que durante a exploração documental, não foi detectada nenhuma menção ao código c. 3 - Monitoramento orçamentário.

Durante a análise do Relatório Integrado de Gestão 2023, foi possível identificar entre os indicadores os valores dispostos como outros gastos de custeio⁵. Considerando que a Recomendação nº 5/2023 - CODIR fala de recurso orçamentário, mas não indica sobre quais ações, e entendendo que a maioria dos eixos da Política de Internacionalização se inserem dentro das ações de custeio, pretendendo estabelecer um parâmetro comparativo, elaboramos o quadro abaixo:

⁵ A ação de custeio se refere às despesas correntes para manutenção e funcionamento das IES.

Quadro 17 - Porcentagem do orçamento disponibilizado para internacionalização em relação aos gastos com outros custeios (2019 - 2023)

ANO	OUTROS GASTOS COM CUSTEIO	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO INTERNACIONALIZAÇÃO	PORCENTAGEM UTILIZADA COM INTERNACIONALIZAÇÃO
2019	R\$ 67.553.459,30	R\$ 436.500,00	≅ 0,64%
2020	R\$ 54.035.017,19	R\$ 0,00	0%
2021	R\$ 51.690.828,47	R\$ 30.000,00	≅ 0,05%
2022	R\$ 67.591.997,55	R\$ 1.035.000,00	≅ 1,53%
2023	R\$ 78.356.477,49	R\$ 565.125,00	≅ 0,72%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2024)

Apesar da limitação dos dados, estando apenas com a perspectiva do que foi gasto com custeio pelo IFPB, ainda sim é possível constatar que, excetuando os anos de 2020 e 2021, quando do auge da COVID-19 (restrições de mobilidade social), os demais anos estão dentro da porcentagem sugerida a ser disponibilizada para internacionalização.

Após o mapeamento das ações, como segundo objetivo específico, foi analisado se estas atendiam aos eixos da Política de Internacionalização do Instituto. Todas as ações autofinanciadas encontradas e identificadas, estavam alinhadas aos eixos da Política de Internacionalização. Em dois editais da PROEXC, não foi possível estabelecer qual eixo estava sendo atendido, devido a falta de direcionamento específico. Diante dos nove eixos adotados pelo IFPB, foi possível constatar que quatro foram contemplados com orçamento.

Três dos eixos contemplados (mobilidade/ intercâmbio; idiomas/ línguas e participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais), podem ser consideradas formas de internacionalização passiva (Lima; Contel, 2011). O que poderia sugerir uma estagnação ou até mesmo retrocesso, na reestruturação da política de internacionalização que o IFPB informa desenvolver desde 2014 (IFPB, 2023d). O outro eixo, que trata de estrutura de escritório e pessoal, teve apenas uma única indicação de incremento orçamentário. O Campus Cabedelo em 2019, informou que direcionou R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), para estruturar e garantir o funcionamento do NAI. Essa é uma possível fragilidade, que impacta na promoção de uma internacionalização mais ampla e inclusiva.

Coube ao próximo objetivo específico, verificar se ações estavam consoantes aos indicadores de desempenho dispostos no Planejamento Estratégico Decenal 2016 – 2025 do IFPB. As ações que foram identificadas com autofinanciamento, são as que têm um maior número de indicadores associados. Durante a verificação, dos 45 indicadores elencados, apenas um trata do orçamento para internacionalização. Essa baixa expressividade, reflete na falta de direcionamento interno que existe no IFPB, em relação ao fomento orçamentário das ações de internacionalização.

Sobre estes dois objetivos específicos, cabe a reflexão de que uma mudança no texto dos editais, poderiam encorajar o desenvolvimento das ações de internacionalização. Por exemplo, se de uma forma geral os editais e chamadas públicas permitissem, em sua prestação de contas, a possibilidade de submissão de artigos em revistas internacionais, isso poderia estimular a internacionalização da produção científica. Outra possibilidade de estimular as ações de internacionalização, seria a partir da abrangência do projeto, como ocorreu com os editais de eventos da PROEXC em 2022. Pequenas mudanças podem gerar uma cultura de interesse, e impactar inclusive nos indicadores de internacionalização.

Tendo sido concluída de forma satisfatória a investigação do orçamento destinado às ações autofinanciadas neste período, em resposta a problemática da pesquisa constatamos :

- ausência de gestão centralizada dos recursos orçamentários para internacionalização;
- falta de direcionamento sistêmico sobre a disponibilização do orçamento;
- inexistência de monitoramento orçamentário destas ações;
- iniciativa das pró-reitorias (PRE, PROEXC e PRPIPG) em organizar editais sistêmicos;
- todos os *campi* disponibilizaram em algum momento orçamento para financiar os editais elencados na pesquisa;
- poucos *campi* publicaram editais por iniciativa própria;
- flutuação do orçamento disponível entre os anos pesquisados;
- todos os níveis de ensino foram atendidos em alguma chamada pública ou edital;

- apenas quatro eixos da Política de Internacionalização foram atendidos através do autofinanciamento.

Quanto ao objetivo específico final, que se propunha a elaborar relatório técnico (Apêndice C), sugerindo um instrumento de monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB. Aqui cabe ponderar sobre sua construção.

A ARINTER não possui recursos orçamentários, mas possui uma UGR (código de Unidade Gestora Responsável) desde 2019. Uma forma de promover o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização, em se consolidando a Recomendação nº 5/2023 - CODIR, seria alocar estes recursos na UGR da ARINTER, promovendo sua reativação. O que permitirá o monitoramento orçamentário interno, por meio dos sistemas governamentais como o SIAFI e o Tesouro Gerencial. Paralelo a esse monitoramento interno, os dados também poderão ser exportados e disponibilizados para consulta pública, como já ocorre com pró-reitorias, diretorias sistêmicas (que possuem UGR) e os *campi* (que possuem o código de Unidade Gestora - UG), através do Painel de Gestão do IFPB.

Outra proposta para viabilizar o acompanhamento deste orçamento, sem utilizar a concentração de recurso em uma UGR, seria a criação do Plano de Trabalho Resumido (PTRES). O PTRES, é um código também operado pelo SIAFI, vinculado a uma ação orçamentária, que pode ser utilizado tanto pelos *campi* (UG), quanto pelas pró-reitorias, diretorias sistêmicas, assessorias e etc.(UGR). A utilização deste código permitiria o rastreio orçamentário das ações de internacionalização. A ARINTER esclareceu em resposta ao Fala BR, que não possuía informação sobre o PTRES. É inequívoca a necessidade de diálogo colaborativo, alinhamento de informações e direcionamento sistêmico para o avanço da internacionalização do Instituto.

Essas são duas iniciativas estruturantes para se iniciar o monitoramento orçamentário, porém, ainda sim são insuficientes, diante da diversidade, abrangência e nível de detalhamento observado nos editais publicados. A autonomia para publicação destes documentos, por diversos setores, inviabiliza que seja determinado de forma antecipada, quais projetos ou eventos irão ocasionar internacionalização. A falta de sistematização de informações quanto a prestação de contas destes editais, é mais um indicativo da necessidade de estudos para

regulamentação dos procedimentos internos.

Interessante também analisar junto ao órgão responsável pela inserção de dados no sistema, a possibilidade de no ato do cadastro do projeto, ser disponibilizado um filtro indicador, que pudesse ser assinalado no caso de existir a intenção de contemplar alguma ação de internacionalização com o projeto. Esse mesmo processo poderia ser pensado para na hora da prestação de contas, o pesquisador teria a opção de informar se houve o cumprimento de algum dos eixos da Política de Internacionalização. Os NAls poderiam ser envolvidos nesta dinâmica de acompanhamento das ações de internacionalização nos *campi*, uma vez que atuam de forma integrada à ARINTER.

Com base no exposto, como produto educacional, o relatório técnico apresentará além da análise situacional, sugestões e recomendações para o monitoramento destas ações. Este documento consolidado a partir de uma análise propositiva, idealizado no formato de cartilha digital, busca contribuir com:

- a divulgação do orçamento destinado à internacionalização entre os anos de 2019 a 2023;
- a publicização dos indicadores de internacionalização do PLANEDE 2025;
- a disseminação dos eixos da Política de Internacionalização do Instituto;
- a elaboração dos editais publicados no âmbito da Reitoria e dos *campi*, em busca de meios que possibilitem sua integração às ações de internacionalização;
- a criação do PTRES de internacionalização do Instituto;
- a reativação da UGR da ARINTER;
- a gestão administrativa da ARINTER quanto às atividades vinculadas à Política de Internacionalização;
- a tomada de decisão dos gestores no que tange a destinação orçamentária para ações de internacionalização;
- o acompanhamento das ações de internacionalização promovidas pelo IFPB;
- o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB.

Por meio de linguagem simples e objetiva, o relatório apresenta o tema em questão de forma clara e acessível à comunidade acadêmica. Com informações de relevância institucional, visa colaborar com a consolidação e alinhamento estratégico das ações de internacionalização, sistematização do monitoramento orçamentário, divulgação dos indicadores de internacionalização e transparência das informações.

Junto ao relatório, tencionando contribuir de forma prática para o monitoramento orçamentário, diante da impossibilidade de rastrear os dados pelo Tesouro Gerencial ou Painel de Gestão do IFPB, a pesquisa propõe um painel colaborativo de dados (Apêndice D). O painel criado no Google Drive⁶ (Planilha Google), permitirá não só o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas, mas uma visão centralizada das ações desenvolvidas, facilitando o trabalho colaborativo dos NAls para alimentação dos dados, e maior interatividade entre os membros da equipe.

Como uma ferramenta de gestão de informações, contribuirá para a consecução das metas estratégicas da ARINTER, para o atendimento aos eixos da Política de Internacionalização, e alcance dos indicadores de internacionalização do PLANEDE 2025. Os dados trabalhados no painel podem ser exportados, ou disponibilizados pela ARINTER através de endereço eletrônico, de forma a trazer transparência às informações e contribuir para o controle social dos gastos públicos.

A pesquisa, o relatório (cartilha digital) e o painel colaborativo, serão apresentados a ARINTER, visando desta forma, contribuir para o avanço das ações de internacionalização autofinanciadas, fortalecimento da Política de Internacionalização, e coadjuvar para que o Instituto alcance seus objetivos estratégicos nesta área.

O tema está longe de ser esgotado, abordagens futuras sobre outras perspectivas e concepções podem ser exploradas em novos estudos. A pesquisa suscita a ampliação das discussões que envolvem as ações de internacionalização autofinanciadas e seu monitoramento orçamentário. Como possíveis desdobramentos desta pesquisa destacamos:

⁶ Ferramenta escolhida por armazenar os dados digitais de forma remota e sem custos, o que torna o painel acessível de forma virtual aos membros da equipe em todos os *campi*.

- proposta de atualização dos indicadores de internacionalização adotados pelo IFPB, consoante as mais recentes práticas de internacionalização da educação superior;
- realização de estudos comparativos entre as políticas de internacionalização adotadas pelas IFs, em especial as da região nordeste;
- avaliação da implantação da Resolução – Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019, que trata da Política de Internacionalização do IFPB;
- verificação da atuação e abrangência dos NAIS no âmbito dos *campi*;
- levantamento da execução financeira a partir do orçamento disponibilizado para as ações de internacionalização.
- desenvolvimento de aplicativo para monitoramento orçamentário com base na extração de relatórios do Tesouro Gerencial e Painel de Gestão do IFPB.

REFERÊNCIAS

Angélico, J. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 272 p.

ARINTER - Assessoria de Assuntos Institucionais e Internacionais. **Editais e Processos Seletivos**. 2023a. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/processos-seletivos>.
 Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Sobre a ARINTER**. 2023b. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/sobre-a-arinter-1>. Acesso
 em 04 dez. 2023.

ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. *E-book*. 402 p. ISBN 9788571440913. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

AZEVEDO, MLN; CATANI, AM; HEY, A. P. Circulação de ideias e internacionalização da educação superior a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, pág. 297-304, set.-dez., 2017. Disponível em:
[file:///C:/Users/IFPB/Downloads/admin,+02+-+Educ+v40n3-2017+-+final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/IFPB/Downloads/admin,+02+-+Educ+v40n3-2017+-+final%20(1).pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978. 517 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva**, 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014. *E-book*. 279 p. ISBN 9788522479726. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479726/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. 07 de dez. de 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 07 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 07 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 06 de dez. de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 118, de 14 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento de Polos de Inovação e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasil: MEC, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/02/2018&jornal=515&pagina=9&totalArquivos=42>. Acesso em: 06 dez. 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.** Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020a, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.cosemssc.org.br/wp-content/uploads/2020/03/PORTARIA-N%C2%BA-35>

6-DE-11-DE-MAR%C3%87O-DE-2020-PORTARIA-N%C2%BA-356-DE-11-DE-MAR%C3%87O-DE-2020-DOU-Imprensa-Nacional.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento – Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento 2024**. 6. ed. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024, 272 p. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2024:mto2024.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

_____. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF: Senado Federal, 2020b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31993957>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores 1 e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992 e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>. Acesso em 12 nov. 2023.

BRITO, R. O.; CAMPOS, A. F. M.; MERCADO, L. P. L. A Internacionalização da Educação como meio para a Formação da Consciência Planetária. In: BRITO, R. O. (org). **Internacionalização da educação básica e superior**: desafios, perspectivas, experiências. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020. cap. II, p. 33 - 54. Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/09/brito-2020-internacionalizacao-da-educacao-basica-e-superior.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. 627 p.

CAMPUS CABEDELLO. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ifpb/cabedelo/editais>. Acesso em 12 dez. 2023.

CAMPUS CABEDELLO CENTRO. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ifpb/cabedelocentro/editais>. Acesso em 12 dez. 2023.

CAMPUS CAJAZEIRAS. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ifpb/cajazeiras/editais>. Acesso em 12 dez. 2023.

CAMPUS JOÃO PESSOA. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ifpb/joaopessoa/editais>. Acesso em 09 dez. 2023

CREPALDI, Guilherme S.; CREPALDI, Sílvia A. **Orçamento público**: planejamento, elaboração e controle, 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. *E-book*. 250 p. ISBN 9788502201927. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201927/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

COLETIVA, A. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe - CRES/2008. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2011. DOI: 10.21573/vol25n12009.19333. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19333>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Sobre o CONIF**. 2023. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Fórum dos Assessores de Relações Internacionais**. Diretrizes para elaboração da Política de Internacionalização das Instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, Brasília -DF, 2021a. 35 p. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/estudos/diretrizes-para-elaboracao-da-politica-de-internacionalizacao-das-instituicoes-que-integram-a-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-do-brasil>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Fórum dos Assessores de Relações Internacionais**. Panorama de Internacionalização Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília -DF, 2021b. 29 p. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/diversos/conife-forinter/panorama-da-internacionalizacao_abril-2022_v2.pdf. Acesso em 04 dez. 2023.

FEIJÓ, P. H.; CARVALHO JÚNIOR, J. P.; RIBEIRO, C. E. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao setor Público**. 1. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2015. 624 p.

GADELHA, S. R. B. **Introdução ao Orçamento Público**. Entendendo o Orçamento Público. Brasília: ENAP, 2017. 39 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3167/1/Modulo%201%20-%20Entendendo%20o%20Orçamento%20Publico.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. *E-book*. 342 p. ISBN 9786559775149. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 129 p.

GONTIJO, Vander. **Evolução Histórica no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, set. 2004. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/HistoricoBrasil> Acesso em 05 dez. 2023.

IFPB. **Painel de Gestão Institucional – IFPB**. João Pessoa: IFPB, 2023a. Disponível em: Painel de Gestão do IFPB › PLOA x LOA do IFPB (google.com). Acesso em 20 dez. 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2005-2009**. João Pessoa: IFPB, 2005. 100 p. Disponível em: [file:///C:/Users/IFPB/Downloads/PlanoDesenvolvimentoInstitucional_PDI%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/IFPB/Downloads/PlanoDesenvolvimentoInstitucional_PDI%20(2).pdf). Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. João Pessoa: IFPB, 2015a. 447 p. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2021a. 391 p. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

_____. **Portaria nº 2025 / 2017 - Reitoria, de 24 de agosto de 2017**. Institui o Planejamento Estratégico Decenal do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). João Pessoa: IFPB, 2017a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/boletins-de-servico/ano2018/boletim-final-n-07.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

_____. **Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB**, 6 de junho de 2023. Recomenda aos *Campi* e Pró-Reitorias do IFPB, que avaliem a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para a área de Internacionalização do IFPB. João Pessoa: IFPB, 2023b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/recomendacoes/2023/recomendacao-n-5-2023-codir.pdf/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Relatório de Gestão do Polo de Inovação do IFPB (2017 a 2022)**. João Pessoa: IFPB, 2022a. p. 21. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao/assuntos/Relatorios/resolucao-24-2023-anexo-relatorio_de_gestao_polo_de_inovacao_2017-2022.pdf. Acesso em 06 dez. 2023.

_____. **Relatório de Gestão do Polo de Inovação do IFPB (Ano Base: 2023)**. João Pessoa: IFPB, 2023c. p. 14. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao/assuntos/Relatorios/relatorio_de_gestao_polo_de_inovacao_2023.pdf. Acesso em 06 dez. 2023.

_____. **Relato Integrado 2019**. João Pessoa: IFPB, 2020a. p. 107. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2019.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Relato Integrado 2020.** João Pessoa: IFPB, 2021b. p. 983. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2020.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Relato Integrado 2021.** João Pessoa: IFPB, 2022b. p.1058. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Relato Integrado 2022.** João Pessoa: IFPB, 2023d. p. 290. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2022>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Relatório Integrado de Gestão 2023.** João Pessoa: IFPB, 2024. p. 276. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/relatorio-de-gestao-2023.pdf/view> Acesso em 04 dez. 2023. Acesso em 06 dez. 2023.

_____. **Resolução n.º 64, 27 de março de 2015.** Dispõe sobre a aprovação do Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional – PAVI, para acolher e auxiliar visitantes internacionais em sua estada no Brasil que estão em Programas de Intercâmbio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2015b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-64/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução nº 142 - Conselho Superior, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2015c. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/31/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O_N_142_DE_02_DE_OUTUBRO_DE_2015.pdf. Acesso em 02 dez. 2023.

_____. **Resolução nº 246 - Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: IFPB, 2015d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/guarabira/noticias/2016/09/eleicoes-para-conselho-diretor-do-campus-guarabira/estatuto-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução - Conselho Superior nº 144, de 11 de agosto de 2017.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: IFPB, 2017b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução – Conselho Superior nº 40, de 07 de agosto de 2019.** Convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-cs-no-40/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução AR 13/2020 - CONSUPER/ REITORIA/ IFPB, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre as ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19).

João Pessoa: IFPB, 2020b. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-13>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Resolução AR 28/2020 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, 28 de julho de 2020.** Estabelece as fases de implementação gradual das atividades não presenciais e presenciais no âmbito do IFPB. João Pessoa: IFPB, 2020c. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/santarita/ensino/atividades-nao-presenciais/documentos-e-resolucoes/resolucao-28-2020-fases-de-implementacao-gradual-das-atividades-nao-presenciais-e-presenciais-no-ambito-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Resolução AR 7 / 2022 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, de 7 de março de 2022.** João Pessoa: IFPB, 2022c. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-07/view>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Resolução 15/2022 - CONSUPER/ DAAOC/ REITORIA/ IFPB, 17 de maio de 2022.** Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê de Internacionalização (COINTER) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa: IFPB, 2022d. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-15-2022-aprova-o-comite-de-internacionalizacao-cointer.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2012. Disponível em:

<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em 18 dez. 2023.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior**: conceitos, tendências e desafios. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. *E-book*. 221 p. Disponível em:

<https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LEITE, Rodrigo Ricelly Avelino. **Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira**. Rio Grande do Norte: IFRN, 2022. 75 p. Disponível em:

https://aberto.ava.ifrn.edu.br/pluginfile.php/6141/mod_label/intro/Fontes%20de%20Recurso.pdf?time=1655040660474. Acesso em: 05 dez. 2023.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Internacionalização da Educação Superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Ed. Alameda, 2011. 536 p.

LOBATO, E. D. C.; DOS SANTOS, R. B. Planejamento Financeiro: Uma Proposta De Implementação da Matriz 5w2h como Ferramenta da Qualidade no Setor Financeiro das Pequenas e Médias Empresas (PMES). **Revista Foco**, [s. l.], v. 16, n. 6, p. e2121, 2023. DOI: 10.54751. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2121>. Acesso em: 02 dez. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 254 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. 974 p.

MOOJEN, Guilherme. **Orçamento Público**: estudos teóricos e práticos dos orçamentos estaduais do Brasil e da América do Norte. Rio de Janeiro: Financeiras, 1959. 351 p.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN - AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da emergência internacional de COVID-19**. 2023. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,\)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19](https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19). Acesso em: 10 ago. 2023.

PADOVEZE, Clóvis L.; FRANCISCHETTI, Carlos E. **Planejamento econômico e orçamento**: contabilometria integrando estratégia e planejamento orçamentário. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. *E-book*. 282 p. ISBN 9788547221232. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221232/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2013. 439 p.

PEREIRA, G. A. **Unificação de orçamento, planejamento e controle gerencial**. 2015. 43 p. Monografia (Especialização em Construção Civil) - Escola de Engenharia Civil, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30818/6/TCC%20Gustavo%20Ps%20Graduao%20-%20R1%20-141015.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. *E-book*. 406 p. ISBN 9788597021509. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

POLO DE INOVAÇÃO. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao/editais/editais-polo-de-inovacao>. Acesso em 17 dez. 2023.

PRE - PRÓ-REITORIA DE ENSINO. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/editais>. Acesso em 16 dez. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

PROEXC – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao>. Acesso em 13 dez. 2023.
PRPIPG - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. **Editais**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/editais>. Acesso em 13 dez. 2023.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p. DOI: 10.22348/riesup.v3i3.7794. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/11941/5/A%20quarta%20Miss%C3%A3o%20da%20Universidade%20-%202012.pdf>. Acesso em 19 dez. 2023.

SANTOS, P. K.; MOROSINI, M. C. Mobilidade de estrangeiros como desafio/ferramenta à Internacionalização em Casa - IAH: Desafios e Perspectivas da Internacionalização das Universidades Brasileiras. *In*: BRITO, R. O. (org). **Internacionalização da educação básica e superior**: desafios, perspectivas, experiências. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.cap. XI, p. 195 – 208. Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/09/brito-2020-internacionalizacao-da-educacao-basica-e-superior.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

SGUISSARDI Valdemar; FRANCO M. E.D.P.; MOROSINI M. C. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 54 p. Disponível em: <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Autonomia-Universitaria-TEXTO-DISCUS%C3%83O-N%C2%BA-20.pdf>. Acesso em 18 dez. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287 p.

VIANA, Arizio de. **Orçamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Financeiras, 1950. 350p.

APÊNDICE A - Perguntas encaminhadas através do FALA.BR

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
Detalhes da Manifestação**Dados Básicos da Manifestação**

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
Esfera: Federal
NUP: 23546.083682/2024-00
Órgão Destinatário: IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Órgão de Interesse:
Assunto: Outros em Relações Internacionais
Subassunto:
Data de Cadastro: 10/09/2024
Situação: Cadastrada
Data limite para resposta: 30/09/2024
Canal de Entrada: Internet
Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
Registrado Por: HIRLA CARLA LIMA AMORIM
Tipo de formulário: Acesso à Informação
Serviço:
Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Solicito informações sobre as ações de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
Extrato:

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

1 - Qual valor do orçamento foi destinado a ARINTER entre os anos de 2019 a 2023 para desenvolver ações de internacionalização no IFPB (se possível detalhar por ano)?

2 - Qual é orçamento, por segmento da Reitoria, destinado as ações de internacionalização, e qual percentual que cada campus destina para internacionalização?

3 - A gestão destinou o orçamento de alguma emenda parlamentar para ação de internacionalização, se sim, qual valor foi destinado e quais ações foram contempladas?

4 - Existe um setor específico de planejamento orçamentário na ARINTER?

5 - Como é realizado o acompanhamento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas pelo IFPB?

6 - A ARINTER possui UGR? Caso possua, qual o número e quem realiza seu monitoramento?

7 - Qual o PTRES de internacionalização do IFPB?

8 - A ARINTER participa da elaboração de editais que destinam recursos as ações de internacionalização no IFPB?

9 - Qual fluxograma da tramitação processual dos editais que dispõe orçamento para as ações de internacionalização no IFPB?

10 - A Política de Internacionalização (Resolução-CS N° 40, de 07 de agosto de 2019), tem sido implementada pelas Pro Reitorias, Polo de Inovação e campi?

11 - A Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB já entrou em vigor?

12 - Como é realizada a definição de valores orçamentários destinados as ações de internacionalização do IFPB?

13 - O NAI faz o acompanhamento das ações de internacionalização que recebem recursos orçamentários nos campi?

14 - Quem alimenta de informações a página da ARINTER situada no sítio eletrônico do IFPB?

15 - Quais indicadores de internacionalização são utilizados pelo IFPB no Planejamento Estratégico Decenal 2016 - 2025 (PLANEDE 2025)?

Proposta de melhoria:

Município do local do fato:

UF do local do fato:

Local:

Não há anexos originais da manifestação.

Não há anexos complementares.

APÊNDICE B - Planilha chamadas públicas e editais 2019 - 2023 IFPB

ANO	TIPO	ORIGEM DA PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO TOTAL	ORIGEM DO ORÇAMENTO	AÇÃO	ACESSO
2019	CHAMADA PÚBLICA	ARINTER	Chamada Interna Nº 01/2019, de 20 de <u>Setembro</u> de 2019 Processo Interno Simplificado para Seleção de Docente para Acompanhar Estudantes que Realizarão Intercâmbio no Canadá	R\$ 20.000,00	PRE	Mobilidade internacional Intercâmbio	https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/editais/chamada-interna-professor_imer_sao-canada.pdf
2022	CHAMADA PÚBLICA	ARINTER	Chamada Interna <u>Pre - Arinter</u> Nº 01/2022 Política Linguística e de Internacionalização Programa de Mobilidade Internacional Processo Interno Simplificado para Seleção De Servidor Líder dos estudantes Projeto <u>"English Through Toronto"</u> Canadá Imersão	R\$ 25.000,00	PRE	Mobilidade internacional Intercâmbio	https://www.ifpb.edu.br/pre/editais/editais-diversos/ano-2022/chamada-interna-no-01-2022-pre-arinter-1/chamada-interna-01-2022-servidor-lider-acompanhante.pdf
2023	EDITAL	Cabedelo	Edital n.º 40/2023 Bolsas para Cursos FIC- Internacionalização do Campus Cabedelo	R\$ 10.625,00	Campus Cabedelo	Idiomas/ Línguas	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/editais/extensao/2023/edital-ndeg-40-2023-coordenacao-de-pesquisa-e-extensao/edital-bolsista-fic-internacionalizacao.pdf

2023	EDITAL	Cabedelo Centro	Edital Nº 53/2023, de 14 de Julho de 2023 Programa de Apoio à Servidores para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 4.000,00	Cabedelo Centro	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcaipecgclcfndmkaj/https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/centro/editais/direcao-geral/2023/edital-no-53-2023-programa-de-apoio-a-eventos-educacionais/edital_n-c2-ba_53-2023_-_programa_de_apoio_a_eventos_educacionais_-_docx_assinado_assinado.pdf
2019	EDITAL	Cajazeiras	Edital Nº 008, de 03 de Julho de 2019 Programa de Apoio a Estudantes para Apresentação de Trabalhos em Eventos Educacionais, Científicos Ou Tecnológicos	R\$ 70.000,00	Cajazeiras	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital_008-2019-DG_Ajuda_de_Custo_Estudantes%20(2).pdf
2023	EDITAL	Cajazeiras	Edital Nº 008, de 30 de junho de 2023 Programa de Apoio a Estudantes para Apresentação de Trabalhos em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos; Edital Nº 09/2023, de 30 de junho de 2023 Programa de Apoio a Estudantes para Visitas Técnicas e Aulas de Campo	R\$ 70.000,00	Cajazeiras	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital_08-2023-DG_Auxilio_Discentes_Eventos_2023_assinado%20(4).pdf file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital_09-2023-DG_Auxilio_Discentes_Visita_Tecnica_2023_assinado%20(1).pdf

2019	EDITAL	João Pessoa	Edital N.º 12/2019 Programa De Apoio A Servidores Para Apresentação De Trabalhos Em Eventos Educacionais, Científicos Ou Tecnológicos	R\$ 80.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20n%C2%BA%2012-2019%20-%20DIPPED%20-%20Programa%20de%20Apoio%20a%20Servidores%20para%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalhos.pdf
2019	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 07/2022 Programa de Apoio a Discentes para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 40.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20n.%C2%BA%2007-2020%20DG-JP%20-%20Programa%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Discentes%20em%20Eventos%20Educacionais.%20Cient%C3%ADficos%20ou%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Assinado%20DG%20(3).pdf
2021	EDITAL	João Pessoa	Edital Nº 11/2021 Programa de Apoio aos(as) <u>Servidores(As)</u> Vinculados(As) aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos com Apresentação de Trabalhos	R\$ 15.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20N.%C2%BA%2011-2021%20DG-JP%20-%20Programa%20de%20Apoio%20a%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20Docentes%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o%20-%20Assinado%20DG%20(1).pdf

2021	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 12/2021 Programa de Apoio aos(as) Servidores(as) para Apresentação de Trabalhos em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos com Apresentação de Trabalhos	R\$ 15.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20n.12-2021%20-%20PROGRAMA%20DE%20APOIO%20AOS%20SERVIDORES%20PARA%20APRESENTA%C3%87%C3%83O%20DE%20TRABALHOS%20EM%20EVENTOS%20(1).pdf
2022	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 07/2022 Programa de Apoio a Discentes para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 40.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20n.%C2%BA%2007-2020%20DG-JP%20-%20Programa%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Discentes%20em%20Eventos%20Educacionais.%20Cient%C3%ADficos%20ou%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Assinado%20DG%20(2).pdf
2022	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 29/2022 Programa de Apoio a Servidores para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 33.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital_N._29-2022_Programa_de_Apoio_a_Capacitacao_de_Servidores%20-%20Assinado%20DG%20(1).pdf

2022	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 31/2022 Programa de Apoio a discentes para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 40.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/EDITAL%2031-2022%20-%20Programa%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Discentes%20em%20Eventos%20Educacionais.%20Cient%C3%ADficos%20ou%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Assinado%20DG%20(1).pdf
2023	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 05/2023 Programa de Apoio à Servidores para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 35.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Minuta%20do%20Edital%20N.%C2%BA%2005-2023%20DG-JP%20-%20Programa%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Capacitaca%20de%20Servidores_Assinado%20(1).pdf
2023	EDITAL	João Pessoa	Edital n.º 10/2023 Programa de Apoio a Discentes para Participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos	R\$ 30.000,00	João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	file:///C:/Users/hirla/Downloads/Edital%20n%C2%BA%2010-2023%20-%20Programa%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Discentes%20em%20Eventos%20Educacionais.%20Cient%C3%ADficos%20ou%20Tecnol%C3%B3gicos%20(1).pdf

2019	EDITAL	PRE	Edital PRE Nº 54/2019, de 12 de agosto de 2019 (Retificado em: 19/08/2019). Processo Interno Simplificado para Seleção de Estudantes para Intercâmbio no Canadá Política Linguística e de Internacionalização Programa de Mobilidade Internacional	R\$ 160.000,00	Cada campus disponibilizou R\$ 20.000,00 por vaga: Cabedelo Centro (1); Cajazeiras (1); Guarabira (1); Itabaiana (1); Monteiro (1); Patos (1); Princesa Isabel (1) e Santa Rita (1)	Mobilidade/ Intercâmbio	https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/editais/edital-pre-no-54-2019-de-12-de-agosto-de-2019/edital-pre-no-54-2019_projeto-english-through-toronto-2013-canada_ensino-medio-integrado-2019-retificado-1.pdf
2019	EDITAL	PRE	Edital PRE Nº 56/2019, de 16 de agosto de 2019 (Retificado em: 19/08/2019) Processo Interno Simplificado para Seleção de Estudantes para Intercâmbio no Canadá da Política Linguística e de Internacionalização Programa de Mobilidade Internacional	R\$ 60.000,00	DEAD	Mobilidade/ Intercâmbio	https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/editais/edital-no-56-2019-16-de-agosto-de-2019-retificado-em-19-08-2019-pro-reitoria-de-ensino/edital-pre-no-56-2019_projeto-english-through-toronto-2013-canada_ead-2019.pdf

2022	EDITAL	PRE	Edital PRE Nº 21/2022, de 29 de abril de 2022 Cronograma Retificado em 14/05/2022 Processo Interno Simplificado para Seleção de Estudantes para Intercâmbio no Canadá - Política Linguística e de Internacionalização Programa de Mobilidade Internacional	R\$ 660.000,00	Cada campus disponibilizou R\$ 30.000,00 por vaga: Areia (1); Cabedelo (1); Cabedelo Centro (1); Cajazeiras (1); Campina Grande (2); Esperança (1); Guarabira (1); Itabaiana (1); Itaporanga (2); João Pessoa (2); Monteiro (2); Patos (1); Pedras de Fogo (1); Princesa Isabel (1); Santa Luzia (1); Santa Rita (2) e Soledade (1)	Mobilidade/ Intercâmbio	https://www.ifpb.edu.br/pre/editais/editais-diversos/ano-2022/edital-21-2022-pro-reitoria-de-ensino/edital-no-21-2022-intercambio-alunos-ensino-medio.pdf
		PROEXC	Edital PROEXC nº 13/2022, 23 de maio de 2022 Programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura: PROEVEXC 2022	R\$ 140.000,00	Cada campus disponibilizou R\$ 5.000,00 por evento: Cabedelo (1); Cabedelo Centro (2); Cajazeiras (5); Campina Grande (2); Catolé do Rocha (2); João Pessoa (1); Mangabeira (1); Monteiro (1); Patos (1); Pedras de Fogo (1); Picuí (2); Princesa Isabel (6); Santa Luzia (1); Soledade (1) e Sousa (1)	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2022/edital-no-13-2022-proexc/edital-no-13-2022-proexc

2022	EDITAL	PROEXC	Edital POEXC Nº 14, de 24 de maio de 2022 (Alterado no dia 08 de junho de 2022) Apoio as Ações de Extensão e Cultura com Foco na Internacionalização	R\$ 15.000,00	POEXC	Projeto de internacionalização	https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2022/edital-14-2022-proexc/edital-no-14_2022-proexc-internacionalizacao-alterado-em-08-06-2022.pdf
2022	EDITAL	PROEXC	Edital PROEXC Nº 19/2022, 28 de julho de 2022 programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura: PROEVEXC 2022.1 - 2023.1	R\$ 42.000,00	Cada campus e Reitoria disponibilizou R\$ 3.000,00 por evento: Cajazeiras (3); Catolé do Rocha (1); Guarabira (1); João Pessoa (2); Picuí (1); Princesa Isabel (2); Santa Rita (1); Sousa (2) e Reitoria (1).	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2022/edital-ndeg-19-2022-proexc/edital-no-19-2022-proexc
2022	EDITAL	PROEXC	Edital PROEXC Nº 18, de 06 de julho de 2022 Seleção Interna Simplificada de Estudante de Graduação para Mobilidade Acadêmica e Atuação no Projeto Lapassion em Rede	R\$ 10.000,00	POEXC	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2022/edital-no-18-2022-proexc/edital-18-2022-selecao-de-estudante-de-graduacao-para-mobilidade-academica-projeto-lapassion.pdf

2023	EDITAL	PROEXC	Edital PROEXC Nº 5, de 22 de março de 2023 (Alterado em 20 de abril de 2023, (Alterado em 31 De janeiro de 2024) Programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura: PROEVEXC 2023	R\$ 210.500,00	Cada campus e Reitoria disponibilizou Apoio para evento =R\$ 3.000,00 Apoio ao discente = R\$ 2.000,00 Cabedelo (1 Apoio a evento e 4 Apoios discentes); Cabedelo Centro (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Cajazeiras (6 Apoios a eventos e 6 Apoios a discentes); Campina Grande (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Catolé do Rocha (3 Apoios a eventos e 3 Apoios a discentes); Esperança (3 Apoios a eventos e 3 Apoios a discentes); Itabaiana (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); João Pessoa (7 Apoios a eventos de R\$ 2.500,00 cada e 7 Apoios a discentes);	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcai pcgiclfndmkaj /https://www.ifpb.edu.br/proexc /editais/extensao/ano-2023/edital-no-05-2023-proexc/edital-proexc-no-5-de-22-de-marco-de-2023-proevexc-alterado-em-31-01-2024
------	--------	--------	--	-----------------------	---	---	--

				Mangabeira (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Patos (2 Apoios a eventos e 2 Apoios a discentes); Pedras de Fogo (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Picuí (4 Apoios a eventos e 3 Apoios a discentes); Princesa Isabel (2 Apoios a eventos e 2 Apoios a discentes); Santa Luzia (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Santa Rita (3 Apoios a eventos e 3 Apoios a discentes); Soledade (2 Apoios a eventos e 2 Apoios a discentes); Sousa (1 Apoio a evento e 1 Apoio discente); Reitora (2 Apoios a eventos e 2 Apoios a discentes)		
--	--	--	--	--	--	--

2023	EDITAL	PROEXC	Edital ROEXC Nº 20/2023, de 09/11/2023, (Alterado em 20/11/2023, 24 de novembro de 2023 e em 03 de outubro de 2024) Apoio ao Desenvolvimento do Empreendedorismo Estudantil	R\$ 55.000,00	Cada campus e Reitoria disponibilizou R\$ 5.000,00 para Linha 1 e R\$ 4.000,00 para Linha 2: Cajazeiras (1 - Linha 1 e 1 - Linha 2); Catolé do Rocha (1 - Linha 2); Guarabira ((1 - Linha 2); João Pessoa (4 - Linha 2); Patos (1 -Linha 1); Picuí (1 - Linha 1); Santa luzia (1 -Linha 2) e Reitoria (2 - Linha 2)	Projeto de internacionalização	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2023/edital-no-20-2023-proexc/edital-proexc-no-20-2023-de-09-11-2023-alterado-em-03-de-outubro-de-2024
2023	EDITAL	PROEXC, PRPIPG, PRE e Polo de Inovação	Edital Nº 17, de 03 de julho de 2023 Processo Seleção Interna de Estudantes para Huawei ICT Competition 2023-2024	R\$ 126.000,00	PRPIPG	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao/editais/editais-do-polo-de-inovacao/2023/edital-no-17-2023-selecao-huawei-ict-competition/edital-17-2023-ict-competition-retificado.pdf
2022	EDITAL	PRPIPG	Edital Nº 54/2022/PRPIPG/ Reitoria - Apoio à Publicação de Artigos Científicos em Veículos Acadêmicos Qualificados	R\$ 30.000,00	PRPIPG e DEAD	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ifpb.edu.br/prpipg/editais/2022/edital-no-54-2022-prpipg/edital_54-2022_apoio_a_publicacao_assinado.pdf

APÊNDICE C - Relatório técnico





Sumário

1. Apresentação	03
2. Instituto Federal da Paraíba	04
3. Internacionalização no IFPB	05
4. Eixos da Política de Internacionalização	06
5. Indicadores de Internacionalização do IFPB	07
6. Orçamento IFPB	09
7. Orçamento para Internacionalização	10
8. Autofinanciamento das ações de internacionalização 2019 - 2023	11
9. Análise propositiva	16
10. Estratégias para o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização	17
11. Considerações finais	18
Referências	19



Apresentação

Este Relatório Técnico é o produto educacional resultado da dissertação de mestrado da autora Hirla Carla Lima Amorim, intitulada “ **Autofinanciamento das Ações de Internacionalização do Instituto Federal da Paraíba em uma Perspectiva Orçamentária (2019 – 2023)**”, desenvolvida no curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba.

O documento consolidado a partir de uma análise propositiva, idealizado no formato de cartilha digital, pretende além de apresentar a análise situacional das ações de internacionalização autofinanciadas entre 2019 e 2023, contribuir com sugestões e recomendações para o monitoramento destas ações.

Com informações de relevância institucional, busca colaborar com a consolidação e alinhamento estratégico das ações de internacionalização, sistematização do monitoramento orçamentário, divulgação dos eixos e indicadores de internacionalização e transparência das informações.



Instituto Federal da Paraíba



Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, compondo as IES públicas. Cumpre informar que o arranjo institucional do IFPB tem suas especificidades, uma vez que os IFs atendem aos diversos níveis de ensino, sendo pluricurriculares e funcionando em sistema multicampi. Com um papel fundamental na educação profissional do país, face a globalização que oportuniza um mercado de trabalho cada vez mais diversificado, os IFs buscam ampliar as ações voltadas para promoção do desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.



O IFPB tem como instrumentos orientadores para internacionalização, as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Como órgão de assessoramento do CONIF, o Fórum de Relações Internacionais (FORINTER) entende que a internacionalização da educação, é um processo pensado para incluir a dimensão internacional, intercultural e global aos interesses educacionais, de forma a proporcionar maior qualidade à educação e à pesquisa.



Internacionalização no IFPB

A Política de Internacionalização do IFPB foi aprovada Ad Referendum pelo Conselho Superior em 2018, sendo posteriormente convalidada pela Resolução – CS nº 40, de 7 de agosto de 2019



É um órgão auxiliar da Reitoria;

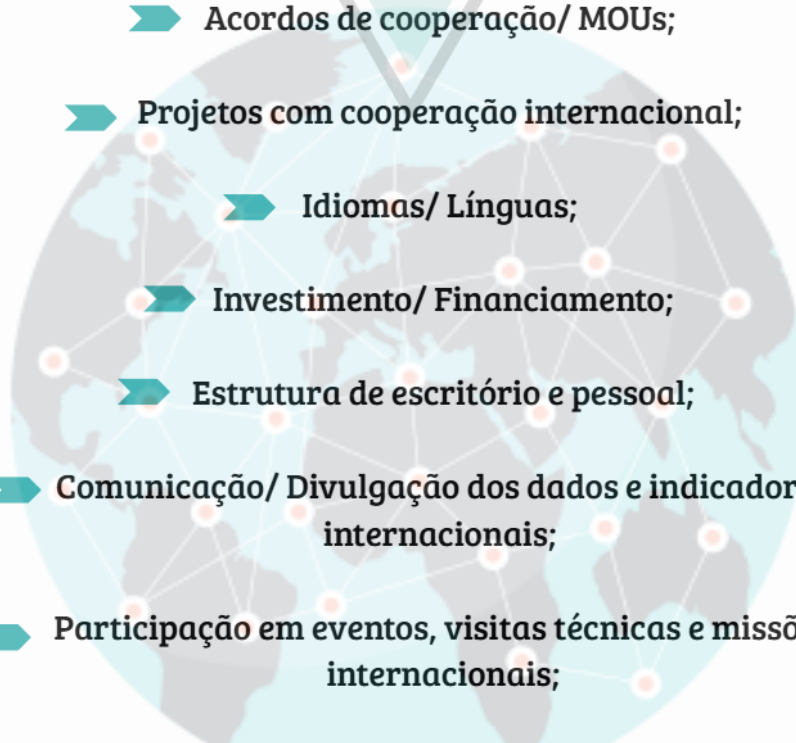
Sua função é articular as relações internacionais entre o IFPB e instituições educacionais do exterior, em países que possuam laços de diplomacia com o Brasil, através de intercâmbios culturais, científicos e cooperação técnica;

É responsável pela gestão administrativa das atividades vinculadas a Política de Internacionalização;

Não dispõe de orçamento próprio, e para executar ações que exijam recursos orçamentários, articula parcerias com outras instituições ou com outros órgãos internos do IFPB que possuam autonomia orçamentária.

Eixos da Política de Internacionalização do IFPB

Conforme Resolução - CS nº 40 de 07 de agosto de 2019, as ações de internacionalização do IFPB devem ser desenvolvidas com base nos seguintes eixos:

- 
- Mobilidade/Intercâmbio;
 - Acordos de cooperação/ MOUs;
 - Projetos com cooperação internacional;
 - Idiomas/ Línguas;
 - Investimento/ Financiamento;
 - Estrutura de escritório e pessoal;
 - Comunicação/ Divulgação dos dados e indicadores internacionais;
 - Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais;
 - Normativas e regulamentos relacionados à internacionalização

Indicadores de Internacionalização

Desde 2016, os relatórios oficiais e indicadores de desempenho do IFPB são elaborados dentro do sistema de gestão do PLANEDE 2025.

O PLANEDE 2025 é um planejamento estratégico robusto e complexo, tem objetivos e metas amplos, que influenciou e foi influenciado em sua elaboração, pelos planos de desenvolvimento institucionais.

Apesar de disponível no sítio eletrônico do IFPB, seu acesso só é permitido a servidores previamente cadastrados. Um tipo de relatório extraído desta ferramenta de gestão é o Relato Integrado, que é publicado anualmente e compõe os relatórios de gestão do IFPB.

Foram elencado 45 indicadores de desempenho vinculados à internacionalização no PLANEDE 2025



Indicadores de Internacionalização

1. PLOA Reitoria - Internacionalização (destaque da Ação 20RL)
2. Número de vagas ofertadas em Gestores Recebidos do exterior do IFPB
3. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Técnico Administrativo
4. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Professor
5. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Aluno
6. Número de Resoluções, Instruções Normativas, Notas Técnicas, Portarias específicas à Internacionalização no IFPB
7. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Técnico Administrativo
8. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Professor
9. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Aluno
10. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso EaD
11. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso Presencial
12. Número de iniciativas voltadas a atualizar os professores de línguas com novas práticas pedagógicas e metodologias - formação continuada com foco nos professores de língua estrangeira do IFPB
13. Número de eventos sobre as experiências dos alunos no exterior & práticas exitosas dos professores a partir de minicursos, cursos, seminários, trabalhos, pesquisas advindas da experiência internacional
14. Número de PPC's com adesão à matriz de referência curricular de disciplina/componente/ementas em Língua Estrangeira
15. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Pós-Graduação
16. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Graduação
17. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Técnico
18. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Recebidos do Exterior
19. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Extensão Enviados ao Exterior
20. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Enviados ao Exterior
21. Número de artigos de alunos e/ou servidores do IFPB traduzidos para língua estrangeira
22. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a técnico administrativo do IFPB
23. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a professor do IFPB
24. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a aluno do IFPB
25. Número de Vagas em Cursos de Línguas/Idiomas Estrangeiros, Cultura Internacional e Libras por chamada de Edital Interno para alunos potenciais para intercâmbio
26. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados à Comunidade Externa ao IFPB
27. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados a Alunos, Professores e Técnicos Administrativos do IFPB
28. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por SERVIDOR
29. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por ALUNO
30. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Externo
31. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Interno
32. Número de Gestores Recebidos do exterior (Benchmarking)
33. Número de Gestores do IFPB Enviados ao exterior (Shadowing)
34. Número de Técnicos Administrativos Recebidos do exterior
35. Número de Técnicos Administrativos Enviados ao exterior
36. Número de Professores Recebidos do exterior
37. Número de Professores Enviados ao exterior
38. Número de Missões de Prospecção Recebidas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)
39. Número de Missões de Prospecção Enviadas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)
40. Internacionalização* - Número Total de Parcerias em vigor
41. Número de renovação de parcerias/convênios celebrados no exercício entre 1o de janeiro e 31 de dezembro;
42. Número de novas parcerias/convênios celebrados entre 1o de janeiro e 31 de dezembro;
43. Número de Alunos Recebidos do Exterior;
44. Número de Alunos Enviados ao exterior;
45. Número de eventos, encontros e workshops específicos e promovidos pelo Escritório de Relações Internacionais para o Intercâmbio de Experiências de professores e estudantes que retornaram ao Brasil entre 1o de janeiro e 31 de dezembro após participação em missão institucional

Orçamento IFPB

O IFPB é uma entidade autônoma vinculada ao MEC, com recursos próprios para o desenvolvimento das suas atividades. Assim ele recebe seu orçamento a partir da transferência de receitas arrecadadas pelo Governo Federal.



Após a definições das diretrizes e limites informados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), fica responsável por desenvolver uma metodologia que permita o rateio dos recursos oriundos do MEC entre a Rede Federal EPCT.

Essa metodologia resulta na Matriz CONIF, que estipula parâmetros com base: no número de matrículas, tipificação dos campi, assistência estudantil, ensino, pesquisa, extensão e inovação. Esses parâmetros não são fixos, podendo variar ao longo dos anos.



Com a aprovação da Matriz CONIF, estando de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), são repassados os limites orçamentários para as unidades que compõem a Rede Federal EPCT.

Importante compreender que a proposta apresentada na PLOA, considera o IFPB como uma unidade, porém a Reitoria do Instituto realiza a gestão deste recurso de forma descentralizada, com base na metodologia utilizada pela própria Matriz CONIF. Desta forma os órgãos internos (pró-reitorias, educação a distancia e *campi*), têm autonomia para a realização do detalhamento das suas despesas de acordo com seu planejamento.

Após a aprovação da LOA, as planilhas com as propostas dos órgãos internos do IFPB podem receber ajustes (acréscimos ou reduções). O recurso orçamentário recebido pela Reitoria é descentralizado, cabendo a cada órgão fazer sua execução. Prevalece a autonomia administrativa de cada órgão, e é em com base nessa disponibilidade orçamentária que a ARINTER busca impulsionar a internacionalização no IFPB quando esta exige recursos.



Orçamento para Internacionalização

“ A Política de Internacionalização do IFPB será viabilizada por meio da aplicação de recursos próprios, através da instituição de mecanismos internos financiadores, da captação de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas e de parcerias com instituições e empresas públicas e privadas nacionais e internacionais ”
(IFPB, 2019, p. 18).



Recomendação nº 5/2023 CODIR/REITORIA/IFPB buscou instituir um mecanismo interno financiador, sugerindo aos campi e pró-reitorias uma destinação orçamentária para subsidiar as ações de internacionalização. O valor indicado atendeu a orientação expressa no PDI 2020-2024, na proporção de 0,5% a 1% do orçamento destes. Os recursos disponibilizados ficarão sob a gerência da ARINTER, que deverá fazer sua gestão orçamentária.



Foram considerados para pesquisa 27 documentos com possibilidade de ações de internacionalização autofinanciadas. Entre estes, dois foram do tipo chamadas públicas, divulgadas pela ARINTER, e os demais foram editais distribuídos entre as pró-reitorias e *campi*

Das cinco pró-reitorias, três lançaram editais: PRE, PROEXC, PRPIPG. Além das parcerias entre as próprias pró-reitorias, e entre as pró-reitorias e o Polo de Inovação, foi possível identificar parcerias com a ARINTER, a Diretoria de Educação a Distância e os *campi*

Todos os 21 *campi* disponibilizaram orçamento, em um ou mais editais das pró-reitorias, com vistas a contemplar a participação da sua comunidade acadêmica. Além destas parcerias, alguns *campi* lançaram editais próprios

ORIGEM DA PUBLICAÇÃO	EIXOS DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	CHAMADAS PÚBLICAS/ EDITAIS	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO
ARINTER	Mobilidade/Intercâmbio	02	R\$ 45.000,00
Cabedelo	Idiomas/Línguas	01	R\$ 10.625,00
Cabedelo Centro	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	01	R\$ 4.000,00
Cajazeiras	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	02	R\$ 140.000,00
João Pessoa	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	09	R\$ 328.000,00
PRE	Mobilidade/Intercâmbio	03	R\$ 880.000,00
PROEXC	Projeto de Internacionalização* (2) Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (4)	06	R\$ 472.500,00
PRPIPG	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	02	R\$ 54.000,00
PRE, PROEXC, PRPIPG e Polo de Inovação	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais	01	R\$ 126.000,00
ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO ANO 2019			R\$ 436.500,00**
ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO ANO 2020			R\$ 00,00
ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO ANO 2021			R\$ 30.000,00
ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO ANO 2022			R\$ 1.035.000,00
ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO ANO 2023			R\$ 565.125,00
ORÇAMENTO TOTAL DISPONIBILIZADO 2019 - 2023			R\$ 2.066.625,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa.

*Em dois editais, a PROEXC apresenta como possibilidade o desenvolvimento de projetos vinculados à internacionalização de forma abrangente, não sendo possível enquadrá-los em um eixo específico. **Soma do orçamento disponibilizado nos chamadas públicas/ editais e valor disponibilizado pelo Campus Cabedelo em atendimento ao eixo de estrutura de escritório e pessoal, R\$ 6.500,00 informado no Relato Integrado 2019.

Entre os anos de 2019 e 2020, houve uma queda acentuada no orçamento disponibilizado para as ações de internacionalização. Aqui cabe reforçar que os anos de 2020 e 2021, foram os de maior restrição à mobilidade social, em função da de COVID-19, o que gerou um impacto significativo nas ações de internacionalização.

ANO	Nº DE CHAMADAS PÚBLICAS/ EDITAIS	Nº DE EIXOS CONTEMPLADOS
2019	6	Mobilidade/ Intercâmbio (3); Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (3)
2020	-	-
2021	2	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (2)
2022	10	Mobilidade/ Intercâmbio (2); Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (7); Projetos de Internacionalização (1)
2023	9	Idiomas/ Línguas (1); Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais (7); Projetos de Internacionalização (1)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa.

Neste período, diante das adversidades impostas, a internacionalização foi favorecida a partir do progresso no desenvolvimento de tecnologias, como ferramentas e aplicativos, que proporcionavam entre outros recursos, ambientes virtuais. É possível perceber que ainda em 2021, houve uma retomada gradual da disponibilidade orçamentária através de chamadas públicas e editais, que continuou no ano seguinte.

No ano de 2022 foi observado o maior orçamento disponibilizado para internacionalização. A escalada orçamentária findou em 2023, com uma redução brusca no orçamento disponibilizado, houve uma queda de mais de 45% do orçamento disposto no ano anterior. Não foi possível identificar nos relatos integrados, indícios sobre alterações no direcionamento das ações de internacionalização.



A volatilidade no orçamento disponibilizado ao longo do período analisado, além de estar claramente vinculado à pandemia, permite especulações sobre possíveis mudanças na estratégia de internacionalização do Instituto. Realça os desafios no planejamento estratégico das ações de internacionalização autofinanciadas, a falta de direcionamento sistêmico sobre a disponibilidade orçamentária e a inexistência de uma gestão centralizadora destes recursos.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa.

Dos nove eixos destacados pela Política de Internacionalização, apenas três aparecem entre as chamadas públicas e editais com orçamento disponibilizado. O eixo que prevalece entre as chamadas públicas e editais, trata da participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais. O eixo que trata de estrutura de escritório e pessoal, teve apenas uma única indicação de incremento orçamentário. O campus Cabedelo em 2019, informou que direcionou R\$ 6.500,00, para estruturar e garantir o funcionamento do NAI.

O eixo que trata da mobilidade / intercâmbio é o com maior orçamento disponibilizado em um único edital, chegando a R\$ 660.000,00 no edital lançado em 2022. A PROEXC apresenta como possibilidade o desenvolvimento de projetos vinculados à internacionalização de forma abrangente, não sendo possível enquadrá-los em um eixo específico da Política de Internacionalização do Instituto.

Os editais promovidos pelas pró-reitorias, em sua maioria, foram realizados por meio de parcerias, com a disponibilização orçamentária oriunda da Diretoria de Educação a Distância, Polo de Inovação e *campi*. Sobre as duas chamadas públicas, a ARINTER informou que o orçamento para estas ações foi disponibilizado pela PRE.

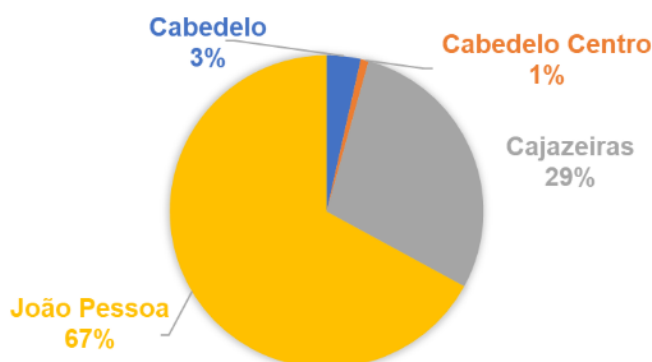
Além destas parcerias, quatro *campi* lançaram editais próprios. Dentro do universo de 21 *campi* que compõem o IFPB, podemos considerar baixa as iniciativas particulares.

João Pessoa - R\$ 328.000,00

Cajazeiras - R\$ 140.000,00

Cabedelo - R\$ 10.625,00

Cabedelo Centro - R\$4.000,00



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa.

Autofinanciamento das Ações de Internacionalização 2019 - 2023

Tendo sido concluída de forma satisfatória a investigação do orçamento destinado às ações autofinanciadas, em resposta a problemática da pesquisa sobre “**como vem sendo realizado o autofinanciamento das ações de internacionalização do IFPB**”, constatamos :

- ausência de gestão centralizada dos recursos orçamentários para internacionalização;
- falta de direcionamento sistêmico sobre a disponibilização do orçamento;
- inexistência de monitoramento orçamentário destas ações;
- iniciativa das pró-reitorias (PRE, PROEXC e PRPIPG) em organizar editais sistêmicos;
- todos os *campi* disponibilizaram em algum momento orçamento para financiar os editais elencados na pesquisa;
- poucos *campi* publicaram editais por iniciativa própria;
- flutuação do orçamento disponível entre os anos pesquisados;
- todos os níveis de ensino foram atendidos em alguma chamada pública ou edital;
- dos nove eixos da Política de Internacionalização apenas quatro foram atendidos através do autofinanciamento.

Análise Propositiva

- A ARINTER não possui recursos orçamentários, mas possui uma UGR (código de Unidade Gestora Responsável) desde 2019. Uma forma de promover o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização, em se consolidando a Recomendação nº 5/2023 CODIR/REITORIA/IFPB, seria alocar estes recursos na UGR da ARINTER, através da sua reativação. O que permitirá o monitoramento orçamentário interno, por meio dos sistemas governamentais como o SIAFI e o Tesouro Gerencial. Além desse monitoramento interno, os dados também poderão ser migrados e disponibilizados para consulta pública, como já ocorre com pró-reitorias, diretorias sistêmicas (que possuem UGR) e os campi (que possuem o código de Unidade Gestora - UG), através do Painel de Gestão do IFPB.
- Outra proposta para viabilizar o acompanhamento deste orçamento, sem utilizar a concentração de recurso em uma UGR, seria a criação do Plano de Trabalho Resumido (PTRES). O PTRES, é um código também operado pelo SIAFI, que pode ser utilizado tanto pelos campi (UG), quanto pelas pró-reitorias, diretorias sistêmicas, assessorias e etc.(UGR). A utilização deste código permitiria o rastreamento orçamentário das ações.
- Essas são duas iniciativas estruturantes para se iniciar o monitoramento orçamentário, porém, ainda sim são insuficientes, diante da diversidade, abrangência e nível de detalhamento observado nos editais publicados. A autonomia para publicação destes documentos, por diversos setores, inviabiliza que seja determinado de forma antecipada, quais projetos ou eventos irão ocasionar internacionalização.
- Um recurso que poderia ser utilizado, seria a disponibilização no sistema responsável pela inserção de dados do projeto / evento, de um filtro indicador, que permita ser assinalado no caso de existir a intenção de contemplar alguma ação de internacionalização. Esse mesmo processo poderia ser pensado para na hora da prestação de contas, o pesquisador ter a opção de informar se houve o cumprimento de algum dos eixos da Política de Internacionalização. É importante que haja a sistematização de informações quanto a prestação de contas destes editais, bem como estudos para regulamentação dos procedimentos internos.
- Mudanças no texto dos editais, poderiam encorajar o desenvolvimento das ações de internacionalização. Seja a partir da prestação de contas integrada aos eixos da Política de Internacionalização, seja a partir da ampliação da abrangência dos projetos e eventos. Pequenas mudanças podem gerar uma cultura de interesse, e impactar inclusive nos indicadores internacionalização.

O painel colaborativo, permitirá o monitoramento orçamentário das ações autofinanciadas de internacionalização. Com armazenamento em nuvem, a planilha digital funcionará com um monitor em tempo real, permitindo que tanto a ARINTER quanto os NAls, possam trabalhar simultaneamente atualizando as informações. Essa mesma ferramenta pode ser disponibilizada na página da ARINTER, contribuindo para gestão orçamentária e transparência das informações.

Estratégias para o monitoramento orçamentário das ações de internacionalização

- ✓ Regulamentação de editais quanto a abrangência e prestação de contas facilitando a integração às ações de internacionalização;
- ✓ Criação do PTRES de internacionalização;
- ✓ Reativação da UGR da ARINTER;
- ✓ Acompanhamento das ações de internacionalização de forma sistêmica através dos NAls nos *campi*;
- ✓ Painel colaborativo de monitoramento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas do IFPB.



https://docs.google.com/spreadsheets/d/1BNWpxiz_tFj6iqnJuZIHFr1QRLBBQuJgQdYNSlf-JY8/edit?gid=0#gid=0

Considerações Finais

A dispersão de informações, em parte gerada pela descentralização das ações, evidencia a transversalidade da internacionalização na educação. Consolidar informações descentralizadas é um desafio para gestão administrativa, ainda mais no que tange recursos orçamentários.

Aqui se insere a necessidade de uma ferramenta de monitoramento orçamentário, que auxilie na tomada de decisão do gestor, no atendimento aos eixos da Política de Internacionalização e aos indicadores do PLANEDE 2025. O orçamento público, para além da gestão dos recursos financeiros, é um importante instrumento de planejamento das entidades públicas. O monitoramento orçamentário é um mecanismo indispensável para o atendimento dos princípios da economicidade, otimizando a gestão dos recursos públicos, e da administração pública, por meio da transparência e eficiência.

A atualização das normativas, diálogos colaborativos, alinhamento de informações e direcionamento sistêmico são vetores para o avanço da internacionalização do Instituto. Assim como, o incentivo ao investimento em estrutura de escritório e pessoal, impactam na promoção de uma internacionalização mais ampla e inclusiva.

Junto ao relatório (análise propositiva e sugestões apresentadas), objetivando contribuir de forma prática para o monitoramento orçamentário, a pesquisa propõe um painel colaborativo de dados. Este foi disponibilizado para ARINTER, com as informações consolidadas na pesquisa, podendo ser integrado a dinâmica da assessoria como uma ferramenta de gestão de informações.

O tema está longe de ser esgotado, abordagens futuras sobre outras perspectivas e concepções podem ser exploradas em novos estudos. Como possíveis desdobramentos desta pesquisa destacamos:

- proposta de atualização dos indicadores de internacionalização adotados pelo IFPB, consoante as mais recentes práticas de internacionalização da educação superior;
- realização de estudos comparativos entre as políticas de internacionalização adotadas pelas IFs, em especial as da região nordeste;
- avaliação da implantação da Resolução – Conselho Superior nº 40, de 7 de agosto de 2019, que trata da Política de Internacionalização do IFPB;
- verificação da atuação e abrangência dos NAI no âmbito dos *campi*;
- levantamento da execução financeira a partir do orçamento disponibilizado para as ações de internacionalização.

Referências

ARINTER - Assessoria de Assuntos Institucionais e Internacionais. **Editais e Processos Seletivos**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/processos-seletivos>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Sobre a ARINTER**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/sobre-a-arinter-1>. Acesso em 04 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 07 de dez. de 2023

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 07 de dez. de 2023

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 06 de dez. de 2023.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento – Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento 2024**. 6. ed. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024. 272 p. Disponível <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2024:mto2024.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Sobre o CONIF**. 2023. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Fórum dos Assessores de Relações Internacionais**. Diretrizes para elaboração da Política de Internacionalização das Instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, Brasília -DF, 2021a. 35 p. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/estudos/diretrizes-para-elaboracao-da-politica-de-internacionalizacao-das-instituicoes-que-integram-a-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-do-brasil>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Fórum dos Assessores de Relações Internacionais**. Panorama de Internacionalização Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília -DF, 2021b. 29 p. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/diversos/conif-e-forinter/panorama-da-internacionalizacao_abril-2022_v2.pdf. Acesso em 04 dez. 2023.

GADELHA, S. R. B. **Introdução ao Orçamento Público**. Entendendo o Orçamento Público. Brasília: ENAP, 2017. 39 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3167/1/Modulo%20%20-%20Entendendo%20o%20Orçamento%20Publico.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. 342 p. ISBN 9786559775149. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. João Pessoa: IFPB, 2015b. 447 p. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2021. 391 p. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

_____. **Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB**, 6 de junho de 2023. Recomenda aos Campi e Pró-Reitorias do IFPB, que avaliem a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para a área de Internacionalização do IFPB. João Pessoa: IFPB, 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/recomendacoes/2023/recomendacao-n-5-2023-codir.pdf/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução – Conselho Superior nº 40**, de 07 de agosto de 2019. Convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-cs-no-40/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

_____. **Resolução - Conselho Superior nº 144**, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: IFPB, 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view>. Acesso em 04 dez. 2023.

FEIJÓ, P. H.; CARVALHO JÚNIOR, J. P.; RIBEIRO, C. E. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao setor Público**. 1. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2015. 624 p.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em 18 dez. 2023.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior**: conceitos, tendências e desafios. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. E-book. 221 p. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. 974 p.

PADOVEZE, Clóvis L.; FRANCISCHETTI, Carlos E. **Planejamento econômico e orçamento**: contabilometria integrando estratégia e planejamento orçamentário. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. 282 p. ISBN 9788547221232. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221232/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2013. 439 p.

SGUISSARDI Valdemar; FRANCO M. E.D.P.; MOROSINI M. C. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 54 p. Disponível em: <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Autonomia-Universitaria-TEXTODISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-20.pdf>. Acesso em 18 dez. 2023.





*"A educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo"*
Paulo Freire

2025

APÊNDICE D - Painel colaborativo de dados

**PLANILHA DINÂMICA COLABORATIVA DE DADOS - MONITORAMENTO
ORÇAMENTÁRIO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
AUTOFINANCIADAS DO IFPB (2019 - 2023)**

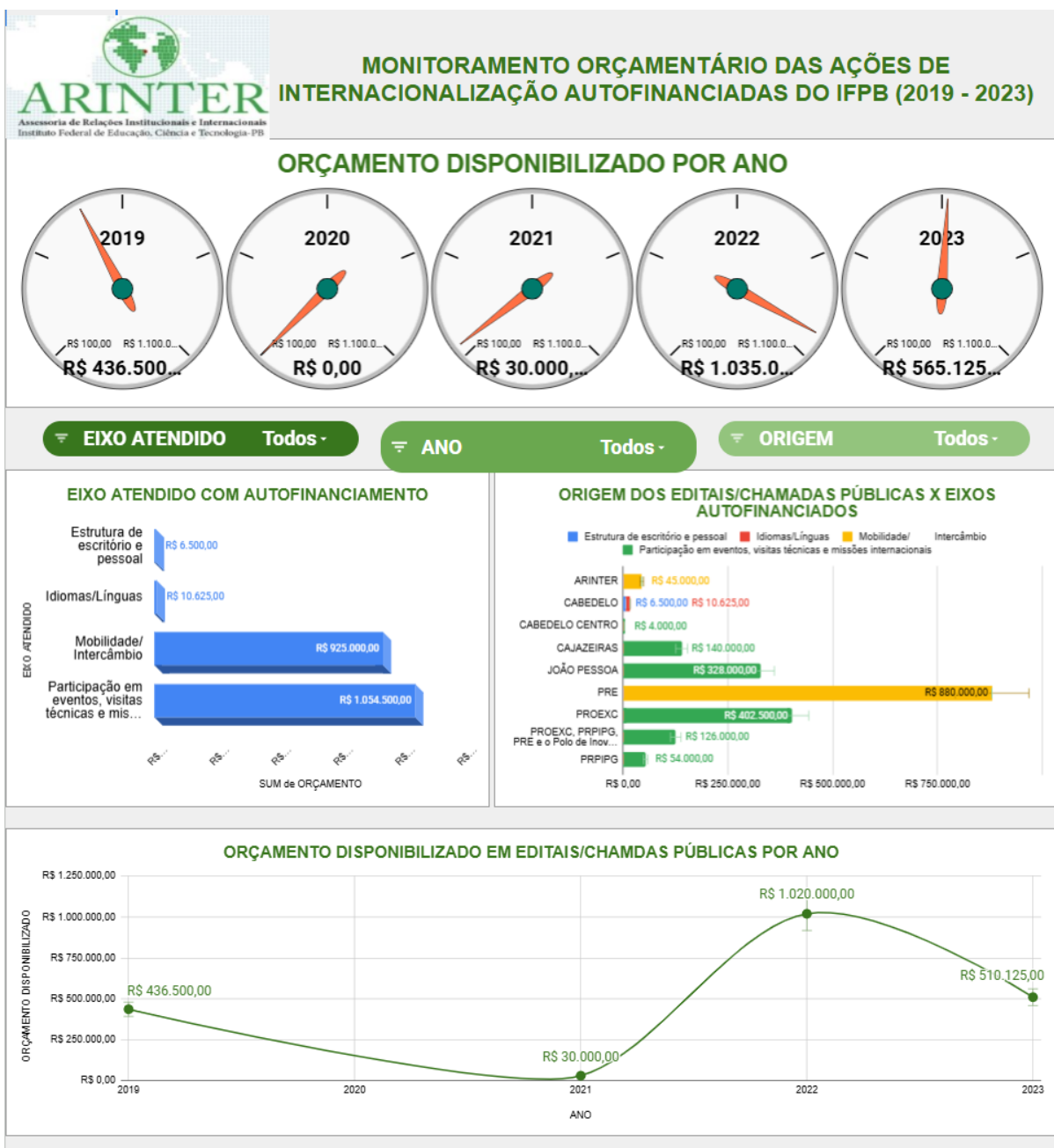
ANO	ORÇAMENTO	Nº DE CHAMADAS PÚBLICAS/ EDITAIS
2019	R\$ 436.500,00	0
2020	R\$ 0,00	2
2021	R\$ 30.000,00	6
2022	R\$ 1.035.000,00	9
2023	R\$ 565.125,00	10

ANO	ORIGEM	TIPO	ORÇAMENTO	EIXO ATENDIDO
2019	ARINTER	CHAMADA PÚBLICA	R\$ 20.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
2022	ARINTER	CHAMADA PÚBLICA	R\$ 25.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
2023	CABEDELO	EDITAL	R\$ 10.625,00	Idiomas/Língu as
2019	CABEDELO		R\$ 6.500,00	Estrutura de escritório e pessoal
2023	CABEDELO CENTRO	EDITAL	R\$ 4.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais

2019	CAJAZEIRAS	EDITAL	R\$ 70.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	CAJAZEIRAS	EDITAL	R\$ 70.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2019	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 40.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2019	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 80.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2021	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 15.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2021	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 15.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2022	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 33.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais

2022	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 40.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2022	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 40.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 30.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	JOÃO PESSOA	EDITAL	R\$ 35.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2019	PRE	EDITAL	R\$ 60.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
2019	PRE	EDITAL	R\$ 160.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
2022	PRE	EDITAL	R\$ 660.000,00	Mobilidade/ Intercâmbio
2022	PROEXC	EDITAL	R\$ 42.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais

2022	PROEXC	EDITAL	R\$ 140.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2022	PROEXC	EDITAL	R\$ 10.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	PROEXC	EDITAL	R\$ 210.500,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	PROEXC, PRPIPG, PRE e o Polo de Inovação	EDITAL	R\$ 126.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2022	PRPIPG	EDITAL	R\$ 30.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais
2023	PRPIPG	EDITAL	R\$ 24.000,00	Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais



ANEXO A - Resposta FALA.BR (Despacho Nº 33/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB)

 INSTITUTO FEDERAL Paraíba	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba REITORIA
---	--

DESPACHO 33/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB

Em 30 de setembro de 2024.

Referência: Processo 23381.004668.2024-70

NUP:23546.083682/2024-00

Interessados: José Albino Nunes - Pró-Reitor de Administração e Finanças

Luciana Silva de Moraes - Gestora do Serviço de Informação ao Cidadão – Reitoria

Ref.: OFÍCIO 141/2024 - SIC/REITORIA/IFPB- Solicitação de informações referente ao orçamento financeiro e ações de internacionalização no IFPB - Demanda 23546.083682/2024-00.

Sobre os questionamentos levantados no Processo 23546.083682/2024-00, encaminhamos o OFÍCIO 71/2024 - ARINTER/REITORIA/IFPB, via SUAP e por e-mail, aos Pró-Reitores (as), Diretores Gerais do Campi do IFPB, Polo de Inovação, Diretoria de Comunicação e EaD, além do Colégio de Dirigentes - CODIR, solicitando informações complementares para subsidiar/fundamentar o acesso de informação ao cidadão. Para tanto, foi estabelecido o envio das respostas até o dia 24/09/2024, de forma impreterível, para que não tivesse prejuízo na finalização da demanda.

Apenas alguns titulares das pastas responderam a demanda, porém sem fazer menção aos links de comprovação. As respostas foram transcritas e os documentos enviados/recebidos se encontram em anexo.

1 - Qual valor do orçamento foi destinado a ARINTER entre os anos de 2019 a 2023 para desenvolver ações de internacionalização no IFPB (se possível detalhar por ano)?

Quem vai responder: ARINTER

A ARINTER segundo consta do Regimento Geral do IFPB, art. 57 a Assessoria de Relações Internacionais é o “órgão auxiliar da Reitoria com a finalidade de promover as relações entre o IFPB e as instituições educacionais estrangeiras de países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas, mediante cooperação técnica e intercâmbios científicos e culturais”.

E segundo o PDI, (IFPB, 2020 p.217)

A internacionalização no IFPB é compreendida como uma estratégia de gestão composta de etapas a serem vencidas em curto, médio e longo prazos. É um processo que a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) vem desenvolvendo em conjunto com outros atores – professores, o staff

administrativo e de apoio e os estudantes, de forma direta, como também com a comunidade ⁶⁷, de forma menos expressiva - gerando a oferta de oportunidades, bens e serviços.

A ARINTER Não possui uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, embora se faça presente no ensino, na pesquisa, extensão, inovação e gestão.

As ações de Internacionalização são realizadas por meio de diálogos e parcerias com as demais áreas que são providas de recursos, tais como! Pró-reitoria de Ensino (PRE); Pró Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), Direção Geral dos Campi, dentre outras.

Considerando essa fragilidade orçamentária e financeira, a ARINTER abriu o processo nº 23381.002206.2023-37, que solicita a destinação de um orçamento mínimo para as ações de internacionalização, conforme está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPB, 2020, p.220), que entre os desafios consta garantir o mínimo entre 0,5 % a 1% do orçamento para a Internacionalização do IFPB até 2024.

Desse modo, o processo foi enviado ao Colégio de Dirigentes, o qual em 06/06/2023 gerou a Recomendação nº5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB, link: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/recomendacoes/2023/recomendacao-n-5-2023-codir.pdf/view>, que recomenda aos Campi e Pró-Reitorias do IFPB, que avaliem a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para a área de Internacionalização do IFPB.

O artigo 2 da recomendação estabeleceu o prazo de até 30 (trinta) dias para que os Campi e Pró Reitorias enviassem ofício com suas respostas, todavia o prazo não foi observado por nenhum segmento.

Dessa forma, no dia 06/10/2023, a ARINTER, solicitou informações ao CODIR sobre o atendimento da Recomendação nº 5/2023 por meio do Processo 23381.005316.2023-5. Ainda, No dia 10/10/2023 o CODIR enviou novo e-mail aos Campi e Pró-Reitorias reiterando o atendimento da Recomendação nº5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB, entretanto novamente sem êxito.

2 - Qual é o orçamento, por segmento da Reitoria, destinado às ações de internacionalização, e qual percentual que cada campus destina para internacionalização?

Quem vai responder: ARINTER, Pró Reitorias, Diretores Gerais dos Campi, Polo de Inovação.

Respostas das diversas áreas:

ARINTER: Como foi relatado anteriormente (questão 1), a ARINTER não dispõe de uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, quando demandam dispêndio financeiro as ações são realizadas em parceria com outras áreas que são providas de recursos, se os titulares das Pastas Sistêmicas concordarem.

PRPIPG: No âmbito da PRPIPG, não há orçamento específico reservado para ações de internacionalização. No entanto, algumas de nossas ações sistêmicas em parceria com outras pró-reitorias, culminam com a participação de nossos estudantes em projetos e eventos internacionais, a exemplo dos editais de seleção de estudantes para a mentoria e preparação/treinamento para a Huawei ICT Competition. Também podemos citar que os editais de apoio à publicação de artigos qualificados permitem o ressarcimento ao pesquisador de custos com tradução, normatização e pagamento de taxas, por vezes direcionadas à publicação de artigos em veículos acadêmicos estrangeiros.

PRAE: A PRAE não possui financiamento próprio, sendo que os recursos da Ação Orçamentária 2024 são integralmente repassados aos Campi para definição da distribuição orçamentária entre os Programas da Assistência Estudantil.

Campus João Pessoa: O orçamento destinado pelo Campus João Pessoa nos últimos anos varia entre 10 e 50 mil reais, entre ações com programas de línguas e intercâmbio de estudantes.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Campus Princesa Isabel: O orçamento destinado às ações de internacionalização depende das prioridades estabelecidas no planejamento da instituição, em conjunto com as iniciativas desenvolvidas pela ARINTER-RE. Nos anos em que houve fomento para esse tipo de ação, foram realizados os seguintes pagamentos:

2019 - R\$ 22.190,25 - 0,96% - Participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa - oferecido pela ILSC Schools of Canada - Toronto no Canadá

2022 - R\$ 35.000,00 - 1,44% - Participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa - oferecido pela ILSC Schools of Canada - Toronto no Canadá

Obs. Os valores apresentados correspondem aos repasses financeiros feitos aos discentes do IFPB

Campus Princesa Isabel para participação em eventos de internacionalização, utilizando recursos próprios do campus. Não foram incluídos os repasses realizados pela Reitoria do IFPB, nem os gastos acessórios, como despesas com combustível para deslocamento até o aeroporto e à Receita Federal, diárias para motoristas e servidores que acompanham os discentes, entre outros custos.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no Consuper) e os memorandos de entendimento assinados institucionalmente pela Reitora com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

3 - A gestão destinou o orçamento de alguma emenda parlamentar para ação de internacionalização, se sim, qual valor foi destinado e quais ações foram contempladas?

Quem vai responder: _____

Embora a ARINTER tenha apresentado projetos a serem desenvolvidos no âmbito da Reitoria e dos 21 Campi, a ARINTER não tomou conhecimento da destinação de nenhuma emenda parlamentar no âmbito da Reitoria ou de algum Campus para ação de internacionalização.

4 - Existe um setor específico de planejamento orçamentário na ARINTER?

A ARINTER dispõe de 02 servidores: a titular da pasta e uma técnica de administração. Portanto, o seu raio de atuação é abrangente na transversalidade, mas limitado pelo orçamentário, visto que a ARINTER não possui dotação orçamentária e, conseqüentemente, financeira.

A ARINTER possui um planejamento estratégico setorial (link no site _____) construído a partir do PDI do IFPB e do planejamento estratégico do Forinter-Conif.

5 - Como é realizado o acompanhamento orçamentário das ações de internacionalização autofinanciadas pelo IFPB?

Respostas das diversas áreas:

ARINTER: Conforme mencionado anteriormente a ARINTER não possui uma fonte de recursos destinada às ações de internacionalização, quando demandam dispêndio financeiro as ações são realizadas em parceria com outras áreas que são providas de recursos.

PRPIPG: Das duas ações citadas acima, a destinação de recursos e sua prestação de contas referente à Huawei ICT Competition está sob responsabilidade da PRE. Já os editais de apoio à publicação de artigos são gerenciados com recursos da Pesquisa e da Educação a Distância, sendo destinados ao ressarcimento de custos com artigos publicados ou aceitos para publicação no ano vigente, atendendo os requisitos impostos nos editais, atendendo os processos por ordem de chegada dos processos até a finalização do recurso disponibilizado no edital.

PRAE: Os Campi definem a prioridade de alocação dos recursos da Assistência Estudantil, a PRAE encaminhou desde 2023 orientações para correta execução dos recursos dessa Ação Orçamentária, mas em virtude da grande demanda financeira de outros Programas da Assistência Estudantil (especialmente PAPE e Programa de Alimentação Estudantil) a maioria dos Campi não optou por reservar recursos para ações de internacionalização mais robustas.

Campus João Pessoa: Para as ações de programas de línguas, a avaliação ocorre de acordo com a adesão da comunidade para com o curso ofertado. Para as ações de ajuda de custo a intercambistas, não temos uma orientação sistêmica, mas aplicamos a mesma lógica do acompanhamento de outras ajudas de custo discentes. Este ano, instituímos um acompanhamento qualificado entre NAI, DG e estudantes com reuniões virtuais e grupos de WhatsApp.

Campus Princesa Isabel: No IFPB Campus Princesa Isabel, não dispomos de ações de internacionalização autofinanciadas. Os recursos orçamentários destinados a essas atividades são provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo alocados conforme planejamento para cobrir despesas relacionadas a ações de internacionalização.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

6 - A ARINTER possui UGR? Caso possua, qual o número e quem realiza seu monitoramento?
Em 2019 foi criada a Unidade Gestora Responsável (UGR) para controle das despesas ligadas à

Assessoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (ARINTER), sob o código de UGR no nº 155819, no sistema SIAFI.

7 - Qual o PTRES de internacionalização do IFPB?

A ARINTER não é detentora dessa informação.

8 - A ARINTER participa da elaboração de editais que destinam recursos às ações de internacionalização no IFPB?

A ARINTER participa na elaboração do edital de proficiência, Edital de mobilidade acadêmica em parceria com outras áreas, a exemplo dos links de editais a seguir:

<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/processos-seletivos/2024/chamada-interna-arinter-ifpb-no-02-2024-de-27-de-marco-de-2024/chamada-mobilidade-2024-2025-docx.pdf>

https://www.ifpb.edu.br/servidor/editais/Ano%202023/edital-no-24-2023-dgep/edital-no-24_2023-imersao-toronto-2024.pdf

<https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/ano-2022/edital-no-18-2022-proexc/edital-18-2022-selecao-de-estudante-de-graduacao-para-mobilidade-academica-projeto-lapassion.pdf>

A relação completa de editais pode ser consultada na página da ARINTER, no endereço a seguir:

<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/processos-seletivos>

9 - Qual o fluxograma da tramitação processual dos editais que dispõe orçamento para as ações de internacionalização no IFPB?

Não existe um cronograma ou Procedimento Operacional Padrão - POP institucionalizado para essa finalidade.

10 - A Política de Internacionalização (Resolução-CS Nº 40, de 07 de agosto de 2019), tem sido implementada pelas Pró-Reitorias, Polo de Inovação e Campi?

Respostas das diversas áreas:

ARINTER: A ARINTER realiza a disseminação da Política de Internacionalização no Colégio de Dirigentes - CODIR, Encontros de Diretores de Ensino, Encontro com os NAI e Nucli, contribui na elaboração do edital de proficiência, aplicação de provas, elaboração de edital e seleção interna de servidores com vistas à participação em Curso de Imersão de Língua Inglesa. Neste último, apesar de não haver a destinação de ajuda de custos ao servidor, ele é liberado para realizar a capacitação (imersão) sem necessariamente usar o período de férias e continua recebendo o salário normalmente.

PRPIPG: De forma ampla, podemos citar ações (sem envolver destinação orçamentária) que a PRPIPG realiza e envolvem eixos da política de internacionalização, a saber: realização de provas de proficiência em língua estrangeira para servidores e estudantes; e apreciação de processos de afastamento do país para realização de pós-graduação ou participação em eventos no exterior.

PRAE: A PRAE tem mediados vários diálogos para garantir a participação de estudantes estrangeiros nos programas da assistência estudantil, atualmente, o serviço social tem inserido em seus editais a possibilidade de atendimento a esses estudantes nos programas.

Campus João Pessoa: O responsável pelo NAI do Campus busca desenvolver ações que estejam de acordo com a Resolução. Destaco a criação de Edital e formação de acordos de cooperação já realizados nos últimos dois anos de gestão.

Campus Catolé do Rocha: No âmbito da Política de Internacionalização do IFPB, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, destacamos as seguintes ações:

Reestruturação e designação de responsável pelo Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) a partir de 2023

Incentivo contínuo à participação dos servidores no editais dos cursos de qualificação no exterior ofertados pelo IFPB

Campus Princesa Isabel: Sim

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

11 - A Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB já entrou em vigor?

A Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB,

link: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/codir/recomendacoes/2023/recomendacao-n-5-2023-codir.pdf/view> recomenda aos Campi e Pró-Reitorias do IFPB, avaliem a possibilidade de destinação de recursos orçamentários para a área de Internacionalização do IFPB.

O artigo 2 da recomendação estabeleceu o prazo de até 30 (trinta) dias para que os Campi e Pró-Reitorias enviassem ofício com suas respostas, todavia o prazo não foi observado por nenhuma área.

Dessa forma, no dia 06/10/2023, a ARINTER, solicitou informações ao CODIR sobre o atendimento da Recomendação nº 5/2023 por meio do Processo 23381.005316.2023-5. No dia 10/10/2023 o CODIR enviou novo e-mail aos Campi e Pró-Reitorias reiterando o atendimento da Recomendação nº 5/2023 - CODIR/REITORIA/IFPB, entretanto, nenhum gestor respondeu tal informação, portanto, novamente sem êxito.

Respostas das diversas áreas:

ARINTER: Não houve o atendimento da Recomendação nº 5/2023 por parte das áreas estratégicas da instituição de modo que a ARINTER ainda não dispõe de orçamento.

PRPIPG: Da parte da PRPIPG, esta recomendação ainda não foi implementada.

PRAE: A PRAE não possui orçamento próprio.

Campus João Pessoa: A pergunta a este item é complexa. Nas Pró-reitorias de Pesquisa e na de Extensão, temos reuniões extensas e propostas de editais sistêmicos de forma que está claro para os campi a maneira de contribuição orçamentária que cada um terá no apoio a projetos e bolsas em suas respectivas áreas. Além disso, há um trabalho conjunto entre as equipes das pró-reitorias e dos campi para o gerenciamento desses orçamentos e ações. Apesar de existir uma recomendação no PDI, como menciona o documento, sentimos falta de ações similares propostas pela ARINTER onde muitas vezes o orçamento destinado pelo Campus acaba sendo limitado e já acaba contemplando ações de internacionalização já gerenciadas pelo Campus. Entretanto, nos colocamos à disposição para que possamos fortalecer essa importante política de maneira a integrar mais os NAI e NUCLI, algo que sentimos falta atualmente.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Campus Princesa Isabel: O IFPB Campus Princesa Isabel busca constantemente promover ações de internacionalização. No entanto, para que haja a destinação de recursos orçamentários, é essencial que os discentes e docentes da área demonstrem interesse em participar dessas iniciativas.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

12 - Como é realizada a definição de valores orçamentários destinados às ações de internacionalização do IFPB?

Respostas das diversas áreas:

ARINTER: A ARINTER não possui orçamento próprio.

PRPIPG: Como já explícito nas respostas anteriores, não há uma destinação específica de recursos para a internacionalização no âmbito da PRPIPG, no entanto, algumas de nossas ações repercutem em indicadores desta política.

PRAE: A PRAE não possui orçamento próprio.

Campus Catolé do Rocha: Informamos que, no âmbito do Campus Catolé do Rocha, ainda não realizamos destinação específica de orçamento para as ações de internacionalização, dada a insuficiência orçamentária para a manutenção das despesas básicas de funcionamento desta Unidade.

Polo de Inovação: Não respondeu pontualmente os questionamentos, todavia enviou os relatórios de gestão (aprovados no consuper) e os memorandos de entendimento assinados com o CITIN de Portugal e SZIIT da China.

13 - O NAI faz o acompanhamento das ações de internacionalização que recebem recursos orçamentários nos campi?

Considerando a autonomia financeira dos Campi não existe uma padronização sobre a forma de gestão dos recursos. Os Campi não contemplam os Marcos Legais apresentados pela ARINTER nos seus documentos e quando o fazem é de forma tangencial.

14 - Quem alimenta de informações a página da ARINTER situada no sítio eletrônico do IFPB?

A equipe da ARINTER alimenta o site e as redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) da Arinter, CLIPE, Uniculturas.

A Diretoria de Comunicação da Reitoria e a Comunicação dos Campi publicam esporadicamente notícias/reportagens quando o gestor entende a pertinência relacionada a área.

15 - Quais indicadores de internacionalização são utilizados pelo IFPB no Planejamento Estratégico Decenal 2016 - 2025 (PLANEDE 2025)?

INDICADORES DA INTERNACIONALIZAÇÃO:

1. PLOA Reitoria - Internacionalização (destaque da Ação 20RL)
2. Número de vagas ofertadas em Gestores Recebidos do exterior do IFPB
3. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Técnico Administrativo
4. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Professor
5. Número de Certificações oriundas de provas de proficiência aplicadas no IFPB - Aluno
6. Número de Resoluções, Instruções Normativas, Notas Técnicas, Portarias específicas à Internacionalização no IFPB
7. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Técnico Administrativo
8. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Professor
9. Número de inscritos em aplicações de testes de proficiência - Aluno
10. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso EaD
11. Número de vagas ofertadas em cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos parceiros estrangeiros - Curso Presencial
12. Número de iniciativas voltadas a atualizar os professores de línguas com novas práticas pedagógicas e metodologias - formação continuada com foco nos professores de língua estrangeira do IFPB
13. Número de eventos sobre as experiências dos alunos no exterior & práticas exitosas dos professores a partir de minicursos, cursos, seminários, trabalhos, pesquisas advindas da experiência internacional
14. Número de PPC's com adesão à matriz de referência curricular de disciplina/componente/ementas em Língua Estrangeira
15. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso

Pós-Graduação

16. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Graduação
17. Número de vagas ofertadas em disciplinas/oficinas/minicursos em Língua Estrangeira - Curso Técnico
18. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Recebidos do Exterior 19. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Extensão Enviados ao Exterior 20. Número de Docentes Coordenadores de Projetos de Pesquisa Enviados ao Exterior 21. Número de artigos de alunos e/ou servidores do IFPB traduzidos para língua estrangeira 22. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a técnico administrativo do IFPB 23. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a professor do IFPB 24. Número de Vagas para Intercâmbio direcionadas a aluno do IFPB
25. Número de Vagas em Cursos de Línguas/Idiomas Estrangeiros, Cultura Internacional e Libras por chamada de Edital Interno para alunos potenciais para intercâmbio
26. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados à Comunidade Externa ao IFPB
27. Número de Vagas em Cursos de Idiomas Estrangeiros Ofertados a Alunos, Professores e Técnicos Administrativos do IFPB
28. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por SERVIDOR
29. Número de Relatórios em aberto/pendentes de recebimento após execução do plano de trabalho em missão internacional por ALUNO
30. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Externo 31. Número de propostas/planos de trabalhos recebidos mediante chamada de Edital Interno 32. Número de Gestores Recebidos do exterior (Benchmarking)
33. Número de Gestores do IFPB Enviados ao exterior (Shadowing)
34. Número de Técnicos Administrativos Recebidos do exterior
35. Número de Técnicos Administrativos Enviados ao exterior
36. Número de Professores Recebidos do exterior
37. Número de Professores Enviados ao exterior
38. Número de Missões de Prospecção Recebidas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)
39. Número de Missões de Prospecção Enviadas (curso/evento/estágio/imersão/visita técnica/missão)
40. Internacionalização* - Número Total de Parcerias em vigor
41. Número de renovação de parcerias/convênios celebrados no exercício entre 1º de janeiro e 31 de dezembro;
42. Número de novas parcerias/convênios celebrados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro; 43. Número de Alunos Recebidos do Exterior;

44. Número de Alunos Enviados ao exterior;

45. Número de eventos, encontros e workshops específicos e promovidos pelo Escritório de Relações Internacionais para o Intercâmbio de Experiências de professores e estudantes que retornaram ao Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro após participação em missão institucional;

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024.

Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentosinstitucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB. Regimento Geral do IFPB – 2017, João Pessoa, 2017.

Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/131>. Acesso em: 26 set. 2024.

Documentos referentes a Internacionalização ARINTER - Link: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes>

(Assinado Eletronicamente)

Mônica Maria Montenegro de Oliveira

Assessoria/Escritório de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER E-mail:
monica.oliveira@ifpb.edu.br - arinter@ifpb.edu.br

Documento assinado eletronicamente por:

■ Mônica Maria Montenegro de Oliveira, ASSessoria - CID4 - ARINTER-RE, em 30/09/2024 12:11:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código: 612172
Verificador: 22d0420ee0
Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

ANEXO B - Resposta FALA.BR (Despacho nº 5/2024 - DOR/PRAF/REITORIA/IFPB)

 INSTITUTO FEDERAL Paraíba	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba REITORIA
---	--

DESPACHO 5/2024 - DOR/PRAF/REITORIA/IFPB

Em 15 de outubro de 2024.

Processo nº: 23381.004668.2024-70. 23381.004668.2024-70.

Assunto: Solicitação de informações referente ao or Solicitação de informações referente ao orçamento fi çamento financeiro e ações de internacionalização no nanceiro e ações de internacionalização no IFPB - D IFPB - Demanda 23546.083682/2024-00. 23546.083682/2024-00

Destinatário: Luciana Silva de Moraes - Luciana Silva de Moraes - Gestora do Serviço de Informação ao Cidadão – Reitoria.

Senhora Gestora,

Apreciando a solicitação do ofício nº 141/2024 - SIC/REITORIA, destacamos as seguintes considerações:

1. Qual PTRES da Internacionalização do IFPB?

No contexto do orçamento federal, PTRES significa Plano de Trabalho Resumido Plano de Trabalho Resumido . Trata-se de um código que idenCfica de forma resumida as ações orçamentárias específicas associadas a um determinado programa ou projeto no orçamento público.

Cada PTRES está vinculado a uma Unidade Orçamentári Unidade Orçamentária, a um Programa a Programa e a uma Ação Orçamentária Ação Orçamentária. Ele facilita o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das despesas públicas, permiCndo o controle e a transparência sobre como os recursos estão sendo aplicados.

Assim, no orçamento federal, o PTRES ajuda a organizar e detalhar o desCno dos recursos públicos, possibilitando que o governo e a sociedade monitorem a execução de programas e projetos previstos no planejamento orçamentário.

Esse código é amplamente uClizado em sistemas de gestão financeira e orçamentária do governo, como o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), para operacionalizar a execução do orçamento.

A programação orçamentária do InsCtuto Federal da Paraíba apresenta quatro programas, porém, trataremos neste documento especificamente dos Programas 5112 – Educação Profissional e Tecnológica que Transforma, 0910 - Operações Especiais: Gestão da ParCcipação em Organismos e EnCdades Nacionais e Internacionais e o 0032 – Gestão e Manutenção do Poder ExecuCvo, e descreveremos as suas principais ações orçamentárias, conforme apresentado no Sistema SIOP – Acesso Público:

Ação: 20RL – Funcionamento das IRFEPCT.

Descrição: Gestão administraCva, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos dos InsCtutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura Nsica por meio de reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósCcos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais atividades necessárias à gestão e administração da unidade.

Produto: Estudante matriculado.

Ação: 2994 – Assistência aos Estudantes das IRFEPCT.

Descrição: Apoio financeiro a ações de assistência estudanCI, a parCr da implementação de medidas voltadas à redução das desigualdades sociais e étnicos-raciais, à acessibilidade de portadores de deficiência, à melhoria do desempenho acadêmico e à ampliação do acesso e permanência,

cujas concessões sejam perCnentes sob o aspecto legal, por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iníciasCvas Opicas de assistência estudanCI das insCtuições federais de educação profissional, cienOfica e tecnológica, centros federais de educação profissional, Colégio Pedro II e escolas técnicas vinculadas às universidades federais.

Produto: Estudante Assistido.

A referida ação, subdivide-se em nos seguintes planos orçamentários:

Plano Orçamentário – 0000 – Assistência aos Estudantes das InsCtuições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas diversas que os valores monetários não sejam repassados diretamente aos estudantes. Produto: Não Especificado.

Plano Orçamentário – 0001 – Auxílio Financeiro de Assistência EstudanCI - Pagamento de auxílio financeiro diretamente aos estudantes, referentes a ações de assistência estudantil.

Produto: Bolsa Concedida.

Plano Orçamentário – 0006 - Contratação para atendimento a pessoas com deficiência - Contratação de profissional especializado para atendimento a estudantes com deficiência matriculados regularmente na instituição.

Produto: Projeto Apoiado.

Ação: 20RG – Reestruturação e Modernização das IRFEPCT.

Descrição: Apoio ou execução de planos de reestruturação e modernização na Rede Federal de Educação Profissional, CienOfica e Tecnológica para a ampliação e melhoria da oferta de cursos e a redução da evasão, por meio da adequação e da modernização da estrutura Nsica das insCtuições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de pequenas obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a oCmização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Produto: Projeto Viabilizado.

Ação: 00UU – Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica.

Descrição: Essa ação desCna-se a agrupar todos os pagamentos de contribuições regulares a organismos internacionais de direito privado iguais ou inferiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme estipulado no artigo 12 da LDO.

Produto: Não Especificado.

A referida ação, subdivide-se em no seguinte plano orçamentário:

Plano Orçamentário – 0002 - Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) - Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) com a finalidade de apoiar o desenvolvimento da língua portuguesa, incrementar o intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes e técnicos administraCvos com atuação nas áreas pedagógica, cienOfica, cultural e administraCva, promovendo projetos de pesquisa técnico-cienOfica em conjunto, bem como a circulação de informação em todos os campos de conhecimentos, esCmulando a colaboração bilateral e multilateral e fomentando a reflexão sobre o papel da educação superior.

Produto: Não Especificado.

Ação: 00PW – Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica.

Descrição: Essa ação desCna-se a agrupar todos os pagamentos de contribuições a enCdades nacionais sem exigência de programação específica, ou seja, iguais ou inferiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme estipulado no artigo 12 da LDO.

Produto: Não Especificado.

A referida ação, subdivide-se em no seguinte plano orçamentário:

Plano Orçamentário – 0001 - Contribuição ao Conselho Nacional das InsCtuições da Rede Federal de Educação Profissional, CienOfica e Tecnológica (CONIF) - Contribuição ao Conselho Nacional das InsCtuições da Rede Federal de Educação Profissional, CienOfica e Tecnológica (CONIF). O CONIF é uma instância de discussão, proposição e promoção de políCcas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. São objeCvos do CONIF a valorização, o fortalecimento e a consolidação das 41 insCtuições congregadas – 38 InsCtutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e o Colégio Pedro II – que, juntas, contabilizam mais de 600 unidades em todo o Brasil. Responsável por dar suporte, orientar e respaldar a Rede, o CONIF trabalha conCnuamente por melhorias em infraestrutura e condições de trabalho para os servidores, bem como promove ações estratégicas para fortalecer a internacionalização das insCtuições, a parCr do estreitamento de relações com outros países e da consolidação de cooperações técnicas. O CONIF desenvolve estudos e projetos, por meio de eventos como congressos,

conferências, seminários e encontros; incentivo o intercâmbio de informações e experiências na Rede Federal e com instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras; executa articulações com os diversos entes públicos e a sociedade civil organizada.

Produto: Não Especificado.

Ação: 4572 – Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação.

Descrição: Realização de ações voltadas à capacitação e desenvolvimento de servidores, tais como: pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC; custeio para realização de eventos de capacitação; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Produto: Servidor Capacitado.

Ação: 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.

Descrição: Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias. Produto: Agente Público Beneficiado.

Ação: 21B3 – Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica.

Descrição: Apoio a programas e projetos de instituições do ensino de educação profissional e tecnológica públicas e privadas, nas áreas de educação profissional e tecnológica (EPT), extensão tecnológica, pesquisa aplicada, empreendedorismo e inovação. Apoio à articulação entre atores da educação profissional e tecnológica, da inovação e do empreendedorismo, por meio da implementação de projetos, inclusive por meio de acordos de cooperação técnica com o setor produtivo.

Produto: Projeto Apoiado.

Análise Conclusiva:

Percebemos que o código PTRES está vinculado às ações orçamentárias, portanto, na internacionalização do IFPB dependendo do projeto a ser executado e de suas despesas poderá alocar diferentes Plano de Trabalho Resumido.

NORMATIVOS E REFERENCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Manual Técnico do Orçamento*. 6ª Edição. Brasília, 2024.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. *Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento*, 2024. Disponível em: <https://www.siof.gov.br/modulo/login/index.html#/>

Documento assinado eletronicamente por:

■ Thaciana Maria Farias Cunha Almeida, DIRETOR(A) - CD3 - DOR-RE, em 15/10/2024 15:48:16.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 620270
Verificador: f8bdd31fce
Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.